

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO  
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO PÚBLICA PARA O  
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

POLÍTICAS PÚBLICAS, AGROECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DO MORENO:  
UMA VISÃO DOS SEUS *STAKEHOLDERS* ACERCA  
DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

LISBINA SILVA SALDANHA

Recife, 2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO  
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O  
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

POLÍTICAS PÚBLICAS, AGROECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DO MORENO:  
NA VISÃO DOS SEUS *STAKEHOLDERS* ACERCA  
DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

LISBINA SILVA SALDANHA

Trabalho de conclusão de Mestrado  
apresentado como requisito  
complementar para obtenção do grau de  
Mestre em Gestão Pública para o  
Desenvolvimento do Nordeste.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Rezilda Rodrigues Oliveira

Recife, 2003

## Agradecimentos

---

Antes de mencionar qualquer pessoa que colaborou para a realização deste trabalho de pesquisa, quero destacar o meu profundo agradecimento a Deus, principalmente por manifestar o meu existir, por ser o maior estimulador, fortalecendo a minha ousadia e ajudando a transformar o meu sonho em realidade.

Um agradecimento especial é destinado a minha família, sobretudo a Paulo, grande incentivador de tudo que penso em realizar, companheiro compreensivo e cúmplice de todos os momentos. A minhas filhas, Paula e Lissa, que souberam entender e ter paciência mesmo quando achavam que este “estudo” era interminável. A Neia, pela compreensão trocando seus dias de férias para ajudar nos afazeres domésticos, e a Neide, pelo “lanchinho” oferecido nas horas certas.

Devo destacar a colaboração ímpar da minha irmã Lenilda, que recebia com receptividade e discutia com destreza as minhas tempestades de idéias e os meus questionamentos.

Na mesma proporção foi o papel da minha orientadora Rezilda Rodrigues, que, além de me conduzir aos caminhos da investigação científica, soube “dosar” com maestria o lado humano da amizade.

Aos mestres e convidados pela abertura de novas janelas em minha vida.

E meu agradecimento derradeiro vai para todos os entrevistados, que se dispuseram a colaborar com este trabalho, compartilhando o seu tempo com as nossas investigações e contribuindo para o enriquecimento delas.

Aos meus queridos pais (*in memoriam*) grandes incentivadores da busca pelo saber, aliada à visão do social e humano, atributos esses impulsionadores para a realização deste trabalho.

“Criar uma nova percepção – Danah Zohar dá o exemplo de um peixe, para quem todo o universo era a água em que nadava. Um belo dia, ele salta acima da superfície e consegue perceber o contexto maior que inclui o rio, o céu, as árvores.”

## Resumo

---

Este trabalho investiga qual foi o papel e as estratégias político-institucionais empregadas pelos *stakeholders* do agroecoturismo do Moreno para viabilizar sua implantação. A proposta associa a análise de uma política pública com sua gestão, por meio da formulação de um estudo de caso sob o prisma de desenvolvimento sustentável, com o propósito de colaborar no incentivo ao agroecoturismo como um dos produtos promissores a serem explorados no referido município, para conquista de caminhos inovadores em sua implementação e de estratégias para o desenvolvimento local sustentável. Fundamenta suas análises ilustrando-as com relatos de entrevistas, na perspectiva dos *stakeholders* responsáveis e/ou envolvidos na implantação desse segmento turístico, conjugando-as com a análise documental, observação participante, além de dados obtidos de encontros, oficinas, visitas técnicas e debates informais. O trabalho procura oferecer aos principais gestores do agroecoturismo como melhor conhecer aqueles elementos que devem receber maior atenção na formulação de políticas para definir e viabilizar uma atividade tão importante, contando com a ampla participação e satisfação dos interessados no bem-estar econômico e social de município do Moreno. Além disso, o trabalho demonstra que é possível viabilizar o agroecoturismo em Moreno, reunindo elementos que favorecem sua adoção e sustentabilidade em face da realidade estudada.

## Abstract

---

This research investigates the role and the political-institutional strategies played by the stakeholders of *green rural tourism*\* (Lage & Milone, 2001) of the town of Moreno, in the state of Pernambuco, in order to implement it. This proposition associates the analysis of a public policy with its management (Frey, 1997), by means of the formulation of a case-study seen through sustainable development (Buarque, 1999, 1995), with the objective of collaborating with the encouragement of *green rural tourism* as one of the promising products to be explored in the studied town of Moreno, aiming at the conquest of innovating routes in its implementation, and of strategies for a local sustainable development. The analyses which support this research are illustrated by reports of interviews taken with the stakeholders responsible for and/or involved in the implementation of this kind of tourism, associating them with document analysis, participating observation, besides data taken from meetings, workshops, technical visits and informal debates. The research seeks to offer to the main managers of the *green rural tourism* how to learn in a better way the elements which need greater attention in the formulation of policies to define and execute such an important activity, counting on the ample participation and satisfaction of those interested in the social and economical well-being of the town Moreno. Besides, the research demonstrates that it is possible to make *green rural tourism* feasible in Moreno by means of reuniting elements that favour its adoption and sustainability as regards the studied reality.

---

\* “agroecoturismo”.

## **Lista de Quadros**

---

Quadro 1 – Modelo de análise

Quadro 2 – Plano de implementação do Agroecoturismo em Moreno

Quadro 3 – Plano de desenvolvimento turístico do Moreno



# SUMÁRIO

RESUMO .....	6
ABSTRACT .....	7
LISTA DE QUADROS .....	8
APRESENTAÇÃO .....	11
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	18
1.1.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	19
1.1.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	19
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>20</b>
2.1 O CONTEXTO BRASILEIRO .....	20
2.1.1 <i>Considerações sobre a situação brasileira</i> .....	20
2.1.2 <i>A descentralização e participação do poder local: tendências</i> .....	22
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	28
2.2.1 <i>Desenvolvimento local sustentável</i> .....	33
2.2.2 <i>Estratégia e desenvolvimento local</i> .....	36
2.3 TURISMO: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL.....	40
2.3.1 <i>Agroecoturismo, conceito e algumas de suas características</i> .....	43
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS <i>STAKEHOLDERS</i> .....	50
2.4.1 <i>Conceito de políticas públicas</i> .....	50
2.4.2 <i>Conceito de stakeholders</i> .....	53
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>57</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	57
3.2 IDENTIFICAÇÃO, SELEÇÃO DOS <i>STAKEHOLDERS</i> E AS ENTREVISTAS .....	58
3.3 A ESCOLHA DO INSTRUMENTAL DE COLETA DOS DADOS .....	60
3.4 DEFINIÇÃO DE TERMOS .....	64
3.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA REFERENTE ÀS DIMENSÕES ESTUDADAS .....	64
<b>4 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CONTEXTO ATUAL DO AGROECOTURISMO EM MORENO .....</b>	<b>67</b>
4.1 A CIDADE DO MORENO E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	67
4.2 SITUAÇÃO ATUAL DO AGROECOTURISMO NO MUNICÍPIO DO MORENO .....	70
4.3 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES QUE COMPÕEM O PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO AGROECOTURISMO EM MORENO .....	78
<b>5 DIMENSÕES DE ANÁLISE.....</b>	<b>82</b>
5.1. DIMENSÃO POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A VISÃO DOS <i>STAKEHOLDERS</i> PESQUISADOS .....	82
5.1.1 <i>Identificação de sua existência e foco no desenvolvimento sustentável</i> .....	82
5.1.2 <i>Foco no desenvolvimento sustentável</i> .....	84

5.1.3	<i>Informações sobre financiamentos</i>	87
5.1.4	<i>Estratégias de viabilização da implantação do Agroecoturismo</i>	89
5.1.5	<i>Desenvolvimento de ações para a implantação do Agroecoturismo</i>	92
5.1.6	<i>Análise da relação custo benefício</i>	94
5.1.7	<i>Avaliação das ações desenvolvidas</i>	98
5.2	<b>DIMENSÃO STAKEHOLDERS</b>	101
5.2.1	<i>Quem são e quais são seus objetivos</i>	101
5.2.2	<i>Como atuam</i>	104
5.2.3	<i>O que sabem sobre o Agroecoturismo</i>	105
5.2.4	<i>O que sabem sobre o perfil e atuação do turista</i>	107
5.3	<b>DIMENSÃO AGROECOTURISMO</b>	108
5.3.1	<i>Análise da viabilidade do Agroecoturismo e suas limitações</i>	108
5.3.2	<i>O que está sendo realizado pelos stakeholders</i>	112
5.3.3	<i>Estratégias de implantação adotadas pelos stakeholders</i>	113
5.3.4	<i>Sugestões para viabilidade do Agroecoturismo</i>	116
	<b>6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	<b>119</b>
6.1	<b>DIMENSÃO POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	120
6.2	<b>IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS STAKEHOLDERS</b>	131
6.3	<b>DIMENSÃO AGROECOTURISMO NA GESTÃO MUNICIPAL</b>	133
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>140</b>
	<b>APÊNDICES E ANEXOS</b>	<b>148</b>
	<b>APÊNDICE 1: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS</b>	<b>149</b>
	<b>ANEXO 1: CARTA AO PREFEITO</b>	<b>150</b>
	<b>ANEXO 2: LISTA DOS ENTREVISTADOS</b>	<b>151</b>

## Apresentação

---

Atualmente, a sociedade vem sendo instigada a refletir sobre os desníveis brutais da população e as profundas transformações políticas, econômicas e sociais que estão ocorrendo tanto na esfera local como no âmbito nacional e mundial. Parece ter aumentado a sensação de que algo precisa ser feito. Por isso, cabe estudar a administração do turismo municipal para se inferir em que medida diferentes fatores favorecem a perspectiva da implantação do Agroecoturismo no município do Moreno.

Espera-se com esta pesquisa colaborar com o desempenho da administração municipal da cidade do Moreno - Pernambuco, estudando a viabilidade político-institucional da implantação do Projeto de Agroecoturismo, como estratégia para subsidiar e contribuir no desenvolvimento local sustentável, hierarquizando as ações do poder público e as da iniciativa privada.

O foco principal deste trabalho é a análise das possibilidades da implantação do Agroecoturismo no município do Moreno. O trabalho associa a análise de uma política pública com sua gestão, por meio da formulação de um estudo de caso sob o prisma do Desenvolvimento Sustentável, cujas dimensões são focalizadas em função das visões de seus *stakeholders*.

O município em questão, o do Moreno, está localizado no Estado de Pernambuco, na região Nordeste do Brasil, sendo um local de grande relevância por se situar em área considerada histórica, próxima do Recife e de Olinda, caracterizada, entre outras, como núcleo fabril no início do século XX.

A crise do capitalismo contemporâneo está gerando grande preocupação com o debate da gestão pública, desafiando pesquisadores, professores, governantes e todos aqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos com a responsabilidade pública.

Diante desse quadro, o desenvolvimento da atividade turística mostra-se estratégico para o município do Moreno, especialmente no momento em que surge nova opção de lazer e que o turismo rural pode constituir proposta de reformulação e revitalização de certos lugares e atividades ligadas às áreas rural, isto é: maior descentralização, que enfatize as virtudes do desenvolvimento local na busca de iniciativas inovadoras e de articulações de diferentes setores e atores da sociedade civil<sup>1</sup>

O potencial das riquezas ambientais e da própria história do município do Moreno encorajou a proposta do estudo por buscar elementos que permitam mobilizar o governo municipal, conjuntamente com a sociedade, para construir a indústria do turismo e avançar no encontro de alternativas que viabilizem as iniciativas de desenvolvimento local segundo a visão dos que são nela interessados, como apresenta a Figura 1.

Os *stakeholders* estão sendo apresentados na Figura 1, a seguir:

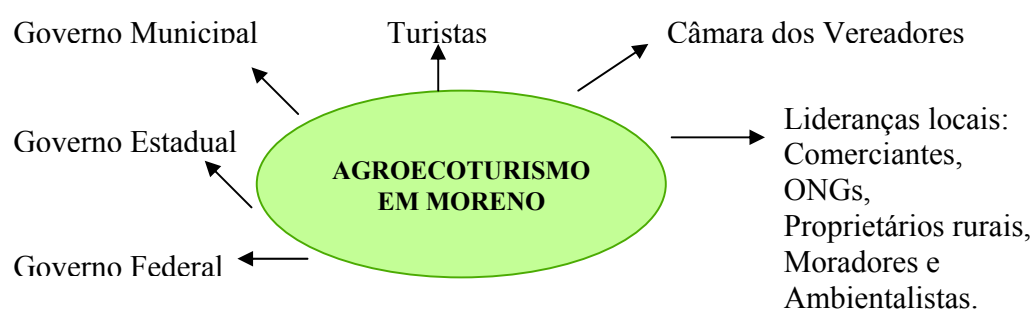


Figura 1 – *Stakeholders* do Agroecoturismo em Moreno.

Aqui estão representados os atores envolvidos na gestão pública municipal, simbolizando os interessados nessa atividade e seu bom desempenho em Moreno. São eles entendidos

---

<sup>1</sup> Refere-se a um organismo ou uma coletividade organizada, que interage socialmente e tem participação e influência na comunidade. Mais esclarecimentos In: Cardoso & Janner (1973).

como sujeitos principais do processo de desenvolvimento à medida que se engajem participando, discutindo e propondo soluções.

O trabalho parte da seguinte pergunta de pesquisa: **Qual o papel e as estratégias político-institucionais empregadas pelos *Stakeholders* do agroecoturismo no município do Moreno para viabilizar sua implantação?** Em torno dessa pergunta se elaborou a problematização e desenvolvimento do tema aqui apresentado, aglutinando reflexões sobre o processo do agroecoturismo no município do Moreno.

Para isso, o trabalho foi dividido em seis capítulos, sobre os quais se faz referências a seguir.

O Capítulo 1 apresenta como ponto de partida os objetivos gerais e específicos do trabalho, com foco na visão dos *stakeholders* envolvidos no agroecoturismo do Moreno.

O Capítulo 2 tem como objetivo promover uma maior compreensão sobre o estudo de caso, buscando levantar a fundamentação teórica do tema com um estudo bibliográfico acerca das dimensões consideradas básicas para a implantação do agroecoturismo. São utilizados como referência autores que discutem sobre políticas públicas, desenvolvimento sustentável, *stakeholders* e agroecoturismo, destacando os conceitos e características de cada um desses termos sem deixar de enfatizar a correlação entre eles.

O Capítulo 3 trata da metodologia utilizada de cunho exploratório-descritivo, compreendendo coleta de dados primários, por meio de entrevistas, observação dos participantes, encontros, oficinas, visitas técnicas, debates informais e dados secundários, a partir de consulta a documentos, trabalhos, relatórios, *folders* e pesquisa bibliográfica. Também foi observada a definição dos principais termos utilizados. Daí, procedeu-se à estruturação de um modelo de análise com as seguintes dimensões: políticas públicas, desenvolvimento sustentável, *stakeholders* e agroecoturismo, cada qual com seus respectivos indicadores, a fim de balizar as relações existentes na visão dos *stakeholders* envolvidos no processo de agroecoturismo em Moreno.

O Capítulo 4 descreve a cidade do Moreno, seus antecedentes históricos e a situação atual do agroecoturismo no município, apresentando as áreas de interesse e ações propostas

pelo Grupo de Trabalho constituído em 2000, composto por nove instituições, sob a coordenação da Prefeitura do Moreno. Logo a seguir, analisa os planos elaborados com as ações a serem atingidas pelos gestores municipais.

O Capítulo 5 analisa os resultados das entrevistas, apresentando-se cada um dos indicadores discutidos à luz do referencial, a fim de identificar os pontos fortes e de estrangulamentos, os quais estariam colaborando e/ou impedindo a implantação do agroecoturismo. Para comprovação dos fatos e fundamentação das considerações, algumas entrevistas foram narradas textualmente.

Por fim, o Capítulo 6 apresenta as Conclusões Finais e Recomendações, tomando como mediador os objetivos propostos neste trabalho, interpretados à luz dos capítulos anteriores. O trabalho demonstra que é possível viabilizar o agroecoturismo em Moreno, reunindo elementos que favorecem sua adoção e sustentabilidade em face da realidade estudada.

Antes de dar início propriamente ao trabalho, vale esclarecer que a terminologia aqui utilizada acerca do turismo em Moreno sofre variações em função de como é citada pelos técnicos do município e de como é vista na literatura. Agroecoturismo é a terminologia dominante no trabalho ao invés de agroturismo. O Agroecoturismo é a terminologia adotada com base na visão de que promove a junção da atividade do turismo no campo com a ambiental.

O agroecoturismo, segmento recentemente explorado na área do turismo, é uma atividade relativamente nova no Brasil. Em Pernambuco surge como uma proposta ainda tímida, onde se destacam alguns municípios que despertaram para a exploração de suas potencialidades como um novo e combinado método de produção, gerando intercâmbio entre as pessoas da cidade e o meio rural, com vantagens para o produtor do campo e para o turista.

O espaço rural, em Pernambuco, conta com importantes recursos naturais e sócio-culturais pouco utilizados pelo turismo, hoje evidenciando mais o litoral. Nota-se que o turismo no Estado vem obtendo nos últimos anos um cenário muito positivo e uma forte

tendência ao crescimento do turismo interno. Estudo de Rebouças (2001)<sup>2</sup> aponta que recentemente o Recife é um centro de turismo “receptivo exitoso”, daí podendo-se originar o seguinte questionamento: por que, então, não abrir oportunidades interiorizando essa atividade geradora de benefícios sociais, culturais e econômicos?

Por isso, em quaisquer circunstâncias, os municípios devem se preparar para elaborar o seu próprio plano de desenvolvimento, sobretudo os municípios turísticos, para que funcionem como verdadeiros centros produtores de serviços dessa natureza no espaço rural. Ademais, o turismo no espaço rural enseja a ampliação de investimentos abrindo as portas para o mercado de trabalho e emprego na atividade turística, a exemplo do que já ocorre em diversas partes do Brasil, de modo que se começa a vislumbrar essa oportunidade em algumas regiões no interior pernambucano, onde muitos dos municípios começam a perceber a necessidade de enfatizar as virtudes do desenvolvimento local na busca de iniciativas inovadoras e de articulações de diferentes setores e atores da sociedade civil, como se pode observar no município de Bezerros, que recebeu da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) o selo de ouro do turismo brasileiro pelas ações desenvolvidas em favor do ecoturismo<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> A esse respeito, ver Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM), Rebouças (2001).

<sup>3</sup> Conforme artigo publicado no Diário de Pernambuco, em 11/10/2002.

# 1 Introdução

---

Em meio ao período de intensas transformações no cenário nacional e internacional que caracteriza os nossos dias atuais, os governantes necessitam trilhar o caminho da democratização política, na busca de retomar o desenvolvimento de forma contínua e sustentável. Todavia, esse esforço deve incluir atuações qualificadas em setores produtivos para os quais as localidades e suas lideranças empreendedoras têm vocação e vantagens competitivas em relação aos demais, oferecendo oportunidade de geração de postos de trabalho e renda.

Nessa ótica, é importante o fortalecimento do poder local. As cidades pequenas têm sofrido perda de população por migração temporária ou permanente em virtude de seu atraso comparativo de infra-estrutura, de carência de rede de ensino, dos escassos serviços de saúde oferecidos, da falta de apoio para o desenvolvimento da agricultura familiar e da inexistência de empregos rurais não-agrícolas, que mantêm baixas as oportunidades de emprego e trabalho.

O trabalho tomou como referência, para melhor conhecer a realidade enfocada e justificar a pesquisa realizada, o estudo-diagnóstico de potencialidades, feito pela Associação Pernambucana de Ecoturismo (Apeco), e o inventário turístico da cidade, elaborado pela Empresa Pernambucana de Turismo (Empetur) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), além das propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho composto por nove instituições: Prefeitura Municipal do Moreno, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação do Desenvolvimento Municipal de Pernambuco (Fidem), Empresa Pernambucana de Turismo (Empetur), Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Banco do Nordeste (BN), Secretaria de Desenvolvimento do Turismo do Estado (Sdete) e Agência de Desenvolvimento de Pernambuco (AD/Diper). Procurou apontar, também, deficiências na base de dados disponíveis sobre o assunto e oferecer elementos que permitam mobilizar o governo municipal do Moreno, em especial de sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico e



Turismo, conjuntamente com a sociedade, de modo a atingir uma de suas metas referentes ao desenvolvimento do agroecoturismo, cujo potencial é inegável, para isso contando com proprietários de engenhos motivados no incremento desse nicho turístico.

Moreno é uma cidade de Pernambuco, que se inicia no Recife e acompanha os eixos viários, como a ferrovia, o metrô, as avenidas e rodovias principais (PE – 07), que adentram as localidades de Estância, Tejipió, Cavaleiro e Jaboatão – Antigo, e a BR 232<sup>4</sup>. Sua área de ocupação é dominada por habitações populares e antigas atividades industriais. Essa região encontra-se bem-servida em termos de transportes de massa pelo fato de conter, atualmente, a única rota de metrô da cidade juntamente com o Sistema Estrutural Integrado (SEI).

O largo leque de potencialidades foi o que motivou a escolha da localidade em questão, o município do Moreno, um local de grande relevância por oferecer um ecossistema diversificado, traduzido na importância de recursos hídricos, florestais, paisagísticos, turísticos e culturais que o fazem um roteiro de agrado ao público, conjugado com o valor histórico e a nobreza arquitetônica de 39 engenhos, segundo o Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife, Metrôpole 2010 (PDRM, 1998).

Esses fatores caracterizam Moreno como um dos principais municípios do Estado, sendo o que melhor se adapta à implantação do Agroecoturismo e do Desenvolvimento Sustentável, segundo estudo-diagnóstico da APECO (2000).

Não há dúvida de que a indústria do turismo, se bem estruturada e administrada, é de suma importância para a retomada do desenvolvimento sócio- econômico. Desse modo, espera-se que, do ponto de vista prático, os resultados desta pesquisa possam servir de subsídio para gestores públicos na reconceituação da administração pública municipal. Além disso, o estudo de viabilidade poderá contribuir para a geração de conhecimentos sobre que papéis estão sendo desempenhados pelos principais *stakeholders* atuantes na implantação do Agroecoturismo e Desenvolvimento Sustentável em Moreno. Por outro lado, para que o fortalecimento do poder local aconteça é necessário que a comunidade esteja atenta para o desenvolvimento sustentável.

---

<sup>4</sup> Segundo dados do Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife (PDRM), 1998.

Segundo Franco (2000, p.36-37),

Desenvolvimento Sustentável significa melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que estarão vivas amanhã (desenvolvimento sustentável)... Não se trata, portanto, sempre, de crescer mais, senão de crescer mais quando isso for melhor para os seres humanos que vivem numa determinada localidade, de vez que todo desenvolvimento é local.

Acrescenta, ainda, o autor,

mesmo em face de um crescimento espetacular do produto, a renda tenderá a permanecer concentrada, enquanto a riqueza (o acesso à propriedade produtiva), o conhecimento e o poder (ou a possibilidade e a capacidade de influir nas decisões políticas) permanecerem concentrados.

Assim, analisar as estratégias e as formas de viabilizar a implantação do Agroecoturismo em Moreno visa a fornecer parâmetros para as ações públicas comprometidas com um modelo de desenvolvimento para a cidade.

A preocupação no momento atual sobre as disparidades sociais tem sido tema de várias discussões e questionamentos dos intelectuais, agentes do governo, comprometidos com a responsabilidade social, Organizações Não Governamentais (ONGs) e alguns partidos políticos que lutam contra a exclusão social. Esses são questionamentos sobre os quais Nogueira (1999, p. 76) discorre:

passam pela dúvida de como será o redesenho do Estado? E que lugar a Sociedade Civil irá ocupar na formatação dos modos de convivência e nas funções de governo e gestão? Estamos hoje, portanto, solicitados a contribuir nesse novo modelo de gestão de políticas públicas que exercite um padrão de relação entre Estado e sociedade caracterizado por articulação, descentralização, parceria, transparência e controle social.

## **1.1 Objetivos da Pesquisa**

A motivação dos gestores da área de turismo do município, aliada ao interesse de alguns proprietários de engenhos para incentivar o agroecoturismo como um dos produtos promissor a ser explorado, despertou o interesse de se identificar os determinantes que influenciam a implantação desse segmento turístico no município do Moreno, gerando, dessa forma, os objetivos do trabalho, com foco na visão dos seus *stakeholders*.

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Analisar a viabilidade da implantação do Agroecoturismo no município do Moreno e a atuação dos *stakeholders* na gestão municipal, desde que envolvidos com essa atividade.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

- a) Analisar os antecedentes e a situação atual das políticas públicas do desenvolvimento sustentável do Agroecoturismo em Moreno.
- b) Identificar e analisar quem são os *stakeholders* envolvidos no segmento turístico do município do Moreno, bem como quais são seus objetivos, como atuam e se sabem como viabilizar essa atividade.
- c) Delimitar e discutir as dimensões do Agroecoturismo na gestão municipal do Moreno.

## **2 Fundamentação teórica**

---

### **2.1 O Contexto Brasileiro**

#### **2.1.1 Considerações sobre a situação brasileira**

A dramática centralização do poder político e econômico, que caracteriza a nossa forma de organização como sociedade, leva a uma distância entre as necessidades do cidadão e o conteúdo das decisões sobre o desenvolvimento econômico social.

Segundo Dowbor (1994), a centralização do poder está diretamente vinculada à concentração de renda, pois apenas com imenso poder central, tanto no nível do Estado como no nível empresarial, é possível que 1% da população se aproprie de um produto social maior do que o destinado aos 75 milhões de pobres. Acrescenta, também, que existem inúmeras leis favorecendo a sociedade, entretanto não aplicadas, de vez que o poder real se desloca para foros informais. Exemplifica dizendo que a Constituição Federal fixa a taxa de juros no nível máximo de 12% ao ano, mas os bancos têm poder para praticar as taxas que desejam.

Entretanto, de acordo com o relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano (Pnud, 1998), na prática, tanto o Estado como o mercado são frequentemente dominados pelas mesmas estruturas de poder. Isso sugere uma terceira opção pragmática: a de que o povo deveria guiar tanto o Estado como o mercado, que precisam funcionar de maneira articulada, com o povo recuperando suficiente poder para exercer uma influência mais efetiva sobre ambos.

O fato é que em meio século houve uma transformação na nossa sociedade. De rural, passou a ser cosmopolita. O impacto social e político dessa transformação está apenas começando. Hoje no Brasil quase 80% da população vive em cidades, invertendo as proporções do início dos anos 50.

O que se pode observar dessa nova realidade é que não há mais necessidade de um

Estado centralizador. Isso porque a população habitante dos núcleos urbanos pode resolver localmente grande parte dos seus problemas. Essa situação significa que deve haver uma interferência da sociedade não ficando inerte pela eterna dicotomia entre privatizar e estatizar, uma vez que o espaço público comunitário pode ser fundamental para a evolução da democracia representativa para sistemas descentralizados e participativos, a tão almejada democracia participativa.

Dowbor (1994) lembra que o Brasil é um país de urbanização tardia. O nosso rurícola ficou prejudicado com a modernização da monocultura e a mecanização, gerando o desemprego. Sem emprego no campo e falta de alternativas, a maioria da população emigrou para as cidades, surgindo bolsões de miséria e mendicância nas periferias urbanas. Atualmente, esse panorama é agravado ainda mais pela globalização, que parece de alguma forma alimentar a desigualdade e a exclusão social.

Nesse sentido, a globalização está longe de ser um fenômeno que avança de modo uniforme no plano internacional. O paradigma financeiro é diferente do comercial. Na área financeira, a abertura é maior, contudo não isenta de mecanismos regulatórios estabelecidos pelos Bancos Centrais de cada país.

A globalização também interfere no papel do Estado: a ênfase da ação governamental é direcionada para a criação de condições estruturais de competitividade em escala global. Isso acarreta investimentos para a infra-estrutura e para os serviços básicos, retirando o Estado da função de produtor de bens, de repositor principal do sistema produtivo.

Em 1996, durante conferência no Colégio do México sobre Globalização, o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso mencionou que uma das conseqüências sociológicas da modernização induzida pela globalização é a dispersão de interesses, a fragmentação do trabalho e do capital, afirmando que “o Estado necessita de recompor suas funções. Assim, a missão do Estado de direcionar o desenvolvimento passa a ser muito mais importante do que a tentativa comprovadamente ineficaz de substituir a iniciativa privada na produção de bens e de serviços que não têm natureza essencialmente

pública”.(Cardoso, 1996, p. 32)

Tecendo considerações analíticas acerca da situação brasileira, Galbraith (1996, XIII) afirma:

Escrevendo sobre o Brasil, não se pode duvidar do perigo da inflação ou do seu destrutivo efeito econômico-social. (...) exorto o Brasil a aceitar seu papel no sistema econômico global. Apelo que aqui, como em outros lugares, isso não signifique o sacrifício da legislação de serviços e assistência social. É preciso um compromisso inteligente e humano entre essas duas grandes tendências e necessidades mundiais e sociais.

Reiterando as referidas considerações, o autor ainda acredita que a solução para os problemas do Brasil baseia-se em: “Um sistema fiscal realmente eficiente (...) e um controle eficaz dos gastos públicos, mas sem prejuízo para os pobres e demais desafortunados” (Galbraith, 1996, p. XIII).

Essa realidade requer uma nova agenda para o planejamento regional e que haja uma ponte entre o global e o local. O fator principal será identificar os efeitos da globalização sobre as comunidades locais, preparando-as para saber aproveitar as oportunidades e tirar vantagens das situações que se apresentam. Esse novo estilo requer a criação de mecanismos participativos e mais diretos dos atores relevantes do município, empresários, sindicatos, organizações comunitárias, associações e outros.

### **2.1.2 A descentralização e participação do poder local: tendências**

Os países desenvolvidos já despertaram para a importância da descentralização do poder e estão adotando uma estrutura de Estado com ampla participação dos governos locais, pois o local representa uma fronteira experimental para o exercício de novas práticas e para o estabelecimento de redes sociais fundadas em novas territorialidades. Ademais, na época da recessão, em 1970, na Europa, surgiu uma grande reação, tanto dos governos locais como dos atores econômicos e sociais urbanos, que articulados conseguiram atrair investimentos com a finalidade de gerar empregos e renovar a base produtiva das cidades. Em Barcelona, no ano de 1989, solidificou-se o surgimento das Eurocidades que atualmente compõem as 50 cidades mais importantes da Europa (Castells et al, 1996).

Assim, criou-se abertura para articulações entre o moderno e o tradicional, surgindo soluções inovadoras para muitos dos problemas característicos da sociedade contemporânea. A Comunidade Européia, ao criar o Comitê de Regiões, em Maastricht (1993) – composta pelos líderes dos governos regionais e das cidades –, admitiu as estruturas institucionais dos governos locais.

Nos Estados Unidos, as cidades exerceram um grande papel nas transformações políticas e de política econômica. Em resposta aos problemas de degradação do meio ambiente, das desigualdades sociais e pela segurança pública, realizam projetos estratégicos, combinando objetivos de crescimento econômico com desenvolvimento urbano.

Na América Latina, com o surgimento da democratização política e da descentralização do Estado, aumentou o valor dos governos locais, bem como do seu papel. No entanto, como expõe Castells e Borja (1996, p.154), persistem:

a incapacidade de atuação dos governos locais, fraca integração social na cidade e escassa cooperação entre as esferas pública e privada. Da mesma forma, a consolidação dos processos democráticos internos e a crescente abertura econômica externa multiplicaram as demandas sociais e acentuaram a sensação de crise funcional nas grandes cidades.

Para os países da América Latina, é vital a reformulação de governabilidade, buscando soluções institucionais mais flexíveis e sobretudo mais democráticas. Trata-se também de entender que a modernidade exige forma de organização política mais participativa e um processo de deslocamento dos espaços de administração pública. Nessas transformações, estão em questão repassar muito mais recursos públicos para o âmbito local e também de deixar a sociedade gerir-se de forma mais flexível segundo as características de cada município. O argumento que se pode utilizar em defesa da participação é que, de um lado, existe a necessidade de um conjunto de normas e instituições que regulem as ações públicas e privadas e, de outro, uma sociedade civil forte e atuante nas questões de interesse público. A participação é um componente intrínseco da boa governança, afirma Bandeira (1999), ao citar o relatório de referência para a reunião do Grupo dos Sete, em Lyon, França, no ano de 1996. Ademais, Bandeira (1999) focaliza que, até 1970, o governo tinha suas ações centradas no setor público e que essas ações eram a

mola propulsora do desenvolvimento. Atualmente, a abordagem para o desenvolvimento ampliou-se muito mais, sendo que o enfoque não só está no Estado como também na iniciativa privada e na sociedade civil. Portanto, a boa governança proporciona a base para o desenvolvimento participativo, que propicia ao governo as funções necessárias para promover a participação e criar um ambiente favorável para os processos participativos e as políticas públicas.

Dowbor (1993, p. 12-13), ao se referir ao estudo IPEA/IBAM, menciona vertentes básicas para a descentralização e municipalização, que considera bastante pertinente para impulsionar o crescimento local. Para os fins deste trabalho, selecionam-se os pontos abaixo comentados:

❖ O princípio da Descentralização:

Expressa que o princípio de “proximidade” é válido para a administração pública, autarquia e o setor privado. Não significa favorecer as administrações centrais de “dedos mais longos” com a criação de representações locais com autonomia, gerenciando as suas atividades.

❖ Papel Mobilizador da Administração Local:

Significa não ficar somente na limitação de fachadas urbanas, e sim assumir uma postura catalisadora das forças sociais em torno dos grandes objetivos de médio e longo prazo da comunidade.

❖ Organização dos Atores Sociais:

Assinala ser imprescindível a criação de foros para discussão dos problemas-chaves do desenvolvimento. Nesses foros, devem constar representantes das empresas, dos sindicatos, das organizações comunitárias, das organizações não-governamentais, das instituições de pesquisa, dos diversos níveis de administração pública presentes no município. Essa participação é para garantir os sistemas de parceria nos diversos níveis, bem como a sustentação dos programas.



❖ Enfoque de Eixos Críticos de Ação:

Recomenda ser importante descobrir o interesse da comunidade e definir o eixo principal de ação em torno de médio e longo prazo. A população mobiliza-se quando suas expectativas são atendidas e o poder de agregação dos principais atores sociais da cidade em torno da ação é correspondido.

❖ Enfoque da Pesquisa do Potencial Local:

Significa identificar a inércia administrativa e o ponto de estrangulamento das atividades de produção, dos serviços de intermediação comercial e financeira, da infra-estrutura econômica (transportes, telecomunicações, energia e água), da infra-estrutura social (saúde, educação, cultura, comunicação e lazer). O estudo desse potencial permite o investimento adequado a uma gestão equilibrada de desenvolvimento.

❖ Trabalhar a Matriz de Decisão:

Afirma que há grande necessidade de uma maior diversificação e articulação das áreas pública, privada e comunitária e dos três níveis de administração pública.

❖ Recentrar as Atividades nos Objetivos Humanos:

De acordo com o Relatório sobre Desenvolvimento Humano de 1992, “os mercados constituem meios. O desenvolvimento Humano é o fim (Pnud, 1992)”. Nada é mais importante do que a qualidade de vida, harmonia social, riqueza de convívio. Os atores sociais devem buscar na gestão compartilhada, o objetivo Humano maior.

❖ Visão da Sustentabilidade:

Entende que desenvolvimento sustentável é dar qualidade ao crescimento e associar o desenvolvimento econômico à necessidade de preservar o meio ambiente. Hoje em dia muitos municípios têm atividades turísticas e econômicas negligenciando a natureza. Na

economia tradicional são levados em conta os fatores de trabalho e capital, entretanto a natureza na economia moderna deve ser tratada como um terceiro fator de produção, conforme afirma Binswanger (1997, p. 47):

Ao se elaborar a função de produção agregada, deve-se reconhecer, então, que o processo econômico cria não somente os bens e serviços do produto social, mas influencia – positiva ou negativamente – o estudo e a qualidade do meio ambiente que, por sua vez, constitui uma parte essencial da qualidade de vida humana.

❖ Enfoque da Comunicação e da Informação:

Significa que a participação da comunidade está condicionada ao seu envolvimento na educação, informação, cultura e mídia. O papel principal de uma gestão moderna é estimular programas ativos e dinâmicos que desenvolvam o conhecimento da população em diversas áreas, principalmente nas que foram mencionadas. As diversas formas de acesso ao conhecimento é fundamental para a consolidação de uma democracia distributiva e participativa.

Em síntese, sabe-se que a modernidade não se conquista “como um conto de fadas”. Decorre de uma política mais aberta aos atores relevantes, a criação de espaços para o consenso e uma horizontalidade na administração. Reforçando tais considerações, Santos (1982, p. 27) argumenta que:

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria – inerte que seja trabalhada pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado.

Dowbor (1996, p. 31), em outros termos, comenta que o ser humano, por demonstrar uma impressionante capacidade técnica e uma igualmente impressionante incapacidade de convívio civilizado, precisa buscar no espaço local organizado o lastro político que lhe permita recuperar as rédeas do seu desenvolvimento.

Castells e Borba (1996, p. 156) destacam que as cidades devem responder a cinco tipos de objetivos: “nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida,

integração social e governabilidade”. Outro fator importante e decisivo é a figura do prefeito, que deve possuir grande capacidade de liderança, e que a organização política local enfatize uma administração descentralizada, assegure agilidade, transparência e responda a critérios de eficiência social. Além disso, complementam os autores, o governo local deve promover a cidade para o exterior; favorecer o acordo com outras administrações públicas; dotar seus habitantes de “patriotismo cívico”, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe, além de estimular e orientar as energias da população na direção do bem coletivo e da convivência cívica.

É preciso considerar que as cidades são diferentes no que se refere a tamanho, população, escolaridade, potencialidades, atividades e qualidade/capacidade de seus recursos humanos. Portanto, de acordo com as suas características, algumas têm competência para gerar recursos políticos, econômicos sociais, técnicos e deixar a sociedade gerir-se de forma mais flexível, permeando-as com a garantia da eficiência.

De acordo com Frey (1997), na análise de uma política pública é preciso considerar a dimensão das instituições políticas, estudando-as conforme a estabilidade do aparato institucional em longo prazo, e por ela ser, em primeira instância, quem determina a alocação de recursos e a decisão política de realizar determinados programas. Há que considerar também as inter-relações entre essa dimensão e aquela constituída pelo processo de negociações políticas, na qual se analisa o desenvolvimento dos programas sob a ótica dos principais *stakeholders* envolvidos, ou seja, no caso do Moreno a Prefeitura, algumas instituições governamentais e lideranças locais, assim como a dimensão material, que tende a deixar suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados. Dependendo do tipo da política adotada e do ambiente onde ela vai se desenvolver, bem como das redes sociais que se estabelecem desde a sua formulação e durante todo o processo, essas inter-relações constituem uma força determinante nos resultados e na revisão dos conteúdos e ações.

## 2.2 Desenvolvimento sustentável

Falar em sustentabilidade é antes de tudo um desafio, pois acredita-se que consiste em construir a utopia da sociedade sustentável. Porém, as utopias são necessárias para estimular a vontade humana, porque está intrínseco ao ser humano o alcance de algo radicalmente melhor pelo que vale a pena lutar.

Na construção da utopia da sociedade sustentável, o enfoque principal não está nas atividades produtivas, mas sim na capacidade de permitir o pleno desenvolvimento de pensar. Ou seja, a utopia da construção da sociedade sustentável seria, como ensina o psicólogo Fromm (1992), a construção da sociedade do ser, e não da sociedade do consumo, que se caracteriza pela sociedade do ter, onde o ser ultrapassa o ter. Nessa sociedade, o mais importante de ser aferido seriam os investimentos empregados no atendimento das necessidades sociais. Nesse foco, valem as ilustrações com a pergunta de Santos (1982, p. 18): “Estariamos entrando em outro período histórico?” É preciso abandonar todo fanatismo teórico e pensar em um homem renovado para desempenhar um papel essencial na reorganização da sociedade e da economia, com o papel central dos recursos humanos.

Isso quer dizer que uma proposta de Desenvolvimento Sustentável deve partir de uma fundamentação ética, recuperar os valores humanos na busca de uma solidariedade social. O descompasso identificado entre o progresso tecnológico e o social deve ser harmonizado com os interesses da sociedade e as condições do meio ambiente.

Apesar de o termo Desenvolvimento Sustentável ser recente, ele é um ponto de referência obrigatório dos debates acadêmicos, políticos e culturais. Na verdade, constitui uma visão crítica dos modelos tradicionais de desenvolvimento ante a necessidade de garantir não só a qualidade, mas, principalmente, a continuidade da vida na Terra. O ponto básico do Desenvolvimento Sustentável gira em torno do respeito à vida, mesmo que inclua todos os aspectos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, científicos, éticos, jurídicos

e religiosos.

Trata-se, assim, de um compromisso inadiável da humanidade como resposta à reflexão acerca da análise das transformações ocorridas no fim do século XX. Essas transformações ocorreram principalmente na economia, na política e na cultura, as quais trouxeram como consequência uma crise social global que contém uma mistura de ordem e caos, ostentando um pseudoprogresso que aumenta e intensifica os conflitos sociais.

Algumas tendências teóricas inclinam-se a aceitar a suposição de que o maior responsável pelo quadro do momento é a dinâmica capitalista, qualificada pela urbanização, pelo industrialismo e pelo modelo antropocêntrico inerente ao iluminismo. Se alguém voltar um pouco a máquina do tempo, sentirá a sensação de que, para o homem, antes a vida parecia ser mais simples. A instabilidade e insegurança não eram sentidas com tanta constância como nos momentos atuais. A velocidade das mudanças em curso, tanto no campo sócio-econômico-político-cultural quanto no campo científico, conduz ao avanço tecnológico, à globalização dos mercados e do capital e ao aparente triunfo do neoliberalismo. Por outro lado, o aumento da exclusão social, da desigualdade social e pobreza, da degradação do meio ambiente e da ineficiência econômica, resulta em uma crescente distância entre pobres e ricos. Dessa realidade, então, surgem questionamentos quanto ao futuro do planeta, dos países, das organizações e das pessoas. Em resposta, surgem os movimentos sociais fazendo críticas de conteúdo social e ambiental ao modelo de crescimento econômico do capitalismo contemporâneo, procurando uma nova concepção de desenvolvimento, um novo estilo compondo integração das novas vertentes do pensamento contemporâneo.

A favor desse entendimento, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, ou seja, a ECO 92, evidenciou o entendimento coletivo, já percebido há alguns anos por cientistas, ambientalistas e lideranças políticas, de que o modelo tradicional de desenvolvimento econômico adotado pela maioria das nações do planeta encontra-se esgotado. Ademais, a repercussão dessa Conferência ganhou maior intensidade, de tal modo que os líderes (governos e instituições da sociedade civil) de 179 países optaram por uma estratégia de

ação denominada “Agenda 21”. Nela e em outros documentos originados nesse encontro, estão contidos os princípios básicos para a construção de uma sociedade sustentável.

A noção de Desenvolvimento Sustentável é interpretada por diversas formas. Entretanto, o governo brasileiro adota a definição a partir da publicação do Relatório Brundtland<sup>5</sup> (Nosso Futuro Comum) pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, e usada intensamente após a conferência do Rio, ECO 92, devendo ser entendido como “aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (CMMAD, apud Ferreira, 1998 p. 105).

A Agenda 21 Global, conforme documento do Ministério do Meio Ambiente (Brasil, MMA, 2000, p. 21), aborda algumas estratégias para se atingir o Desenvolvimento Sustentável: prioriza as políticas internacionais que podem viabilizar o desenvolvimento nos países em desenvolvimento; menciona a importância do fortalecimento do papel dos grupos sociais, bem como a gestão e conservação dos recursos para o desenvolvimento e os meios de implementação com vistas à execução de programas e projetos orientados para o desenvolvimento. O mesmo documento destaca os objetivos da Agenda 21 Brasileira, que pretende instituir um novo paradigma de desenvolvimento para o país. Essa proposta deve ser alcançada por etapas:

A primeira está em curso e diz respeito ao processo de elaboração da Agenda 21; adotou metodologia participativa, onde a parceria entre governo, setor produtivo e sociedade civil é a palavra-chave. A segunda etapa deverá colocar em prática as ações e recomendações emanadas do processo de elaboração, mediante o estabelecimento de políticas públicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável. O exercício dos conceitos pactuados entre todos os atores é, portanto, o indicador necessário para garantir a sustentabilidade dos resultados (Brasil, M.M.A.2000, p 21).

Buarque (1995, p. 54) assinala que Desenvolvimento Sustentável “pressupõe continuidade e permanência da qualidade de vida e das oportunidades da sociedade ao longo do tempo, incorporando uma perspectiva de longo prazo”. Enquanto isso, Sachs (1986, p. 113), ao argumentar sobre Desenvolvimento Sustentável, dá expressivo relevo à criação de duas solidariedades:

---

<sup>5</sup> Brundtland- presidida pela 1ª ministra da Noruega Gro-Harlem Brubtland

sincrônica com a geração presente e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. O primeiro induz a problemática de acesso equitativo aos recursos e à redistribuição dos mesmos; o segundo obriga alargar o horizonte temporal para além do tempo do economista e provoca, desse modo, forte alteração do nível do instrumental habitualmente utilizado na arbitragem entre o presente e o futuro.

Buarque (1995) redefine a questão qualificando o conceito de Desenvolvimento Sustentável em três grandes componentes econômicos, sociais e ambientais interligados com características e papéis diferentes. Os três componentes assim se apresentam:

- ❖ a elevação da qualidade de vida e a equidade social são o eixo focal do desenvolvimento, visto a curto, médio e longo prazo;
- ❖ a eficiência econômica e o crescimento econômico constituem pré-requisitos fundamentais, necessários para equidade e a qualidade de vida;
- ❖ a conservação ambiental, condição indispensável para o Desenvolvimento Sustentável, e também assegurar qualidade de vida às gerações futuras.

Miranda, Guimarães e Buarque (1997, p. 59), em seus estudos sobre Planejando o Desenvolvimento Sustentável – em busca de uma nova concepção de desenvolvimento -, colocam a questão, segundo a visão de Saches, afirmando que o Desenvolvimento Sustentável deveria basear-se “no chamado tripé mágico: prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social”.

Evidentemente que não é tarefa fácil e imediata às tomadas de decisões de uma abordagem que requer uma mudança importante nos padrões básicos de organização da economia e da sociedade e das suas relações com a natureza. É preciso, segundo Buarque (1995), uma reorientação do estilo de desenvolvimento, emprestando e redefinindo a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente natural. As estratégias das ações não devem ignorar as limitações e os problemas estruturais, sob pena de orientarem indevida e incorretamente as ações.

Buarque (1995, p. 63) usa também três fatores que definem a área de interseção que

de uma forma ou de outra compõe a base do estilo de desenvolvimento:

- ❖ O padrão de consumo da sociedade – fortemente vinculado a aspectos culturais e sociais;
- ❖ A base tecnológica dominante no processo produtivo – reorientada pelo progresso técnico;
- ❖ A estrutura de distribuição de rendas – relacionada ao padrão de acumulação.

Em contrapartida, a estratégia para se conseguir o Desenvolvimento Sustentável seria a mudança nessas três áreas ampliando-as em um entrelaçamento sem esquecer-se de aproximar os elementos de equidade social, de conservação ambiental e de racionalidade econômica.

Binswanger (1997, p. 49) recoloca a questão acerca do que traz o alcance da sustentabilidade de acordo com dois alvos:

- ❖ Manutenção da base da atividade econômica. Entende-se por gerenciamento dos recursos renováveis, incluindo a fertilidade do solo com o objetivo de evitar a utilização destrutiva e resguardar sua capacidade de regeneração. Acrescentando, o autor diz que a gestão de recurso deve ser direcionada a um uso parcimonioso de recursos não-renováveis, de modo que as taxas de extração sejam amenizadas tanto quanto possível.

- ❖ Manutenção da base da qualidade de vida. Inclui a prevenção da poluição, a redução do lixo e das emissões, reduzir a ameaça de um colapso climático e evitar os riscos tecnologicamente provocados. O objetivo também é assegurar os hábitos do homem, animais e plantas, sendo para isso é necessária a proteção da biodiversidade e a preservação de um ambiente onde o homem possa usufruir uma qualidade de vida que ofereça bem-estar físico e mental.

O que se mostra como fonte de preocupação para o referido autor é a questão de como o uso de recursos não-renováveis pode ser gerenciado de modo que esteja alinhado com as



idéias de sustentabilidade. Ele acredita que, se não for resolvida essa questão, coloca-se em cheque todo o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que, por conseguinte, predestina-se ao fracasso. Em suma, postula que, para operacionalizar a sustentabilidade, deve-se convocar os interessados no assunto para encontrar um conceito que auxilie a definir uma combinação razoável entre o uso de recursos renováveis e não-renováveis.

Binswanger (1997) adverte que na economia moderna não se pode simplesmente abdicar de recursos não-renováveis. A substituição dos recursos renováveis dar-se-á a médio e longo prazo. É imprescindível que atualmente se reduza o consumo de matéria e energia em geral, o que ensejaria um progresso considerável. Aliada a essa conscientização na indústria, a sociedade deve concomitantemente mudar seus padrões pessoais e societários do consumo de bens e serviços.

Nessa perspectiva, é bom lembrar que o desempenho do mercado recebe grande influência do Estado, isto é, os efeitos resultantes das regulamentações relativas à distribuição dos direitos de propriedade, à ordem fiscal e ao sistema de impostos ou à ordem do sistema monetário e bancário. Assim, torna-se claro que um Desenvolvimento Sustentável (Bisnwanger,1997, p. 52-54.)

pode ser logrado tão somente se os efeitos nocivos ao meio ambiente resultantes de regras institucionais do Estado forem reduzidos e a ordem do mercado for transformada pela introdução de salvaguardas institucionais em favor da natureza ... Se quisermos levar adiante uma economia sustentável, será necessário, portanto, abolir aqueles incentivos do Estado que institucionalizam a depleção dos recursos naturais e a destruição do meio ambiente... essas sugestões para colocar a economia moderna em sintonia com a proteção ambiental e a conservação da natureza podem não ser suficiente para se alcançar todos os alvos da sustentabilidade. Contudo, acredito enfaticamente que elas constituem um passo importante e necessário rumo à realização de um desenvolvimento sustentável.

### **2.2.1 Desenvolvimento local sustentável**

No Brasil, desenvolvimento local refere-se quase sempre aos espaços municipais ou microrregiões que aglutinam vários municípios dentro da mesma unidade federativa. A esse respeito, Franco (2000, p. 28) explicita o desenvolvimento local como:

Troca a generalidade abstrata de uma sociedade global configurada à semelhança ou como suporte do Estado (como é o caso das chamadas sociedades de massa) pelas particularidades

concretas das múltiplas minorias sociais orgânicas que podem projetar... (endogenamente) futuros alternativos para a coletividade e, sobretudo, antecipar estes futuros em experiências presentes.

A palavra desenvolver, quer dizer fazer crescer, prosperar, gerar, produzir, progredir. Entretanto, para que essa dinâmica aconteça é preciso a reunião de vários fatores, de modo que o poder local deve estar voltado para uma gestão de mudança dos paradigmas do sistema de consumo e de produção, a fim de satisfazer as necessidades de todos a um baixo perfil de consumo de energia e de recursos naturais. É necessário que exista, na comunidade local, uma vontade política e social que possibilite a prática dessas ações. É preciso, também, a participação da sociedade.

Um das principais características presentes no processo de Desenvolvimento Local, conforme Franco (2000), é a dinâmica da cooperação e competição. A dinâmica cooperativa forma a comunidade e a dinâmica competitiva insere a localidade em um processo de desenvolvimento de mercado. As unidades competitivas devem ser constituídas com base na cooperação, para que os pequenos atores locais não sejam destruídos pela concorrência com atores maiores em um bom âmbito global. As cooperações devem ser exercitadas em redes com aqueles que se encontram mais fragilizados no mercado econômico.

O texto de Franco, (2000) de partida, levanta algumas variáveis essenciais para o desenvolvimento local. A princípio, seriam: gerar renda, multiplicar o número de proprietários produtivos, elevar o nível de escolaridade da população e aumentar o número de organizações da sociedade civil.

Por que uma sociedade se desenvolve? A resposta é que os seus moradores devem estar usufruindo uma condição de vida melhor. Até dado momento, não existe uma fórmula segundo a qual tais ingredientes se combinam produzindo aquilo que se chama desenvolvimento. Um dos indicadores mais importantes do desenvolvimento local não é o número de edifícios construídos em uma cidade ou a quantidade de produtos fabricados. A cidade considerada desenvolvida não é a cidade grande; a boa para se viver é aquela cuja

população tem bem-estar e não aquela cujos habitantes vivem o tempo todo preocupados em se defender dos seus vizinhos, temendo pelo dia a dia de sua família.

Nessa ótica, segundo Franco (2000, p. 36), quando se fala em desenvolvimento fala-se, que é preciso estar bem atento para os tipos de “capitais”, os quais podem ser chamados de: capital empresarial, capital humano, capital social e capital natural. O autor se refere a capital humano quando este cria ou gera o capital empresarial, produtivo da riqueza, conseqüentemente diretamente ligado ao conhecimento, à capacidade de criar e recriar, e envolvendo também as áreas da educação, da saúde, da alimentação, da cultura, da pesquisa e várias outras. O capital social decorre dos níveis de organização de uma sociedade, da capacidade de confiança e cooperação da comunidade, de quanto a população exerce a cidadania e o civismo e a boa governança. Por último, o capital natural, considerado de igual importância aos demais, refere-se às condições ambientais, cada região e localidade têm as suas diferenças espaciais herdadas. Existe a diferença dos solos, que poderão ser férteis ou não. Enfim, esses fatores devem ser intrinsecamente relacionados entre si para que o desenvolvimento aconteça.

A importância de o desenvolvimento sustentável ser construído no local é que com isso ele se torna um elemento de transformação sócio-político-econômico e espaço para ascender às novas formas de parceria, solidariedade e cooperação, bem como coloca em evidência o desenvolvimento da cidadania, favorecendo o fortalecimento das forças comprometidas com a igualdade humanitária, que podem proporcionar a cada indivíduo, até o excluído, experimentar o gosto de pertencer a uma comunidade.

Da mesma forma, as relações de parceria realizam-se com mais flexibilidade, de vez que cada parceiro conhece as possibilidades e as necessidades dos outros parceiros, numa interação entre diversos atores relevantes, envolvendo as áreas governamentais, empresariais e sociais, estabelecendo uma relação em que todos tenham condições de ganhar. Em contrapartida, para tais atores o desenvolvimento local vem se tornando uma questão de sobrevivência, o que estimula a substituição de certos tipos de práticas políticas e sociais por outras mais democráticas e mais sustentáveis.

Enfim, esse enfoque objetiva a redução da pobreza por meio da inserção competitiva e que o processo econômico tenha orientação para aproveitar os recursos endógenos de uma forma eficiente, em uma interação holística com o social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológico, que determina o processo de desenvolvimento. Para a continuidade do processo recomenda que deve existir um planejamento participativo, baseado em um diagnóstico e particularidades locais e, finalmente, na oferta articulada de programas e ações governamentais e não-governamentais.

Constata-se que a amplitude sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável está ainda em processo de construção, bem como está sendo motivo de intensa disputa teórico-política entre os atores que participam desse processo - governos nacionais, organizações internacionais, organizações não-governamentais, empresários, cientistas, ambientalistas. Apesar de grande interesse, ainda não há um consenso em relação à sua abrangência e significado. A complexidade que envolve essa temática demonstra que os paradigmas da sustentabilidade estão assentados em certos interesses que dizem respeito a uma concepção de mundo.

### **2.2.2. Estratégia e desenvolvimento local**

A perspectiva do Desenvolvimento Sustentável, como já foi mencionado, consiste em aumentar as opções de melhorias para a vida das pessoas, sobretudo aquelas menos favorecidas. Dentre essas opções, estão o trabalho com renda, alimentação, educação, saúde e moradia. O caráter sustentável visa a reforçar os laços de realimentação, ampliando as cadeias produtivas que geram mais capital humano, gerando mais capital social e mais capital empresarial, que irá gerar mais renda, que, de novo, gera capital humano e assim sucessivamente.

Remontando-se o pensamento clássico de origem Aristotélica, sabe-se que o ser humano deve ser fim em si mesmo e não um meio para outros fins. Assim como no início do século XX Max Weber, com sua visão pragmática do sentimento democrático, seu

humanismo e suas incessantes campanhas contra a demagogia, pregava que:

Os frutos de todas as tentativas econômicas, sociais e políticas do presente beneficiarão não as gerações vivas, mas as futuras. Se nosso trabalho tem sentido, ele só pode tentar ao futuro, isto é, aos nossos sucessores... A questão não é como os homens do futuro se sentirão, mas quem serão eles... E na verdade essa questão está na raiz de toda atividade econômica e política. (Weber, 1963, p 50).

Como se observa, a preocupação pelo progresso social vem evoluindo ao longo do tempo, principalmente nessas duas últimas décadas, quando os países desenvolvidos aumentaram acentuadamente as análises das iniciativas locais, a fim de encarar o problema crescente do desemprego provocado pela revolução tecnológica e estrutural. Trata-se, como diz Sen (1993), de ver o desenvolvimento como expansão de capacidades, das potencialidades e que percebe a vida humana como um conjunto das atividades e modo de ser, relacionando o julgamento da qualidade de vida à avaliação da capacidade de funcionar ou de desempenhar funções. Sen (1993) critica ainda a indevida vinculação do aumento do produto nacional bruto como critério de desenvolvimento e, conseqüentemente, como progresso social.

Sob esse aspecto, Llorens (2001) surge com uma estratégia para a construção de uma nova agenda política, na luta contra a exclusão social, mediante a criação de atividades produtivas, isto é, o desenvolvimento econômico local. Ele sugere que se deve lutar contra a passividade dos atores sociais que ficam aguardando subsídios do governo para que haja iniciativa para a criação de novas empresas e a formação de redes locais, bem como programas de ajuda à geração de empregos independentes ou então de pequenas empresas pelos próprios desempregados. Ou melhor, esclarece que as iniciativas locais de empregos anteriores, trabalhadas sozinhas, não são suficientes para ativar o desenvolvimento local. Em seu entendimento, é preciso descobrir os problemas de qualificação dos recursos humanos locais para o emprego e criar novidades na base produtiva e do grupo empresarial que, porventura, possa existir na localidade.

O texto de Llorens (2000) levanta alguns itens acerca das novas políticas territoriais de desenvolvimento, apontando para o fato de que as iniciativas de desenvolvimento local devem ter a habilidade de humanizar os recursos endógenos e exógenos, com a percepção

de que é importante vincular adequadamente o sistema educacional e de capacitação e de organizar redes de cooperação entre empresas, além de facilitar a capacitação e a informação estratégica sobre mercados, produtos e insumos. Essa nova proposta estratégica enfatiza e coloca em prática orientação, decisões e projetos na busca de alcançar objetivos definidos de uma forma articulada pelos diferentes atores sociais locais, públicos e privados.

Outra área que merece maior atenção é a de formação de empresários inovadores, que deve ser cada vez mais incentivada pelas instituições que funcionam com a finalidade do desenvolvimento local.

Aprofundando a questão do desenvolvimento local e os novos papéis da gestão pública, Llorens (2001) complementa que o setor público vem se modificando em relação ao tratamento que mantinha com as empresas privadas, de vez que não havia uma interação deste com o setor privado, dispensando a contribuição que esse setor poderia oferecer na geração de emprego e de renda na produção de bens, serviços e tecnologia. Todavia, nas duas últimas décadas a postura do governo começou a se inverter estimulando a privatização de alguns serviços que eram executados até então por empresas públicas. Via-se que, no passado, o distanciamento das abordagens econômicas locais eram bem acentuadas, havia uma concepção centralista, enfatizava-se mais as características exógenas do desenvolvimento territorial, deixando um pouco de lado os recursos humanos locais e o potencial endógeno.

O avanço dos processos de descentralização facilita a busca de espaços de articulação pública e privada dos governos regionais e municipais, abordando diversas políticas de desenvolvimento e a reforma da função pública, que gera a melhoria de atendimento e da qualidade dos serviços públicos. Configuram-se, então, as bases para um novo modo de intervenção pública, que deve reforçar o eixo econômico das diferentes comunidades locais, isto é, estimular e facilitar as iniciativas de desenvolvimento econômico local; delegar controle e atividades a instituições autônomas, públicas, privadas ou mistas, reforçando a avaliação conjuntamente com os atores relevantes.

É preciso entender que a atuação do governo deve ser de mediador e catalisador, dando informações, agilizando linhas de financiamento, encorajando as iniciativas de desenvolvimento local. Isso envolve uma visão de futuro do desenvolvimento, participando com os líderes e também coordenando as políticas públicas e analisando os impactos locais, avaliando e dando conta da aplicação e do uso dos recursos.

O foco do estudo procura estar centrado na questão de que o desenvolvimento deve ser visto como um processo humano que visa ao homem, ao desenvolvimento humano. Quanto à sustentabilidade, por sua vez, tem relação com a preservação do ambiente natural, de tal maneira que as gerações futuras possam utilizar a natureza. Trata-se de um compromisso que esta geração deve assumir afiançando as próximas gerações.

Discutir sustentabilidade engloba reflexão em várias dimensões, isto é, a dimensão sobre o ponto de vista ecológico, econômico e humano (ecumênico). Ademais, a preservação do meio ambiente visa à busca da satisfação das necessidades humanas, não só as biológicas, mas cultural, intelectual, espiritual e emocional, enquanto a sustentabilidade econômica oferece condições para que o progresso científico e técnico continue; ele é a base para qualquer proposta de desenvolvimento sustentável. A economia sustentável é o ponto de partida. Os projetos devem ser associados tanto ao local como aos produtores e ter uma referência clara sobre para qual mercado se direciona aquela produção.

Além disso, é importante combinar a ação do Estado com a sociedade civil para que haja ações coordenadas, articuladas com os mesmos fins, tendo como conseqüências as políticas públicas no sentido de conduzir a sociedade para determinar propostas. É preciso que a sociedade perceba que está em falta a decisão política como decisão da pólis, não só dos políticos, mas do todo, da sociedade em seu conjunto. Essa postura necessita ser tomada o quanto antes, de vez que não serão os governantes que irão resolver os problemas, como enfatiza Mendes (2000, p. 102) em sua exposição sobre Pobreza e Desenvolvimento Regional: “O Estado tem, sim, um papel a desempenhar: o papel de regulação, não necessariamente de concorrência ao setor produtivo e privado, mas sem a regulação do

Estado muitas coisas não se realizam, não se produzem. O papel do Estado é o de regular e viabilizar a agenda”.

### **2.3 Turismo: uma discussão conceitual**

Nessa temática, há uma variedade de conceitos, a maioria ligada à metodologia funcionalista e estruturalista. Entretanto, definir a função e a estrutura não tem sido suficiente para a explicação desse fenômeno. Existem várias divergências em torno dessas conceituações, de vez que o turismo é um fenômeno recente, havendo necessidade de estudo interdisciplinar.

As ciências no campo da Geografia, Economia, Sociologia, Antropologia, Administração, Comunicação e Psicologia redesenham o turismo com maior seriedade e profundidade de estudos, embora grande parte deles fique compartimentada e sem uma visão holística. Como menciona Beni (1998, p. 16),

os especialistas do assunto estudam um ou mais componentes em separado, tratando-os minuciosamente, mas não se preocupando, quase sempre, em correlacioná-los com os demais, também muito importantes, deixando de mostrar o quadro amplo e total em que surgem, tocam-se, entrelaçam-se e casam-se para produzir o fenômeno global.

Os estudiosos em questão preocupam-se com a dicotomia que ainda existe entre as ciências sociais naturais e as ciências sociais. É importante um modelo que entenda o ser humano como autor e sujeito do mundo; ele é a peça central. A disciplinarização do saber empobrece a apreensão da totalidade. Pensando assim, acrescenta Rodrigues (1999, p. 21): “O conhecimento será buscado não em disciplinas estanques, mas sim em eixos temáticos. Diante dessas idéias, acreditamos que não é mais o momento de insistir na sistematização dos estudos do turismo para emprestar-lhe *status* de uma ciência autônoma.”

A Geografia enriquece, de uma forma um pouco incipiente, a compreensão do fenômeno turismo por estudar a organização espacial. Sendo o turismo uma atividade que está em constante interação com o espaço, é premente o interesse de incluí-lo nas suas investigações. Como afirma Coriolano (1998, p. 22), “o turismo é antes de tudo uma



experiência geográfica. Apresenta-se como fenômeno geográfico no sentido de representar uma relação direta entre o homem e os espaços, ou seja, o homem e o ambiente. É um induto da organização espacial e da mobilização de fluxos populacionais. Por meio do turismo, a natureza, o litoral, as cidades, os espaços geográficos transformam-se em espaços turísticos.”

Rodrigues (1999, p. 30) conceitua o turismo dando um enfoque social e pedagógico que se considera oportuno:

O tempo livre torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e se compra. A evolução atual da sociedade industrial mostra que o tempo livre, longe de ser um tempo privado do indivíduo, de seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criado de novas relações sociais carregadas de novos valores.

Ainda conceituando o turismo, considera-se mais pertinente a definição contemplada pela Organização Mundial do Turismo, adotada por Marques et al (2001, p. 23): “Turismo compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens a lugares distintos aos de sua residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de lazer, de negócios e outros”.

No Brasil, o turismo começa a se solidificar no ano de 1966, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), enfatizando o turismo interno e só posteriormente expandindo-se internacionalmente. Mesmo com a crise econômica dos anos 80, o turismo permaneceu em crescimento quando saiu fortalecido pelos líderes governamentais que o descobriram como uma alternativa econômica a fim de erguer a economia deprimida das regiões Nordeste e Amazônica. Entretanto, só em 1992 foi que surgiu o Plano Nacional de Turismo, com o objetivo de disciplinar o turismo tanto nas instituições privadas como públicas. Em 1994, foram elaborados dois documentos de real expressividade para a política do turismo. O primeiro documento direcionou-se para a Política Nacional de Ecoturismo, proposta pelo Ministério de Indústria, Comércio e Turismo (MICT) pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). As diretrizes dessa política valorizam o grande potencial ecoturístico brasileiro, principalmente o Nordeste e a Amazônia. O segundo documento, voltado para o Programa Nacional de Municipalização

do Turismo (PNMT)<sup>6</sup>, foi criado para delimitar as estratégias de descentralização da atividade turística baseada na gestão municipal local, que contempla a realidade local.

Para o Nordeste, foi criado, em 1993, o Programa de Desenvolvimento para o Turismo do Nordeste (Prodetur) por iniciativa dos governos dos Estados da Região, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Banco do Nordeste (BN) e Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE). Esse programa privilegia o aproveitamento adequado do litoral nordestino e conta com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como agente financeiro internacional e o Banco do Nordeste (BN) como agente financeiro brasileiro e executor.

Qualquer execução de programas, projetos e atividades deverá respeitar as variáveis culturais, sociais e econômicas em quaisquer território e circunstância. Cabe ao governo federal, por intermédio dos órgãos afins ao turismo, orientar e coordenar todos os programas oficiais articulados com os da iniciativa privada, assegurando um desenvolvimento uniforme à atividade turística nacional. Na esfera estadual, os governantes quase sempre esquecem os fins, principalmente em relação aos benefícios sociais, e atuam na melhoria do balanço de pagamentos, em detrimento da criação de empregos, redução da sazonalidade e incentivo à proteção ambiental.

É usual dizer que o turismo é um fenômeno econômico, de vez que, às vezes os efeitos econômicos são mais evidentes. Porém, esse fenômeno é muito pouco para explicar toda a complexa importância que tem na sociedade. O turismo é também um “fenômeno social” em decorrência de uma série de atividades, tais como hospedagem, transporte, diversões e outras que, por seu efeito multiplicador, criam situações sobre o meio ambiente em que se desenvolvem, as quais podem ser de caráter econômico, social, cultural e ecológico.

Além do Estado, existem outros centros de decisões formados por organizações privadas e associações de classes que interferem no sistema do turismo. Para elas, a formulação de uma política de Turismo deve compreender “o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos

---

<sup>6</sup> Para mais informações sobre o PNMT, busca/consulta [www.pnmt.embratur.gov.br](http://www.pnmt.embratur.gov.br).

globais para o turismo do país; elas determinam as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado e facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal” (Beni, 1997, p. 99).

Para investir em um turismo de qualidade, é preciso estar atento à utilização do conceito de ciclo de vida, o qual se caracteriza por fases: exploração, investimentos, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio ou rejuvenescimento. Esse instrumento significa avaliar a evolução do destino e dos produtos turísticos. Para tanto, é preciso enfrentar o desafio do desenvolvimento sustentável, não apenas do patrimônio natural, mas também dos produtos que compõem os atrativos e equipamentos turísticos. A noção de sustentabilidade deve ser defendida tanto na teoria como na prática, pois o meio ambiente é a base econômica da atividade turística, e os interesses individuais de curto prazo do empresário podem não ser compatíveis com os de longo prazo dos poderes públicos.

O que deve ser usado como forma preventiva do turismo para um desenvolvimento sustentável é a capacidade de suporte, que corresponde ao número máximo anual de visitantes que o atrativo turístico natural pode suportar sem sofrer alterações, prejuízos físicos em seus ecossistemas e sem incomodar a comunidade e as culturas locais, considerando-se o equilíbrio dinâmico entre ambiente, quantidade de turistas e qualidade dos serviços instalados.

Como a ênfase deste trabalho reside no Agroecoturismo, faz-se necessário já abordar algumas de suas características.

### **2.3.1 Agroecoturismo, conceito e algumas de suas características**

Conduzir a atividade turística para o desenvolvimento local é um grande desafio. A redescoberta crescente da opinião pública por atividades e a discussão referente ao meio ambiente e ao *stress* da vida cotidiana nos centros urbanos abrem prioridades ao desenvolvimento do turismo como base local.

A valorização da natureza pelo homem contemporâneo impõe a urgência do estabelecimento de negociações, políticas e regras visando garantir os recursos e atrativos básicos para o desenvolvimento e gestão dessa atividade. Implica também, conhecer os processos da organização espacial, compatibilizando as opções de uso com o trabalho técnico-científico. Nesse enfoque, a Geografia valendo-se das ciências sociais, ancora-se na percepção e no comportamento ambiental, na fenomenologia existencial, tendo a visão do todo nas pesquisas científicas.

Essas referências teóricas são fundamentais para o turismo ecológico. Inspiradas nos paradigmas da ecologia profunda, elas exigem o abandono da perspectiva “antropocêntrica” para um enfoque “biocêntrico” em que o homem é considerado uma das espécies da natureza.

Embora o turismo relacionado com a História Natural sempre tenha existido, foi a partir de 1980 que se registrou um aumento considerável de viagens com fins de conservação dos recursos da área natural. Hoje, está crescendo paulatinamente a procura pelo espaço rural, onde as motivações são diversas para aqueles que desejam fugir de áreas de grande oferta de equipamentos turísticos nas cidades grandes.

Na ótica de Rodrigues (1997, p. 36) o turismo rural

tem suas bases materiais, assentadas numa diversificada agropecuária semicomponesa de subsistência e num artesanato doméstico, além de costumes e valores opostos aos das sociedades urbano-industriais. As comunidades tradicionais são primordialmente procuradas como forma de restabelecer os “elos perdidos” com hábitos e costumes pretéritos, idealmente representados como referências de um bem viver saudável, contraposto à degradação do ambiente e da qualidade de vida existente nos grandes aglomerados.

O turismo rural da Europa, em especial o Agroturismo, tem uma forte ligação com as comunidades e as suas formas de vida. Não raro, os turistas participam da vida familiar dos proprietários, e as propriedades são preparadas para proporcionar um melhor bem estar aos visitantes. Estudos promovidos pela Comunidade Européia indicam o interesse do campo para se passar as férias. Salienta que a Dinamarca, Holanda, Alemanha, França, Portugal, Espanha, Itália e Austrália são os países mais preocupados com a prática do Agroturismo. É uma nova redescoberta da classe média alta, que procura resgatar o

convívio colorido da paisagem do campo, sentir o cheiro da terra e participar da cultura das experiências de vida de pessoas simples e acolhedoras como no caso do homem campesino. Quanto aos países latino-americanos, destacam-se os Estados do Sul do Brasil, o Chile, o Uruguai, a Guatemala, a Argentina e a Costa Rica.

Segundo Lage e Milone (2001), o “Agroturismo”<sup>7</sup> nasceu na Itália, em meados da década de 60, e era visto como uma revitalização da economia rural, que na época sofria uma crise financeira e provocava o desestímulo de agricultores. Era uma forma de reverter o quadro de migração da população rural para as áreas urbanas.

A Lei Nacional italiana nº 730/85, de 5 de dezembro de 1985, conceitua o Agroturismo como “uma atividade receptiva de hospitalidade exercida pelo empreendedor, simples ou associado e também familiar, com seus dependentes, por meio do uso da fazenda agrária, em conexão e respeito total com a produção agrícola, que deve ser sempre o interesse principal como atividade preponderante de cultivo” (Lage e Milone, 2001, p. 175).

Como mencionado anteriormente, o Agroecoturismo refere-se ao espaço rural com as áreas de ocupação predominantemente agrícolas, produtivas, protegidas da exploração florestal, tomando-se cuidado para não alterar a integridade do ecossistema e das tradições como folclore, dança, artesanatos, gastronomia autêntica e natural, com grande preocupação de preservar a natureza.

Logo após a promulgação da referida lei italiana, o governo vasco, (região da Espanha que luta pela igualdade sócio-econômica do seu povo) publicou, em 1988, um decreto em que abre a possibilidade de ajudar os proprietários que queiram complementar suas atividades com o turismo, colocando em prática uma ação conjunta do governo e dos deputados envolvidos no programa de Agroturismo.

No Brasil, a Comissão de Economia, Industrial, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 5797/01, que estende ao Agroturismo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuição das Microempresas. O projeto

---

<sup>7</sup> A nomenclatura Agroturismo é conhecida em toda parte do mundo

é de autoria da deputada Marisa Serrano (PSDB-M) e altera a lei que dispõe sobre política agrícola, incluindo o turismo rural entre as atividades beneficiadas. Prevê que as pessoas jurídicas que se dedicam à atividade agrícola ou ao Agroturismo estarão sujeitas aos mesmos regimes tributários, trabalhistas e previdenciário das demais atividades previstas na lei. O projeto aguarda distribuição da Mesa para as comissões técnicas, conforme informações na página dos estudos turísticos.<sup>8</sup>

Ainda a esse respeito, o Centro de Estudos e Programação da Agricultura, denominado rede Cepagro<sup>9</sup>, começou a incluir essa atividade agroecoturística, a partir do ano de 1993, aqui no Brasil, adotando a experiência francesa, que há 40 anos procura estimular a participação intensa das comunidades na construção e implantação de um desenvolvimento local

O turismo rural requer duas condições básicas: primeiramente, quando da implantação os objetivos devem ser claros quanto à importância de promover a interiorização do turismo, viabilizar fonte de venda do produto rural e resgatar a cultura local, valorizando os seus princípios éticos; o segundo aspecto refere-se à participação da comunidade numa integração de respeito e cordialidade entre visitante e morador.

Outros fatores a serem ponderados são os principais fundamentos do turismo na zona rural. Segundo o idealizador do turismo rural em Lages, Santa Catarina, Zimmermann (1996, p. 25), eles são constituídos de

identidade própria, respeito pelas características do ambiente, à preservação da paisagem, aos tipos de atividades produtivas, à cultura étnica do proprietário e do local, à arquitetura das edificações da propriedade. São esses os fatores que darão identidade própria ao local a ser trabalhado. Autenticidade... assim o “clima” local. Harmonia Ambiental significa preservar e observar o perfil arquitetônico. A preservação dos sistemas tradicionais de hospedagem promove forte relacionamento humano de amizade.

O turismo rural e o Agroturismo na Europa, principalmente na Itália, permanecem estreitamente ligados. A diferença entre Turismo Rural e Agroecoturismo baseia-se na parte da atividade agrícola. As atividades do turismo rural não estão necessariamente ligadas às produções agropecuárias nem requer que o visitante participe das tarefas do

---

<sup>8</sup> Consulte [www.estudosturisticos.com.br](http://www.estudosturisticos.com.br)

<sup>9</sup> Mais informações sobre Cepagro, consulte [www.nekatur.net](http://www.nekatur.net).

estabelecimento. Por outro lado, o turismo rural é sumariamente amplo, incluindo em algumas de suas modalidades o agroecoturismo, ecoturismo, turismo de aventura e outros.

O Agroecoturismo, por manter sintonia com o desenvolvimento sustentável, exige uma prática educativa, desenvolvendo uma cultura ambiental, que, parece, será uma exigência do terceiro milênio. Portanto, é preciso que fique claro o que é produto e atrativo, isto é, atrativo é o local. Transformar isso em produto exige um esforço sem perder as características do atrativo/produto. É o atrativo que se transforma em produto e reverte em cidadania.

Vejamos os argumentos de Gustavo Krause, quando era ministro do Meio Ambiente, em entrevista concedida a Lúise Chayb, in *World Ecotur* (1997, p. 9): “É preciso que todos comecem a entender que a natureza por si só dá dinheiro; a espécie viva vale mais que a espécie morta; a árvore em pé vale mais que a árvore cortada; a água limpa vale mais que a água poluída”. O Agroecoturismo pode demonstrar concretamente essa relação harmoniosa entre o homem e a natureza a partir de uma visão pragmática e pedagógica.

Enfim, o Agroecoturismo requer uma abordagem multidisciplinar, um planejamento cuidadoso, diretrizes e regulamentos rígidos que garantam um funcionamento estável. Para dar certo é necessária a inter-relação do governo com as empresas privadas, comunidades locais, organizações não-governamentais e demais atores, como os donos dos engenhos, por exemplo. O Agroecoturismo tem que ser ambientalmente sustentável, antes de o ser economicamente, pois, se ele resultar apenas em trabalho braçal, implicará redução de padrões éticos e prejuízo à agricultura e não será um bom investimento.

O litoral é ainda o principal cartão de visitas do turismo pernambucano. Entretanto, estão surgindo atrações distante do litoral para quem procura novidades, o que demonstra crescimento. O turismo rural surge como uma grande opção de lazer e entretenimento daqueles que querem desfrutar das belezas naturais e da qualidade de vida que o campo oferece.

A terra do frevo e do maracatu despertou para o fato de que os visitantes da cidade podem trocar as praias pelo interior pernambucano, que dispõe de grande variedade e

diversidade de fazendas tradicionais, engenhos e uma cultura rica em tradições com uma história de homens ilustres e revolucionários. Além disso, o turista vai usufruir recursos naturais, tais como fontes de água mineral, cachoeiras, trilhas ecológicas, aves raras, passeios a cavalo, plantações.

Como foi frisado anteriormente, a literatura mostra que nem todos os atores estão interessados na melhoria da performance, e neste sentido o problema de implementar o agroecoturismo no município do Moreno consiste em fazer com que aqueles não-interessados nos ganhos do desenvolvimento do turismo cooperem com os objetivos de construção e implementação da política pública para o Agroecoturismo. A não-cooperação na construção de uma política confere grandes dificuldades à gestão e ao alcance de eficiência no manejo do desenvolvimento sustentável.

A cooperação dos atores, aqui identificados como *stakeholders*, é fundamental para viabilizar o sucesso de uma política. O sucesso de implementação depende do grau de cooperação com os objetivos da política pública. Portanto, o problema central reside em criar e manter uma coalizão dos *stakeholders* que possam contribuir com os recursos necessários à existência da consolidação do Agroecoturismo em um determinado contexto local, como é o caso do município do Moreno.

Nesse sentido, *stakeholders* são elementos estratégicos que podem cooperar com a formulação das políticas públicas, desempenhando um papel decisivo para explicar o sucesso ou a falha da implementação do Agroecoturismo, ou seja, quanto maior o não-alinhamento dos interesses entre os objetivos pretendidos pela política pública e os interesses dos *stakeholders*, tanto maior a possibilidade de as reformas não obterem a cooperação necessária para a sua sobrevivência. Portanto, é imprescindível o alinhamento de interesses dos *stakeholders* com os objetivos da política do Agroecoturismo, para que se possa promover a mudança institucional (regras formais e informais) onde ele for necessário.

A ação institucional, para ser relacionada com a viabilidade da implantação do Agroecoturismo, sugere que se investigue os *stakeholders* que exercem um papel relevante



no processo gerencial e quais as competências e recursos de cada um para a implementação do Agroecoturismo. É necessário que existam maior autonomia, flexibilidade e responsabilidade, para, com isso, inovar a gestão municipal desde a fase de formulação dessa política.

Segundo Philippi et al (1999), para se viabilizar a gestão de uma política de caráter ambiental local, uma das iniciativas a ser realizada deve ser a definição do campo de ação em que ela deverá atuar e com quais atores se relacionar. Isso se aplica perfeitamente ao Agroecoturismo, requerendo-se que o prefeito esteja envolvido e aceite a elaboração de um programa de trabalho na administração pública municipal, como início para a conscientização a respeito da importância com que deve ser tratada essa questão.

A montagem de uma política pública de Agroecoturismo, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, exige que haja um processo de coleta de informação, discussão e troca de opiniões com os diversos *stakeholders* envolvidos com a questão do turismo, para que possam refletir os princípios e as metas em âmbito municipal. Para que ela se concretize é preciso que haja o poder decisório, isto é, levar ao prefeito a consciência e as alternativas concretas, mostrando-se que a política do Agroecoturismo pode ser um elemento de melhoria para o município. Logo após, montam-se estruturas com técnicos competentes para execução das tarefas. Em seguida, estimula-se a participação da comunidade, visando à melhoria de sua qualidade de vida (Phillippi et al, 1999, p. 132).

Devem-se buscar caminhos inovadores para a gestão do Agroecoturismo com discussões de temas ambientais e turísticos, fazendo associações entre causas e conseqüências, entre possibilidades e oportunidades de atuação, para se criar um novo paradigma. Os problemas turísticos e ambientais não são resolvidos sozinhos. Exigem a interlocução, uma conversa com todos os *stakeholders* relevantes e a convocação da comunidade para comprometer-se e compartilhar.

## **2.4 Políticas públicas e seus *stakeholders***

### **2.4.1 Conceito de políticas públicas**

É pertinente que o Estado deve utilizar suas políticas públicas para a melhoria das condições econômicas e sociais, induzindo a realização de ações planejadas. Entretanto, alguns governantes necessitam ser movidos por atos de pressão para começar a interferir diretamente sobre os diversos segmentos. Monteiro (1982, p. 10) comenta que as políticas públicas apresentam um elemento muito forte de indução, a partir das reivindicações ou de interesses especiais de grupos na sociedade.

Monteiro (1982) esclarece ainda que podem ser identificados numa sociedade três grupos de indivíduos que costumam desempenhar um papel relevante no surgimento e na trajetória de uma política pública: os políticos (ou coalizões políticas); os burocratas (ou a burocracia do governo); e os grupos de interesses especiais (ou grupos de interesses). Dessa maneira, o Estado sente-se coagido por movimentos de pressão e passa a interferir em diversos segmentos, podendo defini-los, limitá-los e facilitar a ampliação das questões que envolvem o objeto de sua ação planejada.

Muitos autores contestam a perspectiva da ação do Estado por intermédio das políticas públicas, que algumas vezes priorizam os fatores econômicos e não os sociais. Guerreiro (1983), no seu modelo de estudo, argumenta que a sociedade é constituída por vários espaços institucionais alternativos e que o sistema de governo deverá ser capaz de formular e implementar as políticas e decisões necessárias para esses diferentes espaços institucionais.

Diversos autores posicionam-se em relação ao conceito de políticas públicas, que por vezes se tornam complementares. Para Monteiro (1982, p. 7), “política pública é o produto do processo decisório, envolvendo a determinação de um curso de ação (ou inação), deliberadamente orientado para a provisão de bens e ou serviços de natureza

pública”. Em contrapartida, Rodrigues (1988, p. 25) define as políticas públicas como sendo um instrumento utilizado pelo Estado para reduzir as diferenças existentes entre as diversas classes sociais e, assim, promover o desenvolvimento social. Nessas definições de políticas públicas, pode-se observar uma visão substantiva na primeira, e na segunda uma visão processual.

Sampaio (1987, p. 108) busca definir dois tipos de relações principais, que condicionam a eficiência da política: “As relações verticais entre órgãos planejadores (em nível federal, regional, estadual) e órgãos executores em nível estadual e local, e as relações horizontais entre órgãos planejadores executores, no mesmo nível”. As relações verticais, como as horizontais, podem ser observadas no espaço do aparelho do Estado brasileiro.

Fischer et al (1988, p. 129) vão mais além, ao focalizar as relações entre aparelho do Estado e a sociedade, mostrando que “é na esfera municipal que se processa a articulação mais direta entre o Estado e a sociedade, bem como é no governo municipal que os problemas de gestão pública se tornam, por razões óbvias, mais transparentes e de maior repercussão”. Essas questões fazem com que o município desponte como um grande agente de justiça social, pois é no nível local que se podem realmente identificar com clareza as principais ações redistributivas. É a força do poder local que muitas vezes inviabiliza políticas públicas elaboradas a distância e que, por não conhecerem ou por ignorarem seu potencial de influência, não as consideram, sendo, portanto, atropeladas por esse poder local.

Essas forças políticas podem interferir, de modo direto ou não, nas estruturas de funcionamento das políticas públicas tanto no meio rural como no urbano. Pode-se até dizer que os municípios no meio rural exigem uma atenção mais intensa, por serem mais arraigado aos seus costumes e a uma política clientelista. Normalmente, essas forças políticas estão relacionadas com atores locais, famílias tradicionais e organizações relevantes.

A Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura (Contag), em seu programa de Formação de Lideranças e Técnicos em Desenvolvimento Sustentável, ensina

que se a sociedade civil pretende transformar a realidade de acordo com os seus objetivos, antes de tudo, deve influir nas políticas públicas, entendendo “políticas públicas como as diretrizes e regras que regulam e dizem como devem ser as relações entre o poder público e o Estado” (Contag, 1998, p. 55).

De acordo com esse órgão, é preciso estar atento para quem decide essas políticas e que grupos ficam com os custos e os benefícios delas. Ademais, para que uma política seja pública é preciso seguir algumas etapas: **Diagnóstico Participativo**, com a intervenção de diversos atores e que estes participem na problemática do local e saibam sistematizar e analisar as experiências já desenvolvidas; criar alternativas de análise dos cursos e resultados; identificar as fontes de recursos, orçamentação e negociação entre os diferentes atores. **Decisão**, é preciso que haja competência das diversas esferas públicas envolvidas, dos recursos e estratégias de implementação, cronogramas, parâmetros de avaliação. **Implementação**, detalhamento de modelos, projetos e mobilização. **Execução**, divisão de responsabilidades entre os atores e acionamento dos instrumentos. **Avaliação**, acompanhamento do processo e resultados conforme indicadores, redefinição das ações, correção de rumos (Contag, 1998).

As conquistas sociais advêm da mobilização social e da ação coletiva, que, além de desempenhar o papel de crítica e de reivindicação, é necessário ocupar os espaços em conselhos ou organizações, podendo participar do debate público na co-participação das políticas públicas e na sua implementação.

Tradicionalmente, a literatura especializada caracteriza a ação do Estado como centralizadora de poder no topo da estrutura administrativa, criando uma infinidade de complexos burocráticos, provocando o distanciamento acentuado entre o planejamento e a execução das políticas públicas.

Essa excessiva centralização provoca freqüentes crises nos serviços prestados pelo Estado, motivando as lideranças políticas e comunitárias a se organizarem em prol de uma maior participação no processo de planejamento das políticas, isto é, tanto na formulação quanto na implantação.

Enfim, neste estudo estão sendo utilizados os conceitos básicos da análise de políticas públicas, aplicadas ao caso brasileiro, elaborados por Frey (1997), os quais servirão de referencial teórico no estudo de caso do Agroecoturismo e desenvolvimento sustentável no município do Moreno.

Como parâmetro, o autor apresenta os conceitos básicos da ‘policy analysis’, tentando estabelecer inter-relações entre as instituições políticas existentes localmente, o processo propriamente dito e os conteúdos com ela relacionados.

#### **2.4.2 Conceito de *stakeholders***

Os atores públicos e privados, aqui identificados como *stakeholders*, surgem como uma temática nova para implementar planos que possam viabilizar a construção de um consenso público que derive numa cultura cívica, força principal para o desenvolvimento. O desafio de hoje é o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias como estratégia de mudança e inovações. O processo participativo é prioritário, de vez que representa uma grande oportunidade democrática. Como exemplo, a Agenda 21 Local é um instrumento de planejamento participativo para a administração local que vem sendo difundido em várias cidades brasileiras, que, junto com o poder público, aprendem sobre suas dificuldades, identificam as prioridades e movimentam forças que podem transformar sua realidade.

A grande contribuição da teoria dos *stakeholders* (literatura relativamente recente) consiste em referir que eles devem ser considerados poderosos agentes das estratégias de inovação e mudança, capazes de usar o seu poder em prol da organização e de sua adequação às práticas socialmente institucionalizadas (Oliveira, apud Freeman e Mintzberg, 2002). Mitchell et al (1997) afirmam que os *stakeholders* exercem um grande poder nas ações políticas e coalizões que garantem a construção da defesa de uma causa. Daft (1999) refere-se aos *stakeholders* como partes interessadas no desempenho da organização e salienta que, quando qualquer parte interessada importante se torna muito insatisfeita, a

organização tem sua viabilidade ameaçada.

*Stakeholders*, partes diretamente interessadas nessa política, segundo Stoner e Freeman (1985, p. 76), são grupos ou indivíduos direta ou indiretamente afetados pela busca de uma organização por seus objetivos. Esses autores também classificam os *stakeholders* de acordo com o ambiente onde se encontram atuando. Os *stakeholders* internos são aqueles que, mesmo não estando dentro do ambiente de organização, estão sob a responsabilidade de um administrador. São eles os empregados, os acionistas e o *board*. Os *stakeholders* externos são grupos ou indivíduos que estão no ambiente externo da organização e afetam as suas atividades. São os fornecedores, o governo, os competidores, as instituições financeiras, os sindicatos de trabalhadores, os meios de comunicação, os grupos de interesses especiais, os clientes, os empreendedores sociais, os empresários e os colaboradores.

Como acentuou Souza (1984), o “ator” não se limita somente a pessoas ou grupos sociais. Instituições também podem ser atores sociais, tais como um sindicato, um partido político, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas. As relações entre esses diferentes atores podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou de subordinação.

É importante verificar os contextos em que se dão as relações de forças, para se ter idéia de como elas atuam e influenciam o processo político, que tem muito a ver com a história, com o passado, com acontecimentos sociais, políticos e econômicos. A regionalidade exerce influência na conduta empresarial.

As ações e papéis desempenhados pelos atores sociais podem provocar mudanças profundas. Por isso, deve-se ficar atento aos sinais dos fenômenos novos e pesquisar o encadeamento, a lógica, as articulações e os sentidos comuns dos acontecimentos por eles levados a efeito. Para isso, torna-se necessário associá-los com as “estratégias” e as “táticas” consideradas como instrumentos úteis para a análise de ações dos diferentes atores sociais em determinadas situações como é o caso aqui estudado. Entende-se por estratégia, segundo Souza (1984, p. 4), “a articulação, a definição de um conjunto de meios, de forças

de elementos tendo em vista realizar objetivos gerais que respondem a interesses e objetivos sociais, econômicos e políticos de determinadas forças ou classes sociais. Já a tática pode ser entendida como os meios e formas particulares, concretas de ação, tendo em vista a realização de estratégias determinadas. Ambas são, portanto, complementares”.

Uma característica importante a frisar é que as relações de força não são definitivas, as relações sofrem mudanças permanentemente. Nem sempre um acontecimento, ou um conjunto de ações articuladas entre si, constitui uma tática ou parte de uma estratégia. Na sociedade, ou melhor, no processo social, os fatos não são estanques; as análises deverão estar sempre abertas à descoberta de várias possibilidades e alternativas.

No estudo de caso do município do Moreno, foi realizada a identificação do conjunto de atores, tidos como relevantes. Por analogia, seguiu-se o que é denominado *stakeholders* na literatura, dado ser importante ter conhecimento das suas expectativas, interesses e preocupações e ao mesmo tempo saber e levar em conta como esses diversos atores pretendem atingir as suas estratégias e se seus papéis estão bem claros e definidos.

Essa proposição teórica desenvolvida neste Capítulo servirá como base para a investigação da viabilidade do Agroecoturismo em Moreno. Para dar segmento ao que se propõe na pesquisa, faz-se necessário delimitar objetivamente a metodologia utilizada no escopo do presente trabalho.

“Algumas poucas pessoas, em alguns poucos lugares, fazendo algumas poucas coisas, podem mudar o Mundo.”

Franco, Apud IDEPA



## 3 Metodologia da pesquisa

---

### 3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa ora tratada reveste-se de caráter exploratório-descritivo, pois realizou uma sondagem empírica que levantou elementos para analisar ações e perspectivas dos *stakeholders*, tentando clarificar a viabilidade da implantação do Agroecoturismo no município do Moreno e, particularmente, da existência de políticas públicas bem ou malsucedidas. Coube também realizar entrevistas e levantar material documental para descrever a situação encontrada e analisar os dados coletados por meio dos depoimentos e observações feitas nas visitas e contatos realizados durante os meses de maio a outubro de 2002.

Nesse ponto, Trivinões (1994, p. 109) argumenta que “os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema, bem como aprofundar seu estudo nos limites de uma realidade específica”, que no caso estudado é o Agroecoturismo do Moreno.

O mapeamento dos *stakeholders* tomou como referência para a seleção feita as articulações com os líderes e representantes dos poderes federal, estadual e local, órgãos públicos, instituições, associações, proprietários e empresários comprometidos, grupos potenciais, parceiros e comunidades.

A coleta de dados realizados constou de investigações bibliográficas, documentais e de campo. As fontes de pesquisa utilizadas foram as mais diversas, tais como livros, revistas, jornais, redes eletrônicas de dados, teses e dissertações. Visitas técnicas, observação de participantes, encontros e debates formais e informais constituíram fontes importantes de informações.

A análise documental foi efetuada antes e depois das entrevistas. As visitas foram

realizadas em diversas localidades, como no gabinete do prefeito (na ocasião, foi entregue carta solicitando apoio necessário à pesquisa, v. Anexo 1), secretarias municipais e estaduais, propriedades, hotéis e assentamentos. Tudo isso contribuiu para maior compreensão dos dados. Por último, as entrevistas sobre as quais se falará nos próximos tópicos.

### **3.2 Identificação, seleção dos *stakeholders* e as entrevistas**

A pesquisa de campo foi realizada com os *stakeholders* relevantes, previamente selecionados, cujo critério utilizado foi pautado no envolvimento direto ou indireto com instituições, associações e empreendimentos turísticos. Para a escolha e seleção dos *stakeholders* foi levada em consideração a posição estratégica ocupada e a liderança por eles exercida na gestão municipal, estadual, federal e entidades não governamentais, cujas ações podem viabilizar a implantação do Agroecoturismo. Nesse aspecto, também foi dada ênfase aos empresários donos das propriedades e engenhos mencionados no plano de trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do município, escolhidos para participar do plano piloto do Agroecoturismo. Os dados coletados foram obtidos com os principais *stakeholders*, tanto interno como externos, envolvidos com o Agroecoturismo do Moreno. Os internos foram os representantes do poder político das secretarias municipais, considerados pelos próprios stakeholders os mais envolvidos com o segmento turístico, além do prefeito do município. Nesse sentido, foram entrevistados o diretor de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, o secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a diretora de Meio Ambiente da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, o secretário de Educação, o diretor de Promoção ao Trabalho e Desenvolvimento Social da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a diretora de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde e o prefeito do município, perfazendo um total de sete entrevistados.

Quanto aos *stakeholders* externos à gestão municipal, foram dezenove os entrevistados, como segue; quatro empresários donos dos engenhos; o presidente da Associação dos Moradores Herbert de Souza (assentamento do Engenho Pinto); o

representante da ONG Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Tecnológico e Científico (Ipade); o diretor do Grupo de Ação e Defesa do Meio Ambiente (Gradema); o presidente da Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecoturismo (Apetur); o agente de desenvolvimento do Banco do Nordeste (BN); o gerente de Projetos Turísticos e Culturais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esporte do Estado de Pernambuco; o presidente da Câmara Municipal do Moreno; o presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril do Moreno; a diretora executiva da Associação das Secretarias de Turismo de Pernambuco (Astur); a coordenadora do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT); a secretária da Gerência de Desenvolvimento Florestal da Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH); o representante da Empresa Pernambucana de Turismo (Empetur); o gerente do Departamento de Identidade Cultural da Fundação do Desenvolvimento Municipal de Pernambuco (Fidem); o assessor da superintendência do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra); o representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e o proprietário do Viver Hotel Fazenda (v. Anexo 2).

Desse modo, são, ao todo, vinte e seis entrevistados. Entre estes, vinte e um possuem curso superior (inclusive alguns concluíram duas graduações) e pós-graduação e quatro fizeram o curso de mestrado. Os conteúdos das entrevistas ofereceram importantes informações para o estudo, de vez que todos os aspectos questionados foram abordados com transparência e autenticidade.

O contato com a realidade pesquisada ensejou algumas adequações do estudo em relação à população-alvo. A primeira delas está relacionada à quantidade das entrevistas anteriormente previstas, mas que no decorrer da pesquisa sofreu alteração, dada a importância de envolver e incorporar outros *stakeholders* no contexto estudado. Mesmo assim, ficou faltando entrevistar o representante de uma instituição, pois no momento em que se buscou realizá-la o funcionário responsável pelo setor havia sido remanejado para outro órgão, como também aconteceu com a proprietária do Engenho Seva, neste caso por

dificuldade de acesso e por não se ter um veículo apropriado para ir até o local. Um *stakeholder* a ser entrevistado responsável pelo Empreendimento Aquático, situado à margem da BR 232, não mostrou interesse em participar da pesquisa.

### **3.3 A escolha do instrumental de coleta dos dados**

Para se obter os dados, foi escolhida a entrevista semi-estruturada, por ser esse instrumento um dos mais adequados às pesquisas qualitativas. As questões foram abertas, a fim de possibilitar o entendimento e captar as perspectivas dos participantes da pesquisa.

Objetivando uma boa entrevista, o material foi elaborada em um formato semi-estruturado, constando de um roteiro com dezesseis questões abertas, que serviu de guia durante a realização das entrevistas (v. Apêndice nº 1). Outrossim, foi estabelecido pela entrevistadora um clima de cordialidade, a fim de facilitar as opiniões e informações dos entrevistados, possibilitando riqueza de informação, estimulando o confronto e/ou complementação da mesma.

Após serem informados da existência da pesquisa e seus objetivos, os *stakeholders* contactados por telefone agendaram suas entrevistas. A duração média de cada entrevista oscilou entre 40 e 60 minutos. Todas elas foram gravadas com a aquiescência do interlocutor, tendo sido feita a transcrição na sua totalidade. Conforme acordo feito com os entrevistados, foi-lhes assegurada privacidade e preservação de sua identificação.

No decorrer do trabalho, os entrevistados demonstraram gentileza, simpatia e interesse em contribuir com as informações solicitadas. Dessa forma, as entrevistas transcorreram num clima de descontração, confiança e cordialidade. Procurou-se evitar interferir além do necessário na fala do entrevistado para não prejudicar e/ou invalidar a investigação. Em paralelo, foi utilizada a observação participante para verificar melhor os trabalhos dos *stakeholders* e para que as expressões, tons de voz e ênfase em palavras também fossem considerados importantes indicadores para melhor captar a atuação destes e o grau de receptividade referente ao projeto de Agroecoturismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município do Moreno, ponto de partida do

trabalho, bem como os seus desdobramentos.

Para reforçar a fidedignidade dos dados e dos resultados da pesquisa, as entrevistas relacionadas aos proprietários dos engenhos foram realizadas “*in loco*”, a fim de melhor se tomar conhecimento das potencialidades e obstáculos encontrados nos equipamentos turísticos e promover uma maior integração com o campo pesquisado. As demais foram efetuadas nas instituições envolvidas direta ou indiretamente no projeto Agroecoturístico.

As entrevistas foram interpretadas por meio da análise de conteúdo, tendo como referencial o problema, a fundamentação teórica, a visão de mundo da pesquisada e a riqueza dos dados coletados. Nos estudos de Laville e Dionne (1999 p. 215), as autoras ressaltam que é “importante acompanhar o princípio da análise de conteúdo que consiste em demonstrar a estrutura e os elementos temáticos para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação”.

A análise de conteúdo consiste em “um conjunto de técnicas de análise de comunicações pela qual se empreende um estudo minucioso de seu conteúdo, das palavras e frases que o compõem, procurando-lhes as intenções, comparando, avaliando, descartando o acessório, reconhecendo o essencial e selecionando-o em torno das idéias principais” (Laville e Dionne, 1999, p. 215). Assim, com a coleta dos materiais, após a transcrição integral e várias leituras das entrevistas, obedeceu-se às seguintes fases:

- 1º) Recorte dos conteúdos, ordenados por temas segundo os conceitos e dimensões de análises, que serviram de base para o roteiro das entrevistas.
- 2º) Seleção e separação das idéias relevantes à compreensão dos objetivos propostos, conforme três dimensões estabelecidas à análise, isto é, políticas públicas, desenvolvimento sustentável e Agroecoturismo, conforme está apresentado no modelo de análise constante do Quadro 1.
- 3º) Junção dos dados brutos entre e intradimensões segundo cinco qualidades da exclusão mútua ( Laville e Dionne, 1999, p. 215).

- Cada elemento não deve existir em mais de uma divisão;
- Homogeneidade na classificação por um único registro;
- Pertinente adequação do material às intenções da investigação;
- Objetividade de critérios previamente definidos;
- Produtividade e resultados férteis segundo índices de inferência.

Os dados acima serviram de base para a análise de conteúdo das entrevistas, assim contribuindo para o processo de categorização. As categorias iniciais foram agrupadas por seus indicadores e posteriormente tiveram seus conteúdos trabalhados e reagrupados a partir da semelhança e análise da comunicação.

Com a reformulação temática reestruturada, foi então realizado o confronto do modelo de análise com os dados coletados nos documentos e nas entrevistas com os *stakeholders*, no intuito de melhor entender o fenômeno objeto da pesquisa. O Quadro 1, a seguir, representa as três dimensões da análise, enfatizando os respectivos indicadores, pontos básicos para a realidade investigada.

**Quadro 1 – Modelo de análise**

<b>MODELO DE ANÁLISE</b>	
<b>C O N C E I T O</b>	<b>CATEGORIAS TEÓRICAS</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável</li> <li>- <i>Stakeholders</i></li> <li>- Agroecoturismo</li> </ul>
	<b>ABORDAGENS</b>
<b>DIMENSÕES</b>	<b>INDICADORES</b>
<b>D I M E N S Õ E S</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- identificação de sua existência e foco no desenvolvimento sustentável</li> <li>- informações sobre financiamento</li> <li>- estratégias de viabilização da implantação</li> <li>- desenvolvimento de ações</li> <li>- análise da relação custo / benefício</li> <li>- avaliação das ações desenvolvidas</li> </ul>
	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>
<b>D A</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- quem são e quais são seus objetivos</li> <li>- como atuam</li> <li>- o que sabem sobre Agroecoturismo</li> <li>- o que sabem sobre o perfil e atuação do turista</li> </ul>
	<b>STAKEHOLDERS</b>
<b>A N Á L I S E</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- antecedentes históricos</li> <li>- situação atual</li> <li>- caracterização das propriedades</li> <li>- análise da viabilidade do Agroecoturismo e suas limitações</li> <li>- o que está sendo realizado pelos <i>stakeholders</i></li> <li>- estratégias de implantação adotadas pelos <i>stakeholders</i></li> <li>- sugestões para viabilidade do Agroecoturismo</li> </ul>
	<b>AGROECOTURISMO (Implantação e viabilidade)</b>

### **3.4 Definição de termos**

- ❖ *Stakeholders* (atores): são grupos ou indivíduos que direta ou indiretamente podem afetar ou ser afetados pela organização na perseguição de seus objetivos (Stoner e Freeman, 1989, p. 46);
- ❖ Agroecoturismo: refere-se ao espaço rural, disponível ao turista, com a área de ocupação predominante agrícola, produtiva, proteção da exploração florestal, tomando-se cuidado para não alterar a integridade do ecossistema, com uma certa tradição, folclore, danças, artesanatos, gastronomia autêntica e natural e com grande preocupação de preservar a natureza;
- ❖ Políticas públicas: é uma modalidade que serve para definir o campo em que ela vai atuar e com quais atores se relacionar; exige que haja um processo de coleta de informações, discussão e troca de opiniões com os diversos atores, e para que ela se concretize é preciso que haja o poder decisório;
- ❖ Desenvolvimento sustentável: é dar qualidade ao crescimento e associar o desenvolvimento econômico com a necessidade de preservar o meio ambiente.

### **3.5 Análise dos resultados da pesquisa referente às dimensões estudadas**

Os dados da pesquisa, devidamente categorizados e selecionados tomados em consideração nas três dimensões em estudo conforme demonstrado no Quadro 1 foram apresentados e discutidos à luz do referencial teórico anteriormente trabalhado. Para se atingir os propósitos dessa pesquisa, foram estabelecidos alguns indicadores que nortearam o processo de análise dessas dimensões. Esses indicadores foram balizados em critérios previamente definidos e foram agrupados em razão das características comuns das unidades de registro, o que permitiu formar as categorias de análise. Tanto Laville e Dionne (1999) como Bardin (1977) consideram duas possibilidades para se efetuar a análise de conteúdo. Uma modalidade é usar o procedimento qualitativo, e a outra, o quantitativo. A abordagem quantitativa é mais usual. Segundo Laville e Dionne (1999), ela apóia-se na frequência da



palavra, símbolos, temas e outros índices numéricos. Na qualitativa, a ênfase recai na presença ou ausência de certas características. Na análise desta pesquisa, foi seguida uma linha de raciocínio na qual o quantitativo e o qualitativo foram procedimentos complementares, ambos servindo para garantir a fidedignidade e confiabilidade dos elementos pesquisados.

“A encenação está em curso, os atores presentes, o enredo... bem o enredo depende de todos que, insatisfeitos com a trama proposta pelo autor troquem a platéia pelo palco!”

Hogan

## **4 Antecedentes históricos e contexto atual do Agroecoturismo em Moreno**

---

### **4.1 A cidade do Moreno e seus antecedentes históricos**

Moreno está localizado na Região Metropolitana do Recife, ligado à via de acesso principal à BR 232, distando 22 km da capital. Abrangendo uma área de 189 km<sup>2</sup>, correspondendo a 12.4 km<sup>2</sup> da zona urbana (6,6%) e a zona rural de 176.6 km<sup>2</sup> perfazendo um percentual de (93,4%). Seus municípios limítrofes são: ao norte, São Lourenço, Vitória de Santo Antão e Jaboatão dos Guararapes; ao sul, Cabo de Santo Agostinho; a leste, Jaboatão dos Guararapes; e, finalmente, a oeste, Vitória de Santo Antão. Banham suas terras os rios Jaboatão, Gurjaú, Buscaú, Várzea do Una, Carnujó e Duas Unas. Encontram-se também em suas terras os açudes: Furnas, Paris Capim Açú, Caraúna, Pacova, São Salvador e São Brás. Seu clima é tropical, com uma temperatura média de 26°. Registra uma altitude de 3.6 e latitude de 97m.

A vegetação do município, atualmente, é composta de remanescente de mata atlântica, capoeira, capoeirinha, vegetação arbustiva e culturas. Em algumas margens dos rios, encontra-se capoeirão e alguns afloramentos rochosos que são utilizados pelos banhistas para mergulhos. Em algumas margens dos rios, encontram-se trechos degradados, ocorrendo algumas fronteiras isoladas, gramíneas e hidrófilas. Além desses atrativos, o município dispõe de cinco reservas ecológicas e uma área de interesse especial chamada Mata Jardim, conforme Lei Estadual nº 9806/86, que delimita as áreas de proteção dos mananciais para a preservação dos recursos hídricos denominadas: Mata Caruaúna, Mata do Engenho Moreno, Mata da Serra do Cotovelo, Mata da Serra do Cumarú e Mata do Sistema Gurjaú

O município do Moreno data de 1616, quando, na ocasião, o português Baltazar Gonçalves Moreno tomou posse de um imponente engenho em torno de uma verde

paisagem com extensos canaviais e com um rico manancial. A partir daquele ano, começou a povoação das terras, cuja origem decorre do fato de que pertencia a dois irmãos de sobrenome Moreno. Ao longo do tempo, seu nome sofreu modificações, passando de Arraial de Catende para Vila Nathan e Vila Moreno até chegar ao seu nome atual, Moreno, que obteve a sua emancipação por intermédio da Lei nº 1.931, de 11/09/1928.

Com uma população, até o ano 2000, de 49.205 habitantes, dos quais 27.611, população economicamente ativa, residem na zona rural, o município ainda conta com o distrito de Bonança. No passado, grande parte dos moradores da zona rural foi constituída por donos de pequenos e grandes engenhos, característica marcante na cultura nordestina em épocas áureas da economia açucareira. Hoje, a estrutura fundiária, além dos engenhos, conta também com grandes granjas, fazendas e dez assentamentos com mais de 683 famílias, de acordo com dados do IBGE (2000). A predominância da cultura dessas áreas é o plantio da cana-de-açúcar com a terceirização no beneficiamento, por meio das usinas (hoje em franco declínio).

Por outro lado, o perfil urbano da cidade foi construído em função da indústria têxtil, com a chegada e implantação da Têxtil Societé Cotonière Belge Brasiliense. Ademais, a estrutura da cidade foi edificada para dar suporte à comunidade operária, isto é, a cidade começou a criar uma nova forma urbana, surgindo o centro comercial, a vila operária, os prédios institucionais, culturais e religiosos. Frisa-se que as características arquitetônicas das edificações ainda perduram desde aquela época, e o traçado urbano não sofreu muitas modificações.

Na era da industrialização, Moreno foi uma das cidades que se caracterizaram como núcleo fabril desde o início do século XX. Com a nova forma de ocupação do município, surgiram papéis diferentes entre os operários, empresários e comunidade, despontando, em contrapartida, um perfil econômico que marcou uma nova forma de vida na cidade. Surgiu então uma configuração espacial urbana com traçados que hoje oferece grande valor cultural e arquitetônico, motivo de orgulho dos morenenses, que gostam de contar a sua história, identificando o município como um dos pontos de atração da cultura colonial.

Entretanto, não é na zona urbana que reside o maior atrativo do território. Um dos marcos principais está situado na zona rural, que possui 39 engenhos com paisagens de grandes reservas ecológicas, ricas na fauna e na flora. Observa-se também a grandeza dos casarões, que revelam a época de opulência da cultura canavieira do Estado de Pernambuco, que ainda hoje faz parte de sua formação econômica. Como referência da beleza dos antigos casarões, cita-se o Engenho Moreno, pertencente aos Barões do Moreno, que serviu de hospedagem a D. Pedro II, no ano de 1859, considerado pelos arquitetos como um dos solares mais perfeitos do Brasil. Muitos outros engenhos também merecem destaques, citando-se o Engenho Novo da Conceição (1845) e o Engenho Carnijó, construído no século XVIII, quando se utilizava o ferro em grande quantidade, sendo ousados, para a época, na construção de uma escadaria em formato de meia lua. Por sua vez, o Engenho São Braz oferece em sua estrutura uma capela que remonta aos anos de 1630 e apresenta características originais ainda em bom estado de conservação. Aponta-se também a construção mais antiga da região, o Engenho Gurjaú de Cima, que oferece a paisagem de um açude contornado de palmeiras imperiais. Outro atrativo importante encontra-se no Engenho Mato Grosso, que em sua casa de “farinha de fita” produz, ainda, artesanalmente, bejus, goma, massa de mandioca e farinha.

Na verdade, todo esse patrimônio histórico e cultural não impulsiona nem está contribuindo para o desenvolvimento do município, que há anos sofre um crítico processo de estagnação econômica, social e espacial, em conseqüência do fechamento da indústria têxtil em 1976 e do agravamento de uma política recessiva adotada no país. Essas características, por conseguinte, exigem dos gestores novas definições quanto à reestruturação produtiva e a um modelo de desenvolvimento local.

Contudo, o que chama a atenção desta realidade é o fato de o município ser destacado pelo Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife – Metrópole 2010, pela relevância ambiental, histórica e cultural de sua área, destacando-se as cinco reservas ecológicas já mencionadas: uma parte do seu território, como área de interesse especial e proteção dos mananciais para a preservação dos recursos hídricos, e um relevo que proporciona inúmeros pontos de observação natural. Essas reservas são protegidas pela Lei

Estadual nº 9.989/89, de 13/01/87. A área de reserva do município é de 1.193.89ha, que corresponde a 6,91% da área total (Fidem, 1989). Elas foram criadas, e paralelamente deveriam ser elaborados projetos que se direcionassem para a fiscalização, controle e regularização fundiária. A falta desses projetos acarreta o uso inadequado que já se observa no aumento da área de cultivo da cana no município, havendo o desmatamento desordenado, o que pode causar prejuízos, desestabilizando os mananciais e refletindo na redução dos recursos hídricos, conforme estudo do Diagnóstico da Apeco (2000).

#### **4.2 Situação atual do Agroecoturismo no município do Moreno**

O cenário do Moreno, composto de grandes atrativos de que o território dispõe em quantidade, traduzidos em recursos hídricos, florestais, paisagísticos, históricos e culturais, é atributo considerado fundamental para se analisar a importância de um programa de Agroecoturismo nessa localidade. Chama a atenção a iniciativa do governo municipal, baseada no Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife-Metópole 2010 (PDRMR, 1998), de viabilizar o desenvolvimento agroecoturístico considerado uma das metas do seu programa de governo, por entender que esse segmento, ora emergente na área de turismo, constitui e/ou possibilita novas oportunidades de geração de emprego, bem como melhoria da qualidade de vida do município.

Para tanto, a Associação Pernambucana de Ecoturismo (Apeco), que tem por objetivo capacitar a sociedade pernambucana na sua relação turística com o meio ambiente, colocou-se à disposição da administração municipal, a fim de identificar as potencialidades agroecoturísticas da localidade. Assim, em 1998 foi dado início a um estudo-diagnóstico de viabilidade agroecoturística com a finalidade de: a) identificar e selecionar as reais potencialidades agroecoturísticas do município do Moreno; b) identificar entidades, instituições locais e externas voltadas para esse setor, a fim de viabilizar a implantação do programa; c) estimular a formação de parcerias entre o governo municipal, proprietários de terras, associações comunitárias, sindicatos, cooperativas e ONGs interessados ou

envolvidos direta ou indiretamente com o processo de implantação do Agroecoturismo na região; d) promover palestras, fóruns de debates e demais eventos que venham a contribuir para a sensibilização, conscientização e mobilização dos atores envolvidos no processo; e) estabelecer condições de parcerias com as dimensões de governo federal, estadual e municipal, visando garantir os recursos financeiros para continuidade dos programas e indicar proposições para a implantação do programa agroecoturístico do município (Apeco, 2000).

Os resultados desse estudo de campo ficaram consubstanciados no documento “Diagnóstico de Potencialidades, Agroecoturísticas do Município do Moreno” (Apeco, 2000), o qual serviu de subsídio para a elaboração do Plano de Ação para Implementação do Agroecoturismo em Moreno, cuja apresentação se deu em 16 de fevereiro do ano 2000, no Viver Hotel Fazenda – BR 232, km 32. Na ocasião, um representante da Fidem apresentou o tema Território de Oportunidades da Região Metropolitana do Recife, e a CPRH enfatizou a Agenda 21 da Bacia do Pirapama. O evento também contou com a presença da diretora da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Moreno<sup>10</sup>, que falou sobre o Plano de Ação do Agroecoturismo no Município, diante de autoridades federais, estaduais e municipais, além de representantes da iniciativa privada e da sociedade civil organizada.

O produto apresentado pela Associação Pernambucana de Ecoturismo (Apeco) serviu de referência e contribuição por despertar em algumas instituições a importância de sua participação no processo da implantação do Agroecoturismo naquele território. Dessa feita, o prefeito do município articulou-se com a Fidem, a fim de receber apoio para a viabilização das ações propostas no documento que apresentava como meta principal à implantação de roteiros turísticos. Em contrapartida, por tratar-se de um trabalho pioneiro, este foi priorizado como uma experiência-piloto que daria início a um roteiro Agroecoturístico. Para torná-lo consistente, fez-se necessário definir com objetividade o que as propriedades poderiam oferecer como atrativos e equipamentos turísticos. Ficou evidente que o Centro Comercial e Histórico da Cidade deveria constar do plano-piloto, por

---

<sup>10</sup> A partir do ano de 2002, houve nova reestruturação, tanto na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo como na mudança dos gestores dessa secretaria.

ser um dos recursos da cidade que deveriam ser usados para se reverter em insumos na economia urbana local.

Desse modo, no mesmo ano de 2000, com o objetivo de “complementar o levantamento do diagnóstico e expectativas dos proprietários de aproveitamento de suas propriedades para o turismo” (conforme consta no documento do GT), foi criado um grupo interinstitucional de trabalho com a coordenação e apoio da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, contando com as seguintes instituições: Prefeitura do Moreno; Fundação do Desenvolvimento Municipal de Pernambuco (Fidem); Empresa Pernambucana de Turismo (Empetur); Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (Incra); Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD/Diper); Secretaria de Desenvolvimento do Turismo do Estado (Sdete); e Banco do Nordeste (BN). Esse grupo, denominado GT, criou ações baseando-se nos seguintes indicadores: o forte interesse do prefeito e da equipe da Secretaria de Planejamento em desenvolver o Agroecoturismo no município; a reeleição do prefeito em 2000, com continuidade da administração; existência de planos e projetos para o município; interesse dos proprietários; envolvimento dos integrantes do grupo de trabalho; os estudos existentes, as visitas de campo e entrevistas com os proprietários, o que facilitaria as informações agilizando o processo.

As ações estratégicas apresentadas pela administração municipal quanto ao Plano de Reordenamento do Centro Comercial e Histórico da Cidade do Moreno (incluído no plano piloto em acordo com o GT) têm como objetivo principal inserir a cidade no processo de desenvolvimento do Agroecoturismo em Moreno. Dele constam projetos de: a) recuperação de alguns edifícios importante, situados no centro da cidade (Av. Sofrônio Portela), ou seja, a antiga Estação Ferroviária, como sugestão, devendo funcionar como Centro de Informações Turísticas; o Mercado Público; o Imóvel do Cineteatro, ainda inacabado, onde deverá funcionar, em um dos pavimentos, o cinema e, nos demais pavimentos, algumas unidades administrativas da Prefeitura, bem como o espaço cultural; b) reordenamento da feira livre e da feira de “sulanca” com padronização de barracas; c) obras de paisagismo:



recuperação de praças, passeios públicos e arborização das vias urbanas e das praças. Esse plano foi estimado em R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais). Frisa-se que houve articulação com o Ministério da Cultura sobre solicitação de recursos para a exeqüibilidade do projeto, não havendo resposta até o mês de outubro de 2002, quando foi encerrada a coleta de dados. Acrescente-se também essas estratégias o projeto de Requalificação da Cidade do Moreno com a finalidade de melhorar a urbanização de uma área de 204 há, visando à ampliação da cidade com a construção de habitações e a favorecer a urbanização de áreas faveladas<sup>11</sup>.

Aprofundando o roteiro agroecoturístico do projeto-piloto, o Grupo de Trabalho visitou as propriedades anteriormente selecionadas pela Apeco, que foram novamente estudadas: Granja Santa Cecília, Granja Nossa Senhora de Lourdes, Engenho Sapucaia, Engenho Pinto e Engenho Seva. Para complementar esses estudos, houve levantamentos fotográficos das localidades, recurso indispensável para a divulgação de um trabalho turístico, servindo também para ampliação do conhecimento sobre as reais potencialidades/dificuldades, a fim de transformar esses atrativos em produto turístico. O GT concluiu que todos os proprietários tinham interesse em participar desse novo setor turístico sem, contudo, ter experiência no ramo e sem investir num planejamento específico para adequação de suas propriedades, comentando também que, por isso, não poderiam ter idéia do valor do projeto nem dos riscos do empreendimento.

Portanto, os problemas identificados pelo referido GT, que foram considerados obstáculos para a implantação do Agroecoturismo em Moreno, foram discriminados, sendo paralelamente indicadas as ações a serem executadas para a viabilidade do setor, conforme documento intitulado Plano de Implementação do Agroecoturismo em Moreno: Proposição de Ações Estratégicas, detalhado no Quadro 2, a seguir.

---

<sup>11</sup> Nesse caso, com a reestruturação das secretarias, houve novos direcionamentos para urbanização da cidade, começando com o 1º Fórum da Planta Diretora do Município em 27/06/2002 (instrumento de planejamento que orienta o uso e a ocupação do solo).

**Quadro 2 - Plano de implementação do Agroecoturismo em Moreno**

<b>ÁREAS DE INTERESSE / PROBLEMAS</b>	<b>AÇÕES PROPOSTAS</b>	<b>EXECUTORES</b>
<p><b>INFRA-ESTRUTURA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acessos precários às propriedades, com riscos e sem cuidados paisagísticos;</li> <li>- Monotonia no trajeto da Seva;</li> <li>- Deficiente telefonia nas propriedades;</li> <li>- Precária infra-estrutura urbana para o turismo;</li> <li>- Ausência de sinalização rodoviária.</li> </ul> <p><b>PLANEJAMENTO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proprietários não têm projeto específico;</li> <li>- Desconhecimento dos limites da capacidade de carga dos ecossistemas com potencial de uso turístico;</li> <li>- Existência de focos de interesse turístico sem integração;</li> <li>- Pouca integração entre projeto ecoturístico e demais ações municipais.</li> </ul> <p><b>PROPRIETÁRIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexperiência dos proprietários no ramo do turismo e da conservação ambiental.</li> </ul> <p><b>RECURSOS FINANCEIROS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proprietários sem disponibilidade de recursos para investir no potencial turístico;</li> <li>- Dificuldade de acesso a linhas de crédito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria e conservação do pavimento, em terra ou paralelepípedo;</li> <li>- Tratamento paisagístico em pontos estratégicos ao longo do percurso, com implantação de equipamentos de apoio;</li> <li>- Implantação de sinalização de segurança e turística;</li> <li>- Articular implantação de condições para operação de telefonia convencional;</li> <li>- Implantar Plano de Reordenamento do Centro Comercial e Histórico – Monumento CEF;</li> <li>- História do Percurso.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de projeto turístico, com estudo de viabilidade para cada propriedade;</li> <li>- Elaborar estudos de manejo das propriedades e seus ecossistemas com interesse turístico, com definição das capacidades de carga de cada uma;</li> <li>- Elaborar o Plano Turístico do Município integrando as propriedades e o centro urbano;</li> <li>- Elaborar projetos executivos;</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de Seminário de Integração e nivelamento do conhecimento;</li> <li>- Criar Gerência específica para cuidar da Implementação do Plano de Agroecoturismo do Moreno (Escritório do Plano). Ver exemplo do Bairro do Recife.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover palestras, oficinas de aprofundamento do conhecimento da atividade;</li> <li>- Promover treinamento gerencial e de funcionários em atividades específicas;</li> <li>- Promover visitas a experiências similares de sucesso;</li> <li>- Ações de educação ambiental.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação de linhas de crédito;</li> <li>- Identificação da situação cadastral e bancária dos proprietários;</li> <li>- Sensibilização de gerentes das linhas de crédito;</li> <li>- Captação de recurso externos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- DER, PMM;</li> <li>- PMM, UFRPE, Proprietários, Fundação Pau-brasil;</li> <li>- DER, EMPETUR, PMM, Parceiros;</li> <li>- PMM, TELEMAR;</li> <li>- PMM, SDETE/EMPETUR/ADDIPER, Empresários, PRÓ-RENDA Rural, Organizações dos trabalhadores.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proprietários, consultores, Bancos Oficiais, com supervisão do Grupo de trabalho INCRA (Assentamento Herbert de Souza);</li> <li>- Prefeitura, GT, e consultoria, onde couber;</li> <li>- GT, Prefeitura, Proprietários e empresários e associações do Centro Urbano;</li> <li>- Prefeito e GT</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- BANCO DO NORDESTE, PREFEITURA, CPRH, UFPE/CEFET, SENAC, UFRPE.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Banco do Nordeste;</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Banco do Nordeste;</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Prefeito e Políticos;</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sdete, AD-Diper, Sudene, Escritório do Plano GT.</li> </ul>

FONTE: GT de Implantação do Agroecoturismo em Moreno /dez/2000

As propostas apresentadas no Plano de Reordenamento do Centro Comercial e Histórico do Moreno estão previstas para serem realizadas a curto, médio e longo prazo. Elas também destacam a importância da organização da feira livre, do mercado, e a criação de uma localidade específica para o comércio dos produtos oriundos das áreas rurais, principalmente os artesanais. Salientam ainda que o Inkra pretende criar um selo do produto da agricultura familiar, com o objetivo de reorganizar os produtos comercializados, estimulando a exportação, criando, assim, mais um atrativo turístico na região. Todos esses aspectos abordados estão contidos no documento elaborado pelo GT em dezembro de 2000 (Plano de Implementação do Agroecoturismo em Moreno: proposição de ações estratégicas).

Em decorrência das propostas do GT, em vez da implantação de um escritório para a execução das estratégias apresentadas, a gestão municipal preferiu criar uma nova Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, abolindo a então Secretaria de Turismo e Esportes, já que na época não existia um departamento que pudesse se responsabilizar pela gestão do Agroecoturismo. Assumindo novas características e sobretudo com determinação para a viabilidade da implantação do Agroecoturismo no município, a nova secretaria elaborou uma política municipal de turismo, a fim de torná-la exequível, conforme esquema mostrado no Quadro 3, fornecido pelo diretor de Turismo dessa Secretaria, que serve como referencial para as metas a serem atingidas pelo órgão.

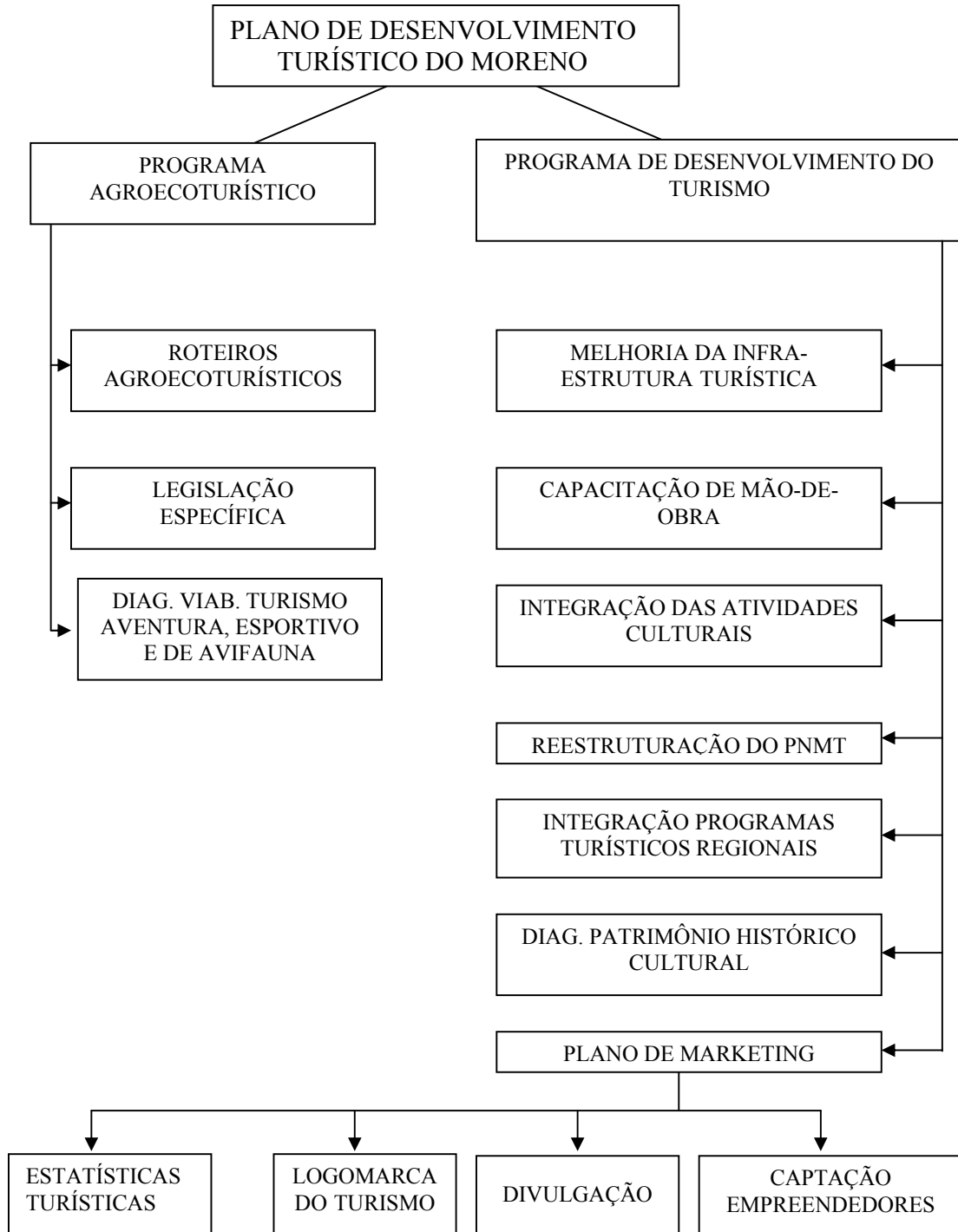
O Plano de Desenvolvimento Turístico do Moreno, constante do Quadro 3, enseja uma demonstração de vontade política, apresentando amplo e bem-estruturado esquema de ação. Verifica-se que sua exequibilidade requer uma equipe capacitada, com conhecimentos específicos na área de turismo, um envolvimento das secretarias municipais, apoio dos departamentos estaduais e de órgãos federais, bem como a interação entre o poder público, o setor privado e a comunidade.

Ainda apontando nessa direção, é importante frisar que, como não existem modelos preestabelecidos para uma boa gestão, a mudança deve basear-se na configuração da

história da comunidade, das suas tradições e das estruturas constitucional e legal, com a observância das forças político-administrativas nas perspectivas econômicas e sociais. Por outro lado, alguns gestores municipais ainda cultuam os “ranços” da doutrina do governo brasileiro. Isto é, ao invés de um Estado burocrático e intervencionista, substituir por atuações mais regulatórias e articulações em todas as camadas da sociedade. Entende-se que o setor público, no caso, a gestão municipal, deve criar mecanismos democráticos que flexibilizem a organização e que sejam capazes de arbitrar conflitos, promover correções nas falhas de mercado e formular políticas que estimulem o desenvolvimento sustentável.

Aprofundando o foco no estudo do Agroecoturismo em Moreno, no próximo tópico faz-se referência às propriedades componentes do Plano Piloto, que foi elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, aqui mencionado.

**Quadro 3 – Plano de Desenvolvimento Turístico do Moreno**



FONTE: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Moreno, junho, 2002.

### **4.3 Caracterização das propriedades que compõem o Plano de Implementação do Agroecoturismo em Moreno**

O Grupo de Trabalho que elaborou o Plano de Implementação do Agroecoturismo para o Município do Moreno sugeriu que cinco propriedades fossem consideradas como referencial para alavancar o Plano Piloto de Turismo para o município, como já foi mencionado no escopo deste trabalho. As propriedades escolhidas foram: Engenho Pinto, Engenho Pocinho, Dourado Empreendimentos, Engenho Nossa Senhora de Lourdes e Engenho Seva. Todas estão localizadas em área de beleza natural, caracterizadas, geralmente, por florestas, mata ciliar, lagos e rios, entre outros. Visando a melhor se compreender a problemática estudada, sentiu-se a necessidade de visitar esses empreendimentos para observar as condições físicas e os impactos provocados por eles no meio ambiente.

Dos cinco, quatro empreendimentos foram visitados, com exceção do Engenho Seva, devido às dificuldades de acesso. Várias tentativas foram tomadas junto à administração da Prefeitura para conseguir um transporte adequado para a locomoção até o engenho, não se obtendo êxito. As outras visitas foram realizadas com veículo próprio. Embora não faça parte das propriedades escolhidas para compor o Plano Piloto do Moreno, a Reserva Ecológica Carnijó foi incluída como objeto de estudo para essa pesquisa e visitada, devido ao fato de ser um equipamento turístico de referência para a localidade.

Com exceção da reserva Ecológica Carnijó, a única com certificado de Reserva Particular do Patrimônio Natural da região, observou-se que as outras instalações visitadas necessitam de adaptações para se transformar em equipamentos turísticos e que os proprietários continuam sem investir em um planejamento que facilite a adequação dessas propriedades para a atividade agroecoturística. Também não estão realizando estudos de viabilidade econômica para os empreendimentos. Verifica-se ainda que aparentemente são mínimos os danos físicos que possam vir a contribuir para a degradação ou comprometer o meio ambiente.

O Engenho Pinto é uma área de assentamento cuja administração é feita pela Associação de Moradores Herbert de Souza, que utiliza a Casa Grande do engenho como

sede, a qual é também utilizada para a realização de palestras, cursos e reuniões. Nesse assentamento, todas as crianças que freqüentam a escola têm bolsa escolar. Embora vivam no meio rural, eles verbalizam que se encontram despreparados para o plantio, “não sabem o que devem plantar e vender” (sic). Levando em consideração esse aspecto, dizem ainda que a área do turismo “pode cair nisso aí também” (sic). O presidente da Associação Herbert de Souza comenta que o turista quer ser bem recebido, e que eles devem ser preparados para recebê-los; fala que deve haver capacitação e que, além dos cursos, é necessário cuidar do acesso e iluminar as estradas que levam ao Engenho até Bonança, bem como é importante melhorar as passagens das águas dos rios. Tudo isso requer um trabalho conjunto Incra/Prefeitura. O presidente explica que quando existe verba esta vem do governo federal via Incra e do Incra, via Prefeitura, a associação só faz administrar, conforme entrevista realizada em 27 de agosto de 2002. A verba específica para os assentados é originária do Pró-Rural, bem como a transação é direta com o presidente da associação.

O Engenho Pocinho (Granja Santa Cecília) há tempo vem recebendo religiosos para retiro espiritual de um dia. Entretanto, o principal objetivo da propriedade é o aproveitamento da mata secundária, que estão recuperando há trinta anos. Já efetuaram duas trilhas com plaquetas de identificação das árvores ao longo dos caminhos. Com a preservação, houve o retorno da fauna com setenta espécies de aves, inclusive aquáticas, que retornaram da Mata Atlântica. A recuperação é bastante importante para o meio ambiente, valorizando a integração da fauna e flora. Além disso, a propriedade conta com a Capela de São Vicente Ferrer, do ano de 1840, sendo que atualmente estão concluindo a instalação de um Centro de Educação Ambiental, próximo ao açude, com plantas aquáticas, vitória régia, embelezando o seu espelho d’água. Entretanto, conforme a fala do proprietário, é preciso muito mais, precisa-se de mais orientação, pois está investindo há muito tempo e até agora não teve nenhum retorno financeiro. Deseja também fabricar alguma coisa, mas não sabe o que irá agradar ao turista. Espera maior contato com a

Prefeitura do Moreno e a Empetur. Demonstra preocupação com o estudo da capacidade de suporte<sup>12</sup> da área de atratividade ecológica e quer desenvolver o seu lado empresarial.

Quanto à Dourado Empreendimentos e Engenho Sapucaia, lá se encontra uma destilaria em pleno funcionamento com produção/fornecimento da cachaça, visando à ampliação para a fabricação do vinagre, molho inglês, pimenta e alho. Estão voltados totalmente para a área industrial, ampliando a capacidade de produção, passando para uma moagem de 500 a 600 toneladas/dia. Com o aumento da produção, será necessário o plantio de muita cana, matéria-prima essencial para a fabricação.

Na vizinhança do Engenho Sapucaia, há mais cinco engenhos que são da família Dourado e pertencem à Dourado Empreendimentos. Nesses engenhos, além da casa grande, existem açudes, matas, rios, cachoeiras e a plantação de cana feita com bois e máquinas modernas, como também a destilaria oferece um cenário de máquinas de última geração.

Os proprietários do Engenho Sapucaia gostariam de trazer o turista para ver toda sua estrutura em funcionamento, dando um cunho cultural e pedagógico, mostrando uma correta alimentação do gado, formulações de rações, uma fertilização bem feita, dentre outras atividades. A casa grande apresenta-se em excelente estado de conservação, com mobiliário e peças seculares. Embora fique próxima à BR 232, o acesso é bastante precário. Os proprietários são empreendedores, mas não estão voltados para o turismo, de vez que não vêem uma política que ofereça segurança em investir nesse negócio, conquanto tenham a propriedade que mais se adapte, entre as demais, à atividade do Agroecoturismo.

No Engenho Nossa Senhora de Lourdes, o proprietário conta que há seis anos começou a criação de animais silvestres: cobra, macaco, barrigudo, tatu, arara, pato selvagem, asa branca, bem-te-vi, gavião e capivara, com a supervisão do Ibama, onde estão duas nascentes e um açude. Se houver uma parceria, pretende fazer um zoológico criando outros animais. O acesso não é muito bom. Considera-se naturalista. Gosta de admirar a

---

<sup>12</sup> A terminologia “capacidade de suporte” é muito discutida, principalmente pelos ambientalistas, pois deve ser respeitada para benefício dos recursos naturais. Diz respeito ao nível tolerável de uso por parte dos visitantes que uma área pode acomodar por um certo espaço de tempo.



natureza e de incentivar a preservação do meio ambiente e também de trabalhar com educação ambiental. Não se encontra motivado para trabalhar com o turismo, se bem que já esteve bem mais interessado. No momento está esperando uma decisão política do poder municipal. Acha que os gestores deveriam mudar de mentalidade porque criaram uma expectativa muito grande, o motivaram e envolveram e, no final, não viu nada, principalmente no âmbito rural, que é o que lhe interessa.

## 5 Dimensões de Análise

---

### 5.1. Dimensão políticas públicas e desenvolvimento sustentável: a visão dos *stakeholders* pesquisados

#### 5.1.1 Identificação de sua existência e foco no desenvolvimento sustentável

Embora existam visões opostas em relação ao posicionamento sobre a existência de políticas públicas para o Desenvolvimento Sustentável, os *stakeholders* entrevistados colocam-se, na sua maioria, de forma evasiva sobre o assunto. Nenhum foi contundente em afirmar que existe uma política formalizada. A maioria cita apenas preocupação dos gestores em relação à implantação de uma política de desenvolvimento sustentável. Essa preocupação está manifestada na existência de planos de ação para a Agenda 21, ou associada à realização de capacitação de pessoal, à perspectiva de articulação entre diversos segmentos e à participação em fóruns promovidos pela gestão municipal. Ainda há os que identificam a existência de uma intenção de implantação de políticas públicas para desenvolvimento sustentável; mas observam que quando esta aparece é de forma fragmentada, e não eficaz. Entretanto, para os *stakeholders* que consideram a inexistência de uma política, há possibilidade de vê-la como filosofia. Por fim, entre os *stakeholders* entrevistados dois desconhecem a existência de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e quatro afirmam que ela não existe em Moreno.

Como ilustração, alguns dos posicionamentos dos entrevistados, sobre o indicador identificando políticas públicas.

“Não, eu não poderia dizer a você que conheço a política porque eu nunca vi documento em relação a isso; eu conheço a política expressa oralmente pelos representantes da Prefeitura, eu conheço a vontade do município em implantar o Agroecoturismo. Acho que é o único da região metropolitana que tem um levantamento de potencialidades

agroecoturísticas. Acho que a política de preferência é desenvolver o Agroecoturismo da melhor forma possível, de forma sustentável. Acho que Moreno tem tudo para desenvolver, e o pensamento da Prefeitura está corretíssimo em fazer do Agroecoturismo um retorno econômico”.

“Desenvolvimento Sustentável é uma política, é um modo de gestão que está surgindo e que, para implantar e ter visibilidade que a coisa exista, ainda não chegou a esse ponto. Agora, a Prefeitura procura capacitar; já houve várias capacitações em relação a orçamento participativo, desenvolvimento sustentável. A Prefeitura investiu muito em recursos humanos, mas as pessoas não têm o hábito de valorizar isto”.

“Hoje, nós não temos. Temos uma filosofia no papel em relação ao estudo, mas política que considero agregada a uma legislação não existe. É preciso ter uma legislação que preserve os mananciais internamente, os riachos, a questão do rio Jaboaão, que ordene a ocupação urbana nas margens dos rios. O Banco do Nordeste colocou ser uma das suas exigências que só operaria em algumas das áreas do município se a Agenda 21 estivesse construída; não querendo vincular isso ao Banco do Nordeste, estamos vinculando a uma ação do município. A Agenda 21 é necessária porque interessa ao município, então tem uma legislação a ser construída, a lei que está sendo elaborada e depois o documento 21, fruto das discussões com a sociedade”.

“Eu colocaria como uma deficiência. Moreno não tem um plano de desenvolvimento. Eu acho que a gestão não tem um carro-chefe; o Agroecoturismo seria um dos, não é necessariamente sensato fazer um hotel de cinco estrelas, mas um Agroecoturismo considerando a cultura local, apesar de se ter seguido um plano eleitoral, mas não teve um plano de gestão; os planos de gestão eram muito fragmentados dentro da própria gestão. Totalizando, o governo não tem um plano de ação por secretaria municipal”.

“Realmente, não sei, a política de Desenvolvimento Sustentável tem que partir da comunidade, dos interesses locais; a comunidade é que vai decidir o que ela pode fazer, o que tem de vocação potencial para ser explorado. A política de Desenvolvimento Sustentável é preservar o ambiente para a vida futura; se colocar um equipamento forte,

pesado, se está mexendo com a vegetação com o ecossistema de um modo geral; a maioria das pessoas tem desconhecimento do que é preservar e de que a arquitetura tem que ser ecologicamente correta, uma arquitetura verde e que não agrida o ambiente”.

“Até agora, sobre esse aspecto achamos que não houve nenhuma providência, nesta questão que citaremos. A política de Desenvolvimento Sustentável está falha, por exemplo, com a terraplanagem do terreno do nosso vizinho; está vindo a erosão para o nosso açude e também o óleo. Essa água poluída vai para a barragem Duas Unas. Não fiz um documento oficial, mas os órgãos estão sabendo, como a CPRH, o Ibama e a Prefeitura; achamos que nesse aspecto deve ter uma atuação maior”.

“Percebe-se que existe a sensibilidade e a preocupação dos recursos sustentáveis, pois Moreno tem muitas reservas; existe também uma Secretaria de Meio Ambiente no município, o que já é um reforço, uma visão de que se deve tratar com critério o meio ambiente. Vemos um bom relacionamento institucional com a comunidade e a preocupação de envolver diversos segmentos ligados ao Agroecoturismo, como o grupo de artesãos, acredito que existe a visão do Desenvolvimento Sustentável”.

### **5.1.2 Foco no desenvolvimento sustentável**

A articulação entre políticas públicas, Agroecoturismo e desenvolvimento sustentável ainda não está clara para o conjunto do *stakeholders* entrevistados. Respondendo a questão sobre o enquadramento da realidade do Agroecoturismo em Moreno com foco no desenvolvimento sustentável, os atores entrevistados o fizeram em sua maioria de maneira evasiva e confusa. Alguns deles demonstraram conhecer o conceito de Desenvolvimento Sustentável, mas não conseguiram identificar sua existência no município nem sua relação com o Agroecoturismo. Outros, porém, admitem sua existência no município, mas de maneira insignificante devido à falta de gerenciamento, de articulação entre os *stakeholders* e as instituições responsáveis pela viabilização do Desenvolvimento Sustentável, bem como pela falta de legislação e de uma atitude

governamental efetiva. Se, para alguns, o Desenvolvimento Sustentável existe como proposta, os que estão tentando viabilizar suas ações de maneira pautada pelos seus princípios lamentam a falta de uma política que os auxiliem na implantação de seus “negócios” do ponto de vista da sustentabilidade. As falas a seguir ilustram a interpretação acima.

“Moreno ainda está in natura; não há realidade provocada pelos agentes, tem três ou quatro atores que investiram. A Carnijó, por mais que preserve a mata, tem os equipamentos que foram colocados, sinalização, etc. Traz modificação. Há uma intenção de que a realidade esteja plenamente enquadrada, até porque precisamos evoluir nesse trabalho da legislação para ter esse conceito sem desprezar a sociedade, porque o pior é isso, é ter uma área e trazer tudo de bom para aquela área, como um grande hotel, e a população ficar à margem, nem se beneficiar economicamente nem desfrutar daquela beleza, porque a população não faz parte do público consumidor; então a sustentabilidade tem que ser desenvolvida com esse cuidado”.

“É muito complicado porque para pensar no desenvolvimento sustentável tem que se pensar no todo; até numa visão holística não se pode pensar fracionado .... Para ter um desenvolvimento sustentável, é preciso ter uma visão de futuro é que a sustentabilidade não seja só de conservação da mata, do rio. A sustentabilidade é conservar tudo que se faz até na sua própria família, na educação, na cultura. Como posso pensar em sustentabilidade se pego um engenho com mais de cem anos de história e entrego aos sem-terra para fazer um galpão qualquer? Cadê o governo federal, estadual, junto com o municipal? Onde estão esses níveis de ação? O Incra, onde está? É de chorar ao visitar a casa grande, o moitão, a senzala, tudo sendo destruído, onde poderia ter sido privatizado. Vamos fazer reforma agrária com moralização....A sustentabilidade política hoje está com a pirâmide de cabeça para baixo. O município é o maior sacrificado. O governo federal está em cima, e o governo estadual no meio, e o município fica em baixo. A pirâmide está de cabeça para baixo”.

“Ele não está partindo muito da comunidade; está partindo do empresariado e dos órgãos públicos. Outra coisa é a preservação ambiental, que não está tendo muita

sustentabilidade; cada um faz o que quer, da forma que quer; não se tem ainda um gerenciamento”.

“Existe uma preocupação tanto da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente como da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, porque quando se fala em Desenvolvimento Sustentável tem que se pensar na questão econômica, ambiental, social, política e cultural. Essas cinco dimensões em harmonia, com certeza, terão o Desenvolvimento Sustentável. Vejo Moreno com essa preocupação; dentro do plano do município, existe a implantação da Agenda 21. Então, se existe dentro do programa do plano de ação do Moreno a implantação da Agenda 21, existe uma preocupação do Desenvolvimento Sustentável; temos que começar a sensibilizar a população de que a Agenda 21 é todo um processo. A nossa secretaria vai “puxar”, mas não é só ela. Ela dá o início; vamos nos unir para a Agenda 21 sair do papel, fazer a Agenda 21 Local.

“A proposta de Agroecoturismo em Moreno é uma proposta de Desenvolvimento Sustentável, e o município tem potencial, tem sim, tanto na questão do patrimônio cultural quanto na produção agrícola e pecuária. A proposta se enquadra numa proposta de Desenvolvimento Sustentável”.

“O Desenvolvimento Sustentável é uma participação de todas as forças de uma comunidade. Ele tem que envolver todas as frentes produtoras do município; na minha área não vi nenhum processo, nenhuma atividade; se tem vários criadores, granjeiros, agricultores e pecuaristas, isso implicaria um apoio de desenvolvimento da melhoria das condições para que pudéssemos melhor comercializar os nossos animais, melhor adquirir matéria-prima para a manutenção dos nossos animais, para adubar os nossos cafezais, a nossa agricultura.. Enfim, pelo menos que alguém da Prefeitura nos visitasse para oferecer algumas alternativas na área econômica, na área social”.

### 5.1.3 Informações sobre financiamentos

Na visão dos *stakeholders*, a maioria conhece algumas formas de financiamento, porém, entre eles, uns foram bastante cautelosos ao mencionar os nomes das instituições que lidam com financiamento, enquanto outros relatam os nomes das instituições, mas não sabem os procedimentos que devem fazer para formalizar um empréstimo. Um grupo majoritário de *stakeholders* respondeu categoricamente que não conhecia as fontes de recursos para o turismo e a sua distribuição em âmbito federal, estadual e municipal. Alguns alegam que são técnicos de projetos de pesquisas e que a captação de recursos é de responsabilidade de outras secretarias, departamentos, ou até em nível de “gabinete”. Poucas instituições foram mencionadas. A Embratur, destacando os seus programas Prodetur e Promata, cujas fontes de financiamentos se destinam ao desenvolvimento do turismo; os processos são demorados e são para a execução de programas de grandes investimentos governamentais. O Banco do Nordeste oferece diversas linhas de financiamento para os empreendedores privados com juros compatíveis; conta-se também com o Ministério da Agricultura, que oferece aos agricultores o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que, além da agricultura familiar, contempla também o turismo; tanto o pequeno produtor como os assentados da reforma agrária têm acesso a esse programa. A Caixa Econômica Federal tem um segmento que trabalha na infra-estrutura do município. Os empresários contam com o Sebrae, que oferece um setor de apoio efetivo ao pequeno proprietário. O Incra beneficia os pequenos produtores, enquanto a Empetur não oferece linha de financiamento. Por fim no âmbito municipal, notaram os *stakeholders* que os recursos são poucos e originários, praticamente, de repasses dos governos federal e estadual. A arrecadação dos impostos municipais não gera receita; portanto, quase sempre se faz necessário buscar outras fontes de recursos para implementar alguns programas. É importante frisar que, nas áreas onde existe uma visão mais profissional do turismo, a elaboração dos projetos dá-se de uma forma mais técnica e em maior quantidade, conseqüentemente obtendo maiores volumes de projetos financiados. A captação de recursos depende muito da viabilidade do projeto apresentado. As citações a seguir revelam o exposto.

“No plano federal, há a Embratur; na esfera estadual, Empetur, e não sei bem, mas essas fontes, conheço o Banco do Nordeste, mas não tenho idéia dos financiamentos.”

“Existem fontes do Banco do Nordeste, farol do desenvolvimento, a Pronaf, do Ministério de Agricultura, a Prodetur no nível de instituição, a Caixa Econômica na parte de infra-estrutura.”

“Em nível municipal, os recursos são poucos; são praticamente dos repasses do governo federal e alguma coisa do Estado. Precisamos buscar recursos, implementar estudos para conhecermos outras fontes para trazer mais recursos para o município.”

“Detalhado, estou um pouco por fora; sei que tem alguns programas no Ministério do Meio Ambiente direcionados exatamente para a questão da preservação do meio ambiente para o desenvolvimento do turismo algumas fontes Nacionais do meio ambiente; algumas diretamente da Embratur e da Fedurpe.”

“Conheço, mas... O Prrodetur está vindo, uma fonte grande de recursos, mas fica em nível de gabinete; tem o Promata. Antigamente, tinha o Fugetur para implantação de projetos turísticos.”

“Conheço, porém o nosso trabalho é técnico, de elaboração de projetos, de pesquisas. Temos uma diretoria de desenvolvimento econômico que capta os recursos para os projetos que elaboramos... temos dificuldade de trazer recursos para Moreno; trabalhamos basicamente com recursos próprios”.

“Essa questão de fontes de recursos é tratada no nosso grupo pelo representante da Empetur, que é uma pessoa que conhece tudo da questão de pontos de investimentos... Minha parte é técnica de planejamento de espaço turístico. O Prodetur está trabalhando especificamente com o Estado, na APA de Guadalupe, e está trabalhando com grandes investimentos governamentais, infra-estrutura, fazendo plano diretor; é macrodesenvolvimento, macroplanejamento; o Prodetur vai demorar muito para chegar a beneficiar um pequeno proprietário; ele não chega diretamente na propriedade para financiar uma produção... A propriedade deve ser trabalhada pelo proprietário em um



investimento particular. O Sebrae tem um setor de apoio efetivo ao pequeno proprietário e outros órgãos governamentais”.

#### **5.1.4 Estratégias de viabilização da implantação do Agroecoturismo**

Nas considerações dos *stakeholders* sobre a implantação do Agroecoturismo em Moreno, todos opinaram a favor desse segmento turístico e apontaram impedimentos e dificuldades para sua implantação. A maioria argumenta que o município não tem uma política ou uma legislação para o Agroecoturismo, as ações precisam ser definidas, e as políticas públicas não são suficientes, assim como tanto a política partidária como a burocracia são fatores que interferem nas ações, ocasionando as dificuldades para a implantação do Agroecoturismo. Outros, porém, sugerem o desenvolvimento da agricultura, mais atenção aos assentamentos e maior articulação com as instituições, no intuito de formar parcerias. Para alguns, o projeto de Agroecoturismo existe, porém está parado. Alegam que o “discurso” é perfeito, tanto dos gestores como dos proprietários, entretanto é uma “máquina emperrada”, uma vez que faltam as coisas básicas, tais como: acesso, transporte, saneamento, estruturação de pontos turísticos na cidade e também recursos financeiros para viabilizar a implantação. Um *stakeholder* fala que a comunidade precisa mudar os seus hábitos, sendo necessário mexer na cultura do povo e criar uma metodologia adequada para a implantação. Para ele, o turismo é complexo e difícil. As argumentações a seguir ressaltam as opiniões dos *stakeholders* sobre a viabilidade do Agroecoturismo em Moreno.

“Nós não temos uma legislação municipal ainda. Moreno não tem uma legislação do solo atualizada em relação à área urbana e não tem uma legislação própria para a questão do Agroecoturismo, nem de incentivos nem de restrição à utilização desse equipamento; então essa questão está solta, é preciso construir isso; há uma orientação do prefeito para que desenvolva isso, comparando com os outros municípios. Pelo modelo econômico do Brasil, primeiro há uma intervenção econômica para depois normatizar; às vezes, quando se

criam normas, já não dá para mudar algumas coisas perdidas no passado. A questão da área do solo é uma delas; para dar certo, tem que vestir a “camisa” daquilo que se quer tomar por prioritário, assumir aquilo, fazer e tentar convencer as pessoas que exercem as lideranças: o prefeito, o presidente da Câmara e, por outro lado, trabalhar a população. A base é mais importante, tem mais influência do que de cima para baixo; os canais se abrem quando o volume de pessoas é maior; essa articulação vai se desenvolver pela população. Nós temos um município com um potencial muito grande para o Agroecoturismo, mas a população não sabe nem o que é isso nem desfruta da forma que deveria desfrutar. Eles visitam o engenho, têm amigos que residem nos engenhos e não estão imbuídas nesse conceito; essas distâncias dificultam induzir a implantação de eventos turísticos. A cidade tem que dar exemplo de que ela quer a preservação. Chega-se em algum ambiente e vê-se a degradação interna, na área urbana, na área do distrito de Bonança. Para o visitante que vem atrás da natureza, de qualidade de vida, no meio rural, no meio urbano, ele se decepciona nos pequenos descuidos que a cidade tem. Então, essa população tem que estar convertida nesse modelo. Existe um trabalho que foi levantado tecnicamente, mas esse trabalho tem que ser ampliado até a população; então, é preciso a continuidade do processo. A legislação tem que ser trabalhada a partir da população, para que ela possa opinar e cumprir, senão não se tira resultado econômico. Hoje, Moreno não tem uma atividade empresarial marcante voltada para os moradores da cidade que têm baixo poder aquisitivo. O comércio reclama muito que Moreno não cresce, mas não cresce a partir de um princípio de que eu não posso atrair os consumidores de fora. Então, não se cria um ambiente para vender fora...a população morenense é de baixa renda, o comércio fica de auto-estima lá em baixo”.

“É uma dificuldade muito grande. Primeiro, tem que mudar os hábitos, mexer com a cultura do povo. Sabemos que além da mudança de comportamentos (hábitos), que talvez seja o mais difícil, nós temos também as dificuldades dos investimentos para ter que estruturar melhor aquilo que se quer desenvolver. Pode-se ter idéias, vontade política, mas é preciso que se tenha o recurso necessário; a vontade política para fazer não é só do gestor político, é de todos os segmentos, além do segmento operacional. E para que as coisas aconteçam, é necessária uma metodologia adequada, pois se ela faltar o operacional não

acontece. Então, são três setores que precisam estar juntos e afinados para que as coisas aconteçam”.

“Do ponto de vista político, pode-se considerar que o discurso é perfeito. Agora, a prática política, a prática governamental, a prática institucional, a prática pessoal de cada proprietário é muito diferente do que se fala, porque nossa realidade acontece todo dia; é uma máquina emperrada que se tem que botar para mover. É preciso trabalhar em parceria; é um trabalho em construção; temos um longo caminho até conseguirmos que as pessoas se acostumem a trabalhar uns com os outros. Espero que o grupo de trabalho continue esse trabalho e realmente a coisa aconteça de fato, até porque nós estamos com trabalho agora de metrópole estratégico, dentro da própria Fidem, e começamos a trabalhar dentro dessa realidade municipal.”

“Existe um projeto, mas atualmente está parado, porque quando se chega na área de operacionalização as coisas ficam mais complicadas; o que eles querem é: sinalização, acesso, capacitação, equipamentos de apoio. Não tem recursos para isso? Será que esses aspectos foram trabalhados nos orçamentos federais, estaduais e municipais? O mais complicado no processo é isso, o grupo de trabalho parou aí.”

“No início, nós montamos a política municipal de turismo representada pelo plano de desenvolvimento do Moreno. Nesse plano, tem dois programas: um Agroecoturístico e o outro de Desenvolvimento Turístico; de uma forma geral, de lá para cá tem sofrido algumas alterações, porque o turismo é dinâmico; então, vamos adequando com as situações que estão surgindo; agora mesmo, mudou toda a gestão da Sendetur e da Seplama, que era a secretaria que dava suporte à coordenação do programa de turismo no município. Estamos readequando essa nova gestão; a nossa política mudou para melhor; agora, dizer que é suficiente, eu acho que não, mas estamos trabalhando com os recursos disponíveis; gostaria de fazer muito mais, entretanto é muito lento”.

“Apesar do esforço do município, apesar dos resultados do grupo técnico de trabalho que foi constituído, eu acho que o Estado deveria ter uma política mais clara para o turismo. Ele é muito isolado, fragmentado. Existem programas estimuladores para a Zona

da Mata? Pelo menos nunca entraram em Moreno. Várias tentativas foram feitas para se entrar no Prodetur e nunca se entrou. Eu acho que ainda está fragilizado no ponto de vista da infra-estrutura da integração”.

### **5.1.5 Desenvolvimento de ações para a implantação do Agroecoturismo**

Os *stakeholders* posicionaram-se de forma diversificada quanto a esse indicador. A maioria alega que, para a implantação do Agroecoturismo, será necessária vontade política dos gestores, uma legislação, organização, metas e, que a equipe do governo estadual lhe dê apoio. Outros *stakeholders* entendem que é necessário articulação e apoio entre eles, entre as secretarias municipais, estaduais e com os municípios situados no entorno do Moreno. É preciso que as ações sejam interligadas, que aconteçam no tempo certo, e o mais importante é trabalhar coletivamente. Prosseguindo, enfatizam que para esse segmento turístico as propriedades agrícolas devem contar com o cultivo orgânico, bem como ter vida própria e serem trabalhadas para receber os turistas. Consideram ainda ser preciso efetuar-se o estudo da viabilidade econômica para fortalecer as iniciativas dos proprietários. Há os que alegam que o projeto está desarticulado e sugerem o envolvimento da comunidade, a volta do Grupo de Trabalho que elaborou o plano de implantação do Agroecoturismo, das oficinas de sensibilização, bem como a divulgação na comunidade das atividades realizadas. Somente um dos *stakeholders* recusou-se a responder essa questão. A seguir, serão ilustrados esses posicionamentos.

“A questão da legislação, creio que ela deve ser construída. Esse trabalho de verificação da viabilidade econômica é porque pode ter um equipamento muito bonito, mas, com as benfeitoria e os instrumentos que precisam agregar, talvez não se tenha a renda suficiente para a sua manutenção. É preciso definir se aquele ambiente é economicamente viável. Este estudo terá uma importância fundamental porque o proprietário poderá ficar consciente sobre se a propriedade pode ser economicamente viável e o município deve saber qual o equipamento que irá vender. Então, para a implantação definitiva do Agroecoturismo, é preciso: a legislação, o estudo da viabilidade econômica com a definição

de cada item que deve ser implantado e o envolvimento da população.”

“É preciso que a fazenda tenha vida própria e que o turismo venha com complementação. Ela tem que ter um funcionamento normal de uma fazenda com todas as condições agrícolas. O grande erro que está acontecendo é que, como o segmento da cana-de-açúcar está em decadência, assim como o café, o cacau, então estão pegando o turismo como uma tábua de salvação. O turismo rural, o Agroecoturismo, é apenas agregar mais uma atividade. A propriedade tem que funcionar como propriedade agrícola”.

“É muito fácil falar dos problemas, mas não se tem solução para eles. Acho que para ter uma ação mediante os empresários e a comunidade, se não tiver um traço para onde vai chegar, é preciso uma meta. Se Moreno tem hoje 39 engenhos entre eles, um está recebendo turistas e cinco se preparando; o que está acontecendo com os outros? Se não houver uma organização de todas as pessoas envolvidas, isso não vai sair do papel”.

“Retomar os trabalhos do Grupo de Trabalho, que estão parados, trabalhar a comunidade, que não foi trabalhada, A base mesmo faltou ser trabalhada. O que aconteceu com a Rota do Forró, que na época era vinculada a uma secretaria; as outras secretarias não participaram. Assim as coisas tendem a morrer; não foram fortalecidas, daí então tem que trabalhar as secretarias, os conselhos, os agentes jovens, as associações dos moradores da localidade, as pastorais e outras”.

“O Agroecoturismo é um novo caminho e varia de propriedade para propriedade, de município para município. Em Moreno, o que precisa ser feito é a próxima etapa com o novo secretário, com a nova gestão. Eu espero que a gente possa dar continuidade; agora as cinco propriedades que desçam no detalhamento com toda capacitação. O grupo de trabalho tem uma capacidade de grande articulação, tanto com o prefeito como com o governo do Estado; que tornemos realidade a proposta desse pessoal. Falta trabalhar as cinco propriedades especificamente. Nós, do Estado, não trabalhamos para particulares, mas, no caso do Moreno, como é uma proposta piloto, podemos fazer uma proposta no nível de Barra Azul, mas depende da Prefeitura e dos proprietários de terra. O próximo passo é pegar o pessoal sensibilizado e fazer a segunda oficina e tratar de uma forma especial

alguns aspectos. Não se vai parar um trabalho e esperar vinte anos; o município vai articulando alguns problemas, e as coisas vão acontecendo”.

“Quando falamos vamos planejar significa um processo em que se elabora o diagnóstico, diz onde quer chegar, como quer chegar e o que é preciso para se implantar. São muitas e muitas ações interligadas que vão acontecendo. É preciso ficar atento aos recursos de emenda da bancada da União que trata do turismo. É importante ver quais os canais e respaldos políticos/administrativos, para que Moreno seja contemplado com parte dessas emendas. Que o projeto do Moreno, da forma como está sendo elaborado, desperte interesse dos órgãos, quer seja público, quer sejam as organizações não-governamentais, quer sejam os empresários, cada um no seu papel e no seu interesse, no servir e em tirar retorno daquilo que investir. As ações devem acontecer no tempo certo; se uma ação não tiver a seqüência necessária, se não acontecer no tempo certo, ela se perde no tempo. Por exemplo, percebemos que o entusiasmo das pessoas quando começaram esse projeto era muito grande, mas em função do médio e longo prazo, uns ficaram no meio do caminho, e outros que vieram depois (talvez por estarmos no estágio mais avançado) já estão colhendo frutos, estão mais na frente. Temos surpresa agradável de pessoas que vêm com a visão de fazer acontecer, e às vezes as nossas fraquezas momentâneas são trabalhadas para que resgatem o entusiasmo em função de ações dos que chegam. Somos humanos; tem momentos em que se perde o entusiasmo; esse trabalho coletivo, com várias pessoas, com vários segmentos, com visões diferenciadas, contribui para que ninguém fique no meio do caminho; o outro surge com mais entusiasmo e vamos firme trabalhar coletivamente, com diversos segmentos; este é um dos fatores mais importantes: cada um com sua visão”.

#### **5.1.6 Análise da relação custo benefício**

Quanto ao posicionamento das relações custo e benefício, os *stakeholders* entrevistados foram unânimes em aprovar a idéia da implantação do Agroecoturismo. Mesmo assim, alguns se mostraram um pouco descrentes, dizendo ser difícil sua implantação e manutenção. Contudo, afirmam que para a cidade será um bom negócio,

desde que encarado com seriedade, porque é uma oportunidade para se obter mais renda no espaço rural, contribuindo para a diminuição do êxodo. Os benefícios serão diversos, uma vez que surgirá um fluxo de turistas com novas idéias, o resgate da cultura local, os artesãos terão oportunidade de vender seus artigos e participar de feiras. A história da cidade será divulgada para outros municípios. Enquanto isso circulará dinheiro e haverá mais emprego. Para eles, além de ser um agregador de valores à economia rural, o Agroecoturismo pode oferecer possibilidades de desenvolver os assentamentos e fortalecer o agricultor. Outrossim, traz divisa para o município, ocupando moradores do entorno em diversas atividades. Vêm também que cria oportunidade de fazer crescer a estrutura básica do município proporcionando a melhoria da qualidade de vida. Outros *stakeholders* indicam que o Agroecoturismo é uma atividade preservacionista, porque usa a infra-estrutura disponível pela natureza hoje, amanhã e sempre. Segundo os entrevistados, para os que investem, o Agroecoturismo pode ser uma atividade complementar gerando uma fonte a mais de renda devido à possibilidade de explorar a sua propriedade. Por fim, um deles se expressou: “O melhor de tudo é o lado do contato humano, das relações humanas”.

No que se refere ao fator custos, todos expressam vontade de fazer acontecer, acreditam no negócio. Porém, o grande empecilho parece ser financeiro, na viabilização dos seus produtos turísticos. Consideram eles que o Agroecoturismo em Pernambuco é ainda desconhecido, tornando-se preciso que os investidores tenham crédito nesse segmento. Por outro lado, falta utilizar a mídia e contar com o apoio governamental para os proprietários poderem explorar os seus equipamentos, tornando-os atrativos para o turista. A seguir, algumas opiniões são manifestadas pelos *stakeholders*.

“Para lhe dizer de uma forma muito pé no chão, se não tivermos perseverança, determinação a crença de que a potencialidade é grande. Muitas vezes, a gente titubeia, mas tenho convicção plena das características do nosso município. Não é sem motivo esse programa. Moreno tem o Hotel Viver Fazenda, Parque Aquático, e com a duplicação da BR-232 os empresários vêm buscar informações ao governo municipal para implantação de conjuntos habitacionais e condomínios de alto nível. Moreno é uma cidade maravilhosa. Bonita é a família morenense. Não é tão simples implantar uma atividade turística, bem-

estruturada, ordenada e sustentável. Avançamos na consolidação do plano; hoje, já temos o que apresentar, já temos argumentos para buscar recursos federais e estaduais diferentemente de quatro anos atrás; antes, tínhamos apenas uma idéia como programa de governo que era citado no projeto agroecoturístico; foi uma idéia que surgiu em função do que sempre me entusiasmou. Hoje, temos algo mais concreto, estando em Brasília na discussão das emendas do Orçamento da União. Podemos dizer que Moreno tem potencialidades para o turismo e precisamos de recursos; abre-se uma porta para que possamos captar recursos para as ações que entendemos ser importantes. Hoje temos a reserva ecológica Carnijó para visitação, com guias treinados. São coisas que fazem parte daquilo em que acreditamos e que queremos para o município. Comparado a quatro anos atrás, avançamos; gostaria de estar mais à frente, porém tem outras a es que são estruturadoras. Moreno vai passar a ser a cidade (já começaram as obras) com maior número de esgotamento sanitário ordenado da Região Metropolitana. As a es mexem com o cidadão, com a infra-estrutura, com a satisfação ambiental, respeito às pessoas e ao meio ambiente e ainda precisa conscientizar as pessoas com mobilização, seminários, movimentos de professores e estudantes. O turista deve sentir vontade de voltar e de trazer alguém para participar dos eventos com tranqüilidade e sem violência.”

“São todos os benefícios de que já falei, de sustentabilidade, de preservação do bem patrimonial para as próximas gerações. Há possibilidade de trazer emprego na medida em que esses proprietários resolvam ou decidam envolver os habitantes locais nas suas produções, questão que tem de ser muito bem trabalhada, porque essa visão ainda não chegou para todos. A idéia do prefeito   bem interessante. Ele quer colocar o Engenho Catende como marco, trabalhar a estação antiga e a fábrica de tecidos para quando os turistas chegarem na cidade poderem visitar esses equipamentos. A questão econômica é beneficiada com a atividade turística; tudo se mexe com o turismo. Agora, o turismo não é a resolução para todas as questões municipais”.

“Para a cidade, com a vinda do turismo o dono da fazenda vai precisar abastecer a sua propriedade com coisas que ele não produz. Vai circular dinheiro, vai surgir emprego para atender o turista. O benefício para o proprietário é que, além de ser uma fonte a mais



de renda, vai diminuir o êxodo do agricultor. O turismo é uma das alternativas para fixar o homem no campo”.

“Para o investidor, é ter uma opção a mais de renda na sua propriedade, que é muito rentável. Para o município, benefícios vários. No momento em que o agricultor aumenta a sua renda, amplia a sua receita, e o setor público arrecada mais, gera mais empregos e trabalhos remunerados. É um benefício enorme para a valorização da cidade e, sobretudo, a fixação do homem no campo, que contribui para diminuir os problemas da cidade, do inchaço das metrópoles que não cabem mais ninguém, gerando problemas ambientais seriíssimos. Você tem oportunidade de trabalhar no campo, você está contribuindo também para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, na grande metrópole”.

“Para o município, ele trará benefício a partir da incorporação da população. Moreno é carente de recursos, de receita; ela tem que estar desenvolvida para que possa ser vista como uma cidade que pode oferecer qualidade de vida. Para os investidores, é preciso ter resultados financeiros. Mesmo não existindo ainda uma legislação, existe uma orientação de como utilizar o Agroecoturismo; o investidor quer saber o que isso vai dar de retorno (dinheiro). As características da cidade, quer dizer, o desenvolvimento ecológico é intrínseco ao município, à população, aos atores que vivem naquele ambiente. O investidor terá que vir aqui utilizar o seu equipamento e tirar o lucro dentro desse investimento. Os investidores vão ter a possibilidade de uma lucratividade boa, porque o Agroecoturismo é uma atividade cara; quando bem explorada, só traz pessoas com renda elevada. O que não podemos permitir, como poder público, é que eles venham fazer dinheiro com aquilo que existe como se fosse uma fonte mineral; você explora o petróleo, a água mineral, mas, quando acabar, vai embora e deixa a degradação. Isso é que não pode acontecer.... O setor público tem que estar presente para não permitir que se use o equipamento de Agroecoturismo como fonte de receita e, em seguida, ter problemas de gestão e trazer danos ao município; isso é perigosíssimo,... se eu não caracterizar Moreno bem, e a população não vender isso para o turista, não haverá desenvolvimento sustentável”.

“Para a comunidade, se ela for bem trabalhada começa a conhecer a sua cidade e a valorizá-la; vai acontecer uma apropriação. É horrível quando sentimos que as pessoas não

se apropriam dos seus espaços, não têm amor pela terra. É preciso resgatar a identidade cultural e valorizar o patrimônio natural e cultural. Talvez fosse importante fazer uma campanha de valorização do patrimônio da cidade. O Agroecoturismo é uma forma de se valorizar a cultura local, o artesanato, a história da cidade. E para os investidores, seria a parte financeira, o complemento de renda trabalhando com as coisas locais, produzindo com a população local e gerando lucro para a cidade, tirando as pessoas da miséria”.

“Para a cidade, eu creio que vai trazer investimento e contribuir para melhorar o município. O turista traz coisas novas que contribuem para melhorar a cultura, e as pessoas se estimulam para falar da sua história. O próprio ecoturismo estimula que estudemos esse segmento com mais entusiasmo. Para os investidores, um dos grandes aspectos é o lado das relações humanas; isso é grandioso; só quem experimenta pode avaliar; depende também de cada pessoa, porque se for ver o lado de negócio, o lado empresarial, é muito trabalho”.

#### **5.1.7 Avaliação das ações desenvolvidas**

É relevante realçar que o tema em questão deu margem para perceber-se que as ações estão sendo desenvolvidas de forma isolada, na visão e ação dos *stakeholders*. Cada um deles tem tomado iniciativas próprias de acordo com seus interesses e necessidades. Os proprietários investem em seus bens. Um deles está prestando serviço de atendimento religioso e ao turista e criando infra-estrutura física (anfiteatro), visando a melhor atender o turista. Outro está ampliando a produção de cana e fica no aguardo de uma política para incorporar o turismo em suas atividades. Um deles, que é empresário, já vem realizando *day-use* em sua propriedade por meio de visitas às trilhas e sensibilização para educação ambiental; e outro está criando infra-estrutura ambiental (flora e fauna). Ao mesmo tempo, os assentados aguardam a oportunidade de financiamento para projetos e para reforma do Engenho Pinto. Por parte dos órgãos públicos e das instituições, nota-se avanço nas ações realizadas, tais como levantamento das potencialidades turísticas do Moreno; inventário turístico; elaboração e lançamento festivo do Diagnóstico de Potencialidades

Agroecoturísticas do Município do Moreno; e divulgação do diagnóstico na comunidade e nas instituições. Do Grupo de Trabalho envolvendo nove instituições governamentais, resultou a elaboração do Plano de Implantação do Agroecoturismo em Moreno, com proposições de ações estratégicas, e também a elaboração da Planta Diretora da Cidade<sup>13</sup>, além do dimensionamento da situação atual, principalmente sobre os proprietários que demonstram maior envolvimento com o projeto. Realizaram também capacitação de pessoal, reuniões, seminários de estudos, oficinas, recuperação do trabalho artesanal. Todos apresentam-se disponíveis para dar continuidade ao trabalho, tanto divulgando o município e suas potencialidades turísticas na região e fora dela como contribuindo para a elaboração de legislação pertinente ao Agroecoturismo. Pretendem também trazer investidores, criar cooperativas e associações de produtores, melhorar o acesso e a infra-estrutura do município criando equipamentos, ampliando a capacidade para melhor atender o visitante. Por fim, há sinais de que desejam transformar Moreno em uma cidade produtiva. Essas informações reais estão narradas a seguir.

“Desde 1996, identificamos nessa atividade um grande nicho de desenvolvimento local. Evidentemente que, a partir daí, buscamos por meio das secretarias vinculadas, reunir esses atores que aqui foram colocados e estabelecer um diagnóstico que determinasse claramente quais as nossas potencialidades. A Associação Pernambucana de Ecoturismo (Apeco) ajudou muito nesse trabalho, identificando as potencialidades do município para a implantação do programa agroecoturístico. Posteriormente, buscamos os proprietários e diversos atores que pudessem definir um plano de ação. Estamos hoje na condição de dimensionar, entre aqueles proprietários que demonstraram maior interesse e maior envolvimento, qual a estrutura que necessitam para que possamos implantar e implementar as ações do turismo em cada atrativo. Esse dimensionamento pretende revelar o investimento que precisa de infra-estrutura, os acessos às propriedades, os investimentos de cada atributo em função do seu papel no contexto, o que ele tem a oferecer, o que seria o investimento, para, a partir daí, buscar financiadores e, naturalmente com a participação dos proprietários, viabilizar as ações desse projeto”.

---

<sup>13</sup> Em 11/02/2003 foi realizada mais uma discussão da Planta Diretora da Prefeitura com a sociedade.

“A gestão tem feito o diagnóstico, plano de ação; no plano de ação, criamos o plano piloto, porque observamos ser mais difícil: começar uma atividade nova num município que não tem uma cultura para essa atividade; por isso, escolhemos alguns proprietários mobilizados e fizemos o plano piloto. Depois dessa etapa, a Prefeitura montou um Grupo de Trabalho do Agroecoturismo com a participação de oito instituições (nove com a Prefeitura). Eles reforçaram o plano piloto e acrescentaram algumas sugestões para viabilizar a implantação. Os proprietários começaram a participar do Grupo de Trabalho a partir de uma oficina feita especialmente para eles. Eles contribuem também; tanto é que já estamos com o primeiro equipamento turístico, uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural), trabalhando com *day use* para visitação, principalmente com o turismo pedagógico. Temos também um programa emergencial com educa o ambiental, continuamos com capacita es e estamos fortalecendo os artesãos. O diagnóstico de ave (fauna) contempla duas propriedades, estamos também com um projeto de comercializa o do artesanato e da gastronomia”.

“Quando assumimos a Secretaria (faz mais ou menos quatro meses), já existia um inventário, e esse inventário favorecia a indica o de um trabalho mais detalhado. Hoje (agosto), contatamos algumas fontes, principalmente o governo do Estado, para que se inicie um levantamento da infra-estrutura dentro dos ambientes já identificados, inventariados, e também,   parte, um projeto que tenha um cunho mais econômico, que seja feito dentro de cada ambiente. Precisamos saber qual a infra-estrutura necessária em termos de estrada, eletrifica o, para que esse ambiente seja utilizado pela popula o que dispõe de recursos. Hoje, existe uma natureza bastante favorável em Moreno, mas essa natureza não   fácil de acessar e deve ser acessada com preserva o. O trabalho foi iniciado. Contratamos duas empresas; uma delas...em outubro iniciar  um estudo para verificar a viabilidade econômica desses ambientes inventariados da vila operária e do Engenho Catende. A inten o é tornar o ambiente urbano preparado para receber os turistas... o ambiente da cidade tem mais um objetivo de refletir para a popula o esse caráter de município turístico que ainda não existe em Moreno”.

“Nós, do Ipade, consideramos que Moreno vai ter como diferencial a elaboração do plano diretor, com relação aos quatro municípios; o que estamos elaborando também é exatamente o levantamento das potencialidades naturais. Moreno tem um território vasto, rico na questão ambiental, mas está encaminhado no programa agroecoturístico e já tem articulações e um plano de ação definido. No estudo da planta diretora, está levando em consideração essa potencialidade, pois 70% do território com esse manancial se percebe na planta, que só tem um núcleo como área disponível para a expansão urbana”.

“Nós temos um discurso que é semelhante aos gestores, aos proprietários, e o que depender do Poder Legislativo de projetos de lei de incentivo e de toda a formalidade, não só eu como os demais vereadores vão dar esse suporte legislativo e também contribuir para divulgar o ecoturismo”.

## **5.2 Dimensão *stakeholders***

### **5.2.1 Quem são e quais são seus objetivos**

A partir dos primeiros contatos com alguns entrevistados, foi-lhes solicitado que indicassem quais seriam outros *stakeholders* relacionados com a viabilidade do Agroecoturismo no município do Moreno. Na visão deles, os principais e mais importantes *stakeholders* são: a) os proprietários das empresas de atividades rurais e agrícolas ou dos engenhos; b) a Prefeitura Municipal, por intermédio de seus órgãos; c) e o pessoal ligado à recepção do turismo em Moreno. Outras entidades foram consideradas como possível apoio, desde que haja iniciativa do governo municipal em incluí-las em suas ações. Instituições como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo e Esportes do Estado de Pernambuco, Fundação do Desenvolvimento Municipal de Pernambuco (Fidem), Empresa Pernambucana de Turismo (Empetur), Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH), Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (DNER), Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incrá), Agência de Desenvolvimento de Pernambuco (AD/Diper), e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) foram consideradas importantes para participar da gestão do turismo no município.

Além desses órgãos, também foram citadas as igrejas, associações municipais de natureza diversa, tais como associação de moradores, assentados, lojistas, escolas, municípios do entorno, proprietários de estabelecimentos de alimentação e artesãos. Por fim, houve várias citações referentes à comunidade como principal fator de envolvimento com o Agroecoturismo. As argumentações a seguir ilustram esse fato.

“São vários, o poder público nas diversas esferas, municipal, estadual e federal, por meio dos seus órgãos, os proprietários de atrativos existentes no município, das propriedades dos núcleos que interessam, como a cana-de-açúcar, os recursos hídricos, que são interessantes para visitação, além da sociedade. É fundamental que haja interação dos diversos segmentos indutores do desenvolvimento, como as universidades. Eu acredito que os órgãos que têm atribuições voltadas ao desenvolvimento econômico, em particular do turismo, só é possível terem sucesso em um projeto na sua execução se houver envolvimento de todos. O banco de desenvolvimento, como o Banco do Nordeste, é fundamental sua participação. Os atores principais são esses. Naturalmente a qualquer momento podem surgir outros que não tenham uma participação mais efetiva, mas que no desenvolver das ações possam ser importantes para o contexto. Aí serão convidados, como, por exemplo, os artistas, os artesãos.”

“A gestão pública, os proprietários, a comunidade como um todo, principalmente os artesãos, e agora estamos integrando alguns proprietários de estabelecimentos de alimentação. Quando falo em gestão pública, são todas as secretarias municipais...”

“...No caso do Moreno, a Prefeitura tem que estar à frente. Além disso, tem os órgãos de apoio e assessoria, como a Empetur, Fidem, o próprio Incra, as secretarias locais e as estaduais, por conta do repasse de verbas e recursos dos planos integrados. Turismo Rural e Ecoturismo são atividades sustentáveis que envolvem várias atividades, vários atores.”

“Eu acho que o envolvimento tem que ser de todos, porque envolve o pessoal da área rural, pessoal que tem latifúndio, donos de engenhos. É preciso que haja conhecimento do projeto de Agroecoturismo e que o envolvimento seja no sentido de multiplicar as

informações para as pessoas. Todas as secretarias do município devem dar suporte...”

“A Prefeitura, a Fidem, o Incra por ter assentamento no projeto, o CPRH, por causa das bacias do Pirapama e do Jaboatão, a Empetur, Sebrae e a própria AD/Diper, por conta dos engenhos”.

“Em primeiro lugar, os donos dos casarios dos engenhos, para possibilitar o acesso; em segundo, a Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Turismo e a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, para viabilizar a infra-estrutura para esse acesso. Depois, a população devidamente informada, para receber os turistas de forma que possa não só propagandear essas belezas, mas dizer da satisfação que tem de ser útil para esta finalidade. Por último, o envolvimento, em âmbito municipal, do gestor, assim como em âmbito estadual e federal, para viabilizar políticas públicas para sustentação do Agroecoturismo, porque se trata de uma situação que se não tiver cuidado, ao invés de ser benefício para o município, vai ser malefício para a sociedade de um modo geral, tanto do Moreno e de Pernambuco como do Brasil. Aqui é um celeiro de casarios e ambientes ecológicos. Basta dizer que Moreno tem uma característica de ser manancial de água, mas se não for bem administrada essa questão do Agroecoturismo, poderá haver prejuízo para toda a região metropolitana”.

“Em Moreno, principalmente os proprietários, por conta dos interesses de cada um, e também a própria Prefeitura, porque sem o apoio da Prefeitura não se pode fazer muita coisa, tem que haver uma ajuda grande da Prefeitura, e também a comunidade; no nosso caso, estamos com um “probleminha” sério de lixo no acesso a nossa propriedade. Como estamos trabalhando na questão do meio ambiente e educação ambiental com os visitantes que frequentam a nossa propriedade, se não tivermos o apoio da Prefeitura e da própria comunidade fica muito complicado, porque vamos mostrar a natureza, mas quando se chega à parte urbana encontra-se o lixo exposto”.

### 5.2.2 Como atuam

A maioria dos *stakeholders* considera que existe pouca interação entre eles. Entretanto, não vêem essa atuação interativa da mesma forma. Para uns, a interação é difícil, pequena e desintegrada; não é proativa e às vezes acontece por interesse. Além disso, alguns atores mostram-se incrédulos, numa atitude de “ver para crer”, enquanto um dos *stakeholders* declara “não sei responder”, embora acredite ser importante e ficar satisfeito quando isso acontece.

A seguir, transcrevemos alguns trechos das entrevistas realizadas, no que diz respeito à existência de interação entre os *stakeholders*.

“As ações governamentais ainda estão longe de ser ações sustentáveis, porque elas ainda são desintegradas. Todos sabem que hoje não se pode governar isoladamente; sabe-se também que não adianta vir verbas federais, internacionais, fantásticas, para um lugar onde as pessoas não escolheram. O poder de decisão da população está cada vez mais convencendo os governantes de que eles têm que mudar”.

“Não, não existe uma política nesse sentido no Brasil. Se existe eu acho muito frágil, pois, em vez de ajudar uns aos outros, eles competem, e fica aquela briga que não leva a lugar nenhum. Acho que esses órgãos deveriam se preocupar mais com o desenvolvimento sustentável”.

“Depende muito da ação. Por exemplo, o município está com o projeto do aterro sanitário, e os órgãos estão interessados; quando o governo estadual tem interesse, eles dão apoio; tem departamentos que ficam mais atuantes. Eu vejo alguns órgãos ativos, outros não”.

“... O que não existe são ações localizadas. No nível da União, não está agindo proativo em Moreno, .... O Estado está ainda dependente da política nacional, pois não tem uma política consistente. Talvez aí os municípios criem essa exigência, e o Estado “abra o olho” para isso. Temos Paulista, que quer trabalhar isso, São Lourenço, Igarassu, Itamaracá,



Moreno, áreas que têm a população com a liderança do prefeito e têm poder de influência grande. Nos próximos quatro anos, vai ser importantíssimo que o Estado crie essa legislação não de questão da proteção do meio ambiente, mas da sua utilização dentro da questão do Agroecoturismo”.

“Algumas coisas eles fazem, mas falta fazer muito mais. Cada um quer mostrar mais coisa na sua área; eles não pensam na nação, na comunidade, pensam no grupo deles. Falta esse conjunto”.

### **5.2.3 O que sabem sobre o Agroecoturismo**

Embora existam visões diferentes com relação ao tema Agroecoturismo, os *stakeholders* demonstraram quase de forma unânime o conhecimento de algumas experiências nesse assunto. Segundo eles relatam, as experiências estão correlacionadas às visitas e/ou permanência de alguns dias em localidades e/ou propriedades que praticam Turismo Rural, Agroecoturismo e Ecoturismo. Nessa visão, a maioria dos *stakeholders* evidencia que conhece tal segmento turístico tanto em Pernambuco como no Brasil e no exterior. Alguns conhecem só na Região Nordeste, outros por meio de artigos e leituras e um conhece e informa como nasceu o Agroecoturismo em Moreno. Apenas um comenta que não conhece essa modalidade turística e somente três já trabalharam e implantaram o Agroecoturismo na região.

As argumentações a seguir ressaltam alguns dos aspectos mencionados pelos *stakeholders* sobre o Agroecoturismo.

“Conheço. Aqui em Pernambuco, temos o projeto Barra Azul, no município de Bonito e diversos empreendimentos trabalham com Agroecoturismo; o grande problema é a gestão. Em Garanhuns, tinha uma fazenda de café, e a proprietária aproveitou essa atividade complementar da seguinte forma: o turista participava indo às plantações e ajudando no cultivo (não sei se ainda é assim). Santa Catarina tem uma experiência fantástica, numa região próxima a Camboriú, onde existe um roteiro sendo vendido pelas

agências, eles preparam a “estrada bonita”, que tem um pórtico, e tem sinalizações. Uma propriedade vende o queijo, outra vende malha, outra hospeda; existe uma integração entre elas, há um circuito.... não existe aquela coisa de cada um por si; o gerenciamento deve ser bem-estruturado, deve ter a participação da Prefeitura”.

“Conheço não de visitar pessoalmente, mas conheço várias experiências internacionais na América Central, tanto de ouvir falar quanto de ler. O Agroecoturismo deve ser recepcionado com o ambiente natural esplendoroso, com todas as suas qualidades. Ele deve estar ligado ao processo agrícola. A propriedade que quer fazer o Agroecoturismo vai ter o que mostrar de agricultura sustentável”.

“Conheço no Brasil. Em Pernambuco tem uma pequena área em Gravatá, a fazenda Cordeiro – Huk, em Carpina. Há também o pessoal de Lages, em Santa Catarina, e Bonito em Mato Grosso Sul. Agora, tem experiência muito positiva na Nova Zelândia; visitei também Israel e Suécia”.

“Por que o Agroecoturismo em Moreno? O Agroecoturismo e Turismo Ecológico são conceituações que podemos usar para uma área mais ampla. No município do Moreno, tem áreas particulares com características para o Turismo Rural e área para o Turismo Ecológico; e aí surgiu em Moreno o Agroecoturismo. Essa denominação ainda não tem no Estado de Pernambuco. Começamos a utilizá-la a partir da experiência da Itália, trazida por Romano Topan, durante o Curso de Agroecoturismo. Se fosse escolhido o Turismo Ecológico, o ecoturismo em Moreno estaria deixando de lado o Turismo Rural; e se colocasse o turismo rural, não contemplava o ecoturismo...A academia não é uma coisa estática. Ela está evoluindo. Há pouco tempo, Agroecoturismo e Turismo Rural no Brasil eram a mesma coisa. Hoje, temos alguns pesquisadores que começam a fazer diferença, que na Europa está muito mais avançado....Eu faço parte do grupo que tem outra idéia, ou seja, que agro vem de agrícola, de agrário, agropecuária, não necessariamente da indústria; agro vem de agricultura familiar, vem de subsistência. O meu agro é diferente do deles, pois podemos ter as duas conceituações, porém eles vêm de uma forma, e eu de outra”.

“Conheço alguma coisa do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Cheguei a freqüentar essa localidade; era baseado nela que queríamos implantar em Moreno; eu freqüentei como turista e estudioso. O importante é a política integrada com o desenvolvimento do turismo e com a preservação do meio ambiente, a exemplo do sistema integrado da Costa do Dendê e Costa do Cacau, na Bahia, onde toda a Costa do Cacau interage, cada uma oferecendo produtos diferentes; não é uma questão do povo, é uma questão política”.

#### **5.2.4 O que sabem sobre o perfil e atuação do turista**

Segundo a maioria dos *stakeholders*, Moreno não tem um fluxo de turistas para o Agroecoturismo, portanto não sabe qualificar o seu perfil. O que existe é a tipificação daqueles visitantes que participam dos festejos juninos, festa da padroeira da cidade, sete de setembro, natal, carnaval e carnaval fora de época. Desses visitantes, a maioria é procedente da Região Metropolitana do Recife, destacando-se Jaboatão como maior emissor. Em menor proporção, vem a região do interior pernambucano e também a de outros Estados. Outros *stakeholders* acham importante fazer um estudo do perfil do ecoturista, para atraí-lo, seja ele nacional ou internacional. Alguns acreditam que o turista será aquela pessoa que está cansada da vida agitada da cidade, que gosta de conhecer coisas novas, amante da natureza e identificado com a proposta de preservação ambiental. Nessa perspectiva, encontram-se estudantes, cientistas, profissionais liberais, religiosos e o grupo da terceira idade. A seguir, apresenta-se alguma ilustração referente à temática.

“...dizer quem é o turista, estou chutando; acho que não é uma informação que o profissional da área de turismo pode dar, não existe o perfil do turista, existe o perfil daqueles visitantes nos festejos juninos do Moreno, que é considerado como um dos melhores São João da região metropolitana. Realizamos uma pesquisa no ano passado e também este ano; a partir deste ano posso dizer o seguinte: 52% são de Jaboatão, os demais foram de Vitória, Pombos e Recife.”

“Não, poucas pessoas vão saber responder essa pergunta, mas estamos iniciando

uma pesquisa sobre a visão dos usuários da BR-232, a visão do potencial turístico das margens da BR-232”.

“Não existe um turista que procura Moreno. Moreno é uma cidade esquecida. Minha primeira ação, quando assumi a Secretaria de Turismo, foi viajar para Portugal, onde consegui o protocolo de germinação de acordo com a cidade de Lores, mas esse processo não pôde ir a frente porque, na época, não consegui viabilizar financeiramente a passagem dessa comitiva para vir a Moreno, e, assim, esse protocolo de germinação de acordo de cooperação não foi efetivado. Eu queria que Moreno saísse do anonimato. Para isso procurei divulgar Moreno nas feiras de turismo, procurei fazer a base, procurei fazer através da Rota do Forró, procurei divulgar o município. Hoje, ele é conhecido. Evidentemente, que esse processo é lento e tem que ser constante, não pode parar. .. Moreno só tem um hotel. Se tivesse mais hotéis, seria um pólo turístico, como Gravatá. Agora, Moreno desponta para o futuro. Os turistas que se hospedam aqui são religiosos, turistas vindos do Recife, João Pessoa, Natal, Maceió e alguns grupos do Sul”.

“Hoje é o profissional liberal que está cansado da vida agitada da cidade porque, apesar do Moreno ser da região metropolitana, tem uma característica campestre...o que temos que organizar é uma situação institucional. A Prefeitura Municipal do Moreno deve melhor elaborar as políticas públicas no que se refere ao Agroecoturismo.”

## **5.3 Dimensão Agroecoturismo**

### **5.3.1 Análise da viabilidade do Agroecoturismo e suas limitações**

Para os *stakeholders*, a viabilidade do Agroecoturismo em Moreno é considerada um fator de maior importância. Todos se manifestam a favor, alegam ser uma vocação do município, entretanto sugerem formas diferentes de viabilizá-lo. A maioria argumenta que o Agroecoturismo será um gerador de oportunidades locais, pois possibilita ao município um turismo com desenvolvimento sustentável, preservando as características naturais. Por

isso, pode oferecer melhor qualidade de vida à população. Ademais, será uma fonte de recursos para os assentados e contribuirá para a preservação das reservas ecológicas e do patrimônio histórico e cultural do município. Uns afirmam que a comunidade deve ser envolvida e beneficiada e que tanto o governo estadual como o municipal têm interesse que o turismo cresça nos assentamentos, uma vez que será mais uma fonte de renda para os agricultores. Eles dizem que o governo estadual, se solicitado pela Prefeitura, pode apoiar, incentivar e estimular esse segmento. Alguns se colocam à disposição para informar e motivar a comunidade, principalmente divulgando os engenhos. Para outros, implementar o Agroecoturismo é uma oportunidade de desenvolver o turismo cultural, porque o turista além de contar com os atrativos do município pode observar o seu desenvolvimento histórico, como, por exemplo, uma destilaria que possui aspectos modernos e tradicionais. Outros alegam ser necessário mais articulação entre as próprias secretarias do município.

No que se refere às limitações, elas são mínimas em relação ao desejo de fazer acontecer. Entretanto, há o aspecto financeiro como um dos grandes obstáculos, tanto para os proprietários que precisam fazer algumas adaptações em suas propriedades como para a Prefeitura. Para se fazer um trilha demanda custos não só para realizar o estudo de identificação das árvores, mas também para colocar a sinalização da trilha, bem como determinar a sua capacidade de suporte. Não se pode, ainda, deixar de lembrar o difícil acesso às propriedades. Outra ação que esbarra na falta de recursos financeiros é a reforma do Engenho Pinto (assentamento), que está previsto para ser um Centro de Excelência para o Agroecoturismo. Entretanto, os *stakeholders* governamentais comentam que não é somente a falta de recursos que impede a implantação do Centro de Excelência. A grande dificuldade consiste em definir a forma de gestão que garantirá a sustentabilidade do projeto. Os entrevistados argumentam que o Agroecoturismo deve ter fundamentação na comunidade, para fazer surgir a sustentabilidade. Essa análise foi sistematizada a partir da leitura das citações a seguir.

“Hoje, temos buscado permanentemente atividades que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável e, naturalmente, não só para a preservação do meio ambiente, mas também para a geração de emprego e renda. Moreno tem características que quem

conhece sabe que ele tem potencialidades específicas, tem a vantagem de estar próximo aos grandes centros urbanos do Estado de Pernambuco, tem a facilidade de ter acessos rodoviários muito bons. Os acessos foram reformados, melhorados, ampliados e a BR 232 dentro de poucos meses (abril 2003) estará concluída. As características do Moreno, como o clima, os recursos hídricos e a facilidade de comunicação, reúnem uma série de atrativos e potencialidades que contribuem para que possamos ter no município um caminho que o coloque no contexto de desenvolvimento que possa gerar renda para a população”.

“O Incra quer desenvolver os assentamentos em Moreno. Para se ter uma idéia, 25% da área o município é de assentamento; portanto, é de alto interesse do governo estadual e municipal que o turismo cresça”.

“Propiciar ao município do Moreno uma oportunidade econômica, preservando as qualidades naturais. Moreno tem uma dificuldade imensa em termos de instalações de ambientes econômicos como indústrias e outros tipos de negócios. O Agroecoturismo pode ser favorável à exploração das condições naturais, mas preservando a qualidade de vida da população e dando chance para que ela cresça economicamente, porque ocorre que o Agroecoturismo é explorado, e a população ao redor do produto turístico fica marginalizada; esse não é o objetivo da Secretaria<sup>14</sup>. O objetivo é que esse Agroecoturismo eleve a qualidade de vida dos habitantes e traga instrumentos de desenvolvimento das famílias no ambiente”.

“O Agroecoturismo para a Dourado Empreendimentos e Engenho Sapucaia vai funcionar enfatizando o turismo cultural para mostrar como funciona a destilaria, como se fabrica o vinagre e como se faz uma correta alimentação do gado, formulações de rações, uma fertilização bem feita. Eu acho que deve ser voltado para como utilizar o sub

produto da nossa indústria. Vai ser um turismo para quem quer estudar e conhecer coisas diferentes, como ver uma destilaria tanto do lado tradicional como do moderno; pode-se ver a fabricação da cachaça de forma primitiva ou de forma sofisticada, com tecnologia de ponta na produção dessa bebida”.

---

<sup>14</sup> Refere-se a Secretaria de Planejamento Econômico e Turismo do Moreno.

“A descontinuidade política é um grande problema; o que interessa a um governo não interessa ao outro. Então, vamos esquecer aquele projeto, porque o interesse hoje do Moreno é o Agroecoturismo. Como não é uma coisa que não tem sua fundamentação na comunidade, ele pode não ser sustentável. Quando vier o próximo dirigente, ele pode achar que um distrito industrial tenha muito mais importância que o turismo, então vamos esquecer tudo isso como foi esquecida a Rota do Forró”.

“No nosso caso temos três etapas a cumprir: a primeira é a questão da Educação ambiental... com a reserva ecológica, conseguimos a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), título concedido pelo Ibama. O público maior será destinado aos colégios para a questão de Educação Ambiental, assim como as pessoas voltadas à área de ecologia e meio ambiente das universidades. a segunda etapa é trabalhar nos finais de semana oferecendo um spa anti-stress, ...voltado para a meditação, *tai-che-chuan*; como o acesso vai melhorar com a BR-232, as pessoas podem vir e voltar no mesmo dia ou, então, se hospedar no Viver Hotel Fazenda. A terceira etapa será o uso da fazenda com o Agroecoturismo”.

“Estamos correndo atrás para reformar o casarão; ele é um patrimônio histórico; nós, assentados, não temos condições de melhorá-lo porque é um investimento grande. Os órgãos públicos, como o Incra, Sebrae, a Prefeitura e a Universidade, juntos, deveriam dar uma força para melhorar o turismo”.

“Um dos nossos objetivos é o turismo religioso, mas o principal é o de aproveitamento da mata. Nós temos uma mata secundária com mais de 30 anos, a qual estamos recuperando; já houve um estudo das árvores e demais componentes que se ajustam ao meio. Estamos construindo um anfiteatro que pode servir para um Centro de Conscientização para a Preservação do Meio Ambiente ou um Centro de Educação Ambiental para atender os colégios, turistas e pessoas da comunidade”.

“O que estamos fazendo de fato é nos colocar à disposição e participar de todas as discussões do processo embrionário...”

“... O nosso trabalho é divulgar e orientar os empreendedores, porque muita gente

não conhece as normas e as leis do meio ambiente para fazer uma RPPN, cujo documento pode dar entrada tanto na CPRH como no Ibama. A vantagem é muita boa, há desconto do Imposto Territorial Rural (ITR); e para o município é um chamativo muito grande, é um potencial turístico e, além do mais, ele tem preferência para qualquer financiamento; e agora, com o ICMS ecológico para os municípios, eles só têm a ganhar”.

### **5.3.2 O que está sendo realizado pelos *stakeholders***

Considerado por quase todos os *stakeholders* entrevistados como um município com um grande potencial, Moreno não é um destino turístico, portanto ainda não pode ser um produto a ser vendido. Além disso, não existe no município, nenhuma legislação ou política de fomento à atividade agroecoturística. O processo que se desenvolve hoje é fruto de um Grupo de Trabalho composto de nove representantes de entidades envolvidas com esse segmento, como mencionado anteriormente. Esse grupo elaborou um plano de trabalho, conjuntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do município, que, após inventário e diagnóstico, identificou as potencialidades turísticas do município, motivando o desejo de buscar novas fontes de renda para a população morenense. Entre os entrevistados, alguns acham que para o potencial do município as ações estão muito aquém do esperado. É preciso chegar a uma etapa de regulamentação e normatização na qual se esclareça que a atividade de cada propriedade deve estar preparada para a preservação e a recuperação ambiental. Para garantir o Agroecoturismo, será necessário manter e implantar uma nova forma de produção agrícola. Entretanto, antes do estudo do referido Grupo de Trabalho não havia nada. Mais recentemente, a Fazenda Carnijó, a primeira RPPN, começou a receber turistas e a oferecer algumas atividades, enfatizando a educação ambiental. Outras propriedades estão se estruturando e esperando uma oportunidade para lançar o seu produto no mercado. Muito ainda deverá ser feito, é o que se percebe na fala dos *stakeholders*.

“Eu não sou especialista em turismo, sou especialista em planejamento municipal. Quando éramos secretário, as nossas atividades dentro do tema turismo eram não deixar o



território muito isolado como um município que não tem recursos e que estes são poucos, eram envolver e integrar esse programa dentro da política estadual e da política nacional. Por isso, foi feito um livro técnico de trabalho, envolvendo as instâncias municipal, estadual e federal, representadas pelos órgãos que compõem a questão do desenvolvimento e do turismo. Então foi composto um grupo para exatamente trabalhar o plano de ação cuja estratégia principal seria envolver todos os atores não só do Moreno, mas também a região metropolitana ...”

“Em Moreno, nós temos o plano de ação do Agroecoturismo. O trabalho neste momento está tendo uma certa descontinuidade. Do ponto de vista da gerência da Prefeitura, houve algumas mudanças e estamos aguardando novos contatos; mas nós paramos na etapa em que fomos a cada uma das cinco propriedades identificadas, em que os proprietários haviam mostrado interesse em desenvolver o empreendimento...”

### **5.3.3 Estratégias de implantação adotadas pelos stakeholders**

Nos relatos dos *stakeholders* referentes a esse tema, um dos principais desafios é basicamente a relação de parceria entre o poder público estadual, federal e municipal, sem deixar de lado o envolvimento dos empresários, das associações, das secretarias do município, bem como a comunidade, tanto da zona rural como da urbana. Muitos frisam que é necessário o trabalho de todos porque, para que haja desenvolvimento sustentável, as ações devem ser efetivas e a cidade funcionar como um verdadeiro centro turístico. Para o sucesso do projeto, é necessário que tanto os proprietários como os assentados sejam qualificados para o exercício da atividade turística, bem como a comunidade deve se apropriar do projeto em pauta, para que a participação seja ampla por meio dos mais diversos segmentos. Outros entendem que a divulgação da lei dos mananciais do Moreno é importante, pois poderá ser utilizada como produto de marketing para atrair os turistas. Alguns entrevistados alegam que é indispensável criar “mecanismos” de sustentabilidade para essa atividade. Um dos *stakeholders* argumenta que a produção agrícola é a base fundamental para a atração do Agroecoturismo; por fim alguns estão ansiosos para que alguma coisa aconteça. Abaixo, algumas sugestões feitas pelos entrevistados.

“O envolvimento e a participação dos diversos atores. Quando falamos em envolvimento, precede a conscientização daqueles que têm a ver com o programa. Jamais podemos ter um programa de desenvolvimento de turismo, qualquer que seja ele, se não houver consciência da população de que é importante aquela atividade para o município. A comunidade precisa estar preparada para a recepção do turista. São várias atividades que devem estar vinculadas ao programa, como a infra-estrutura, a educação ambiental, a educação do povo, saneamento, tratamento dos resíduos sólidos. É um aglomerado de envolvimento, de princípios, de obrigações e de atribuições; é fundamental que todos conheçam. Para que isso aconteça, é necessário que, desde o processo de planejamento até a implantação efetiva de um programa como esse, haja uma participação ampla dos mais diversos segmentos não só dos proprietários, mas principalmente da comunidade rural e urbana. O nosso maior desafio é conscientizar a comunidade da importância de um programa como esse, sobretudo na sua execução. Quanto mais eles participarem, mais fácil será a implantação”.

“Em primeiro lugar, a união dos proprietários. Houve uma tentativa, mas ficou parada: tentamos fazer uma associação dos proprietários do Moreno, mas o projeto está parado. Em segundo lugar, o interesse da Prefeitura; o principal é o interesse público, porque a cidade do Moreno é feia, malcuidada; na hora em que começar a visita de turistas, tem que ter algo da cidade para mostrar; não tem centro cultural. A gestão deve preparar a cidade para receber o turista, e a cidade não está sendo preparada como as propriedades estão. Estamos com muito interesse de atender os turistas estrangeiros; hoje, eles já procuram muito essa atividade turística. A população deveria estar preparada para dar informação”.

“Eu conheço o projeto inicial que foi entregue à Secretaria<sup>15</sup>. Na minha visão, seria estruturar uma pequena área e a partir daí começar a expandir para outras áreas. Também os proprietários ter condições de ser agentes ativos e que eles tenham recursos para adequar a propriedade à atividade turística e ter qualificação para lidar com o turismo. Os assentados deveriam usar algum fundo de financiamento para estruturação do equipamento da produção agrícola, que é parte do atrativo do Agroecoturismo. Nas localidades, a

---

<sup>15</sup> Refere-se à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes do Estado de PE.

produção agrícola é fundamental para o Agroecoturismo...se o proprietário não entende de turismo rural, deve existir empresas de capacitação como o Senac, Sebrae; a Secretaria de Turismo deve mobilizar para o município cursos de capacitação nas áreas de interesse e de acordo com o perfil da oferta local”.

“Particularmente, eu acho uma atividade cara e lenta. Nós (pernambucanos) temos um turismo de litoral muito bonito, ainda pouco acessado pela população. Considero que o volume de turistas ainda é pequeno se compararmos com outras regiões do mundo. Quer dizer, nós temos um potencial de litoral que ainda deve ser explorado, e esse aspecto dificulta a implantação do Agroecoturismo em qualquer cidade pernambucana. Mas a intenção dessa estratégia é, primeiro, fazer uma divulgação aproveitando a lei do manancial nos mananciais que existem em Moreno. O município é protegido por uma legislação, e hoje em dia, com toda essa divulgação da preservação do meio ambiente, temos que dar muito valor. Os países quando vêm financiar no Brasil exigem uma legislação rigorosa; Moreno já conta com isso. As estratégias passam por essa divulgação. Estamos elaborando alguns instrumentos que vão divulgar Moreno institucionalmente, porque se divulgarmos os equipamentos nós não temos infra-estrutura, ela é limitada. Só a partir da divulgação do Moreno é que as coisas devem ir andando nessa parte da infra-estrutura”.

“O primeiro passo é trabalhar com a comunidade e o empresariado. que estão motivados, envolvidos e ansiosos para que algo aconteça. Um dos grandes problemas que se tem são os acessos, a infra-estrutura . O poder público, em conjunto com os empresários, tem que trabalhar, dotar o município de alguma forma para atender o turista; deve envolver todo mundo num grande programa de oficinas; a comunidade tem que se apropriar desse projeto. A grande estratégia é trabalhar a comunidade e os empresários. Nesse projeto, um dos aspectos mais interessantes é o Engenho Pinto, onde o assentamento precisa muito do apoio do Incra e dos próprios assentados. Para explorar o Agroecoturismo, será preciso trabalhar nos assentamentos os aspectos de empreendedor e de gestão”.

“Era bom que o governo do Estado estivesse aqui dentro com o governo municipal e o federal. Eu creio que o poder aquisitivo da cidade não possibilite ir a fundo no que se queira. Então, o governo estadual por meio da Empetur poderia ajudar muito isto aqui,

porque traz divisa para Moreno e, conseqüentemente, divisa para Pernambuco. A proximidade do Moreno com o Aeroporto, com o centro do Recife, com Suape e a intermediação entre o Agreste a atividade agroturística. Estamos a 30km da capital e a 20km de Caruaru. Quem vai a Fazenda Nova passa em Moreno; se tivéssemos um Agroecoturismo bem estruturado, poderíamos tirar proveito”.

#### **5.3.4 Sugestões para viabilidade do Agroecoturismo**

Como todos os indicadores já levantados, este último é de significativa importância para o Agroecoturismo acontecer no município do Moreno. Na visão dos *stakeholders* entrevistados, o ponto básico e essencial para a propagação e funcionamento dessa modalidade turística refere-se ao desenvolvimento de uma política integrada pelos órgãos do governo municipal, a fim de estimular o crescimento sustentável do município, bem como buscar apoio dos órgãos estaduais e federais. Ademais, ficou evidenciado pela maioria que os proprietários deveriam assumir uma postura de maior empenho, vencendo certas dificuldades e tendo algumas iniciativas com articulações entre os agentes envolvidos no processo. Foi mencionado que deve ser observada a relação fazenda/comunidade e com órgãos que possam gerar recursos para facilitar a implantação e/ou viabilidade do Agroecoturismo. Alguns *stakeholders* entendem que é importante a realização da infra-estrutura e que a gestão municipal deve também investir em cursos de sensibilização, a fim de preparar a comunidade e os proprietários para que os investidores sintam credibilidade e se estimulem para investir no negócio. Eles acreditam que a população não avalia nem percebe a importância do Agroecoturismo para o município. Um dos *stakeholders* sugeriu cursos de agricultura orgânica. Outro gostaria de ser orientado sobre como obter linhas de crédito e implementar o seu negócio. Por fim, um deles disse: “É preciso retomar, ver porque parou”; e outro: “Moreno tem tudo, é só prosseguir...”

“Fazer a segunda oficina para dar continuidade ao trabalho sensibilizando os proprietários depende muito mais da ação do município do que das motivações. Estamos à disposição para essa convocação. Outro aspecto a considerar é um maior empenho dos proprietários. Carnijó chegou depois e já está funcionando”.

“Precisaria de uma maior articulação com todos os órgãos do governo federal, estadual municipal e a população. Articule-se que você implanta”.

“Tentar arranjar parceiros para viabilizar a estrutura do turismo, porque financiamento é difícil; a melhor forma é a parceria, seja de empresários, agentes de turismo ou da própria Prefeitura; é um investimento, porque para ela é válido porque terá retorno; mas para o proprietário assumir só é difícil, porque ele não tem a confiança que a Secretaria de Turismo tem; nesse caso, será melhor ter outras atividades do que investir totalmente no turismo. Eu tiro por nós; o maior potencial turístico do Moreno é nosso, é o casarão imperial, mas não temos essa confiança. Será que vai aparecer o turista mesmo? Acredita-se que sim, só que para fazer todo o investimento é preciso que seja bem organizado, estruturado e que inspire confiança no investimento”.

“Fazer formas de debates com a gestão municipal, com todos os atores, os beneficiários, a comunidade, para que eles sintam que a coisa organizada funciona. É difícil falar em turismo quando o cidadão está com fome; é difícil falar em turismo quando a criança não está educada para isso; é difícil falar em turismo quando a visão do município é temerosa; todos têm medo de receber gente de fora, têm medo que o município perca a paz. Na verdade, não está bem claro nas cabeças das pessoas, não só dos gestores como das Secretarias, sobre o que realmente querem do turismo”.

“... Dizer que Moreno é bom para o Agroecoturismo é só passar na BR 232 que se percebe isso. Fazer com que as pessoas acessem o território dando a elas o que querem, isso é que é a grande dificuldade; e quando chamo um investidor, ele pergunta logo quem vai ser o cliente, do Recife? São Paulo? Ou do exterior? ”

“Tem que haver uma mudança de visão dessa parte da política; isso me preocupa muito. A cidade não acompanhou o desenvolvimento; é necessária uma política que regulamente e estimule o crescimento sustentável”

“Prosseguir o que foi estudado, pois o projeto está pronto e detalhado. Moreno tem tudo, é só prosseguir...”.

“Se queremos progredir, não devemos repetir a história mas fazer uma história nova”

Gandhi

## 6. Conclusões e Recomendações

---

A partir dos dados pesquisados por meio das entrevistas com os *stakeholders* e conjuntamente com a revisão teórica empreendida nos capítulos anteriores, se faz premente delinear algumas conclusões e recomendações sobre o tema exposto. Esse trabalho visou responder qual o papel e as estratégias político-institucionais empregadas pelos *stakeholders* do Agroecoturismo no município do Moreno, a fim de viabilizar sua implantação. Durante o seu desenvolvimento, elaborou-se um modelo de análise vinculado a três dimensões predeterminadas, ou seja, políticas públicas e desenvolvimento sustentável, *stakeholders* e Agroecoturismo.

Nos desdobramentos da pesquisa realizada, buscou-se atingir os seguintes objetivos: a) analisar os antecedentes e a situação atual das políticas públicas de desenvolvimento sustentável e Agroecoturismo em Moreno; b) identificar e analisar quem são os *stakeholders* envolvidos no segmento turístico do município do Moreno, bem como quais são seus objetivos, como atuam e se sabem como viabilizar essa atividade; e c) delimitar e discutir a dimensão agroecoturística na gestão municipal do Moreno.

Os resultados obtidos na análise suscitaram uma série de conclusões. Primeiramente, a análise do trabalho leva a se afirmar que é possível a implantação com sucesso do Agroecoturismo em Moreno, porque pode se obter mais renda no espaço rural, gerar recursos para os assentados e também contribuir para a preservação das reservas ecológicas e do patrimônio histórico da cidade.

Nas entrevistas realizadas, os *stakeholders* se manifestaram a favor da implantação, alegando ser a vocação do município mostrando-se disponíveis para dar continuidade ao trabalho. Essa condição reforçou a percepção favorável à viabilidade da implantação dessa importante atividade, levando ao entendimento de que a gestão municipal pode contar com a maioria dos *stakeholders*, tanto divulgando o município, as suas potencialidades turísticas

na região e fora dela como contribuindo na elaboração de legislação pertinente ao Agroturismo.

Os aspectos considerados vetores de limitações são a falta de uma política formalizada, a definição de ações e sua execução em tempo hábil; a influência da política partidária, bem como a burocracia excessiva. Não está bem clara a articulação/relação entre as políticas públicas, Agroecoturismo e desenvolvimento sustentável.

Ainda apontando nessa direção, segundo os *stakeholders*, as ações estão sendo desenvolvidas de forma isolada. Tomam-se iniciativas próprias de acordo com os interesses e necessidades individuais. Elas precisam ser mais interligadas, sobretudo entre secretarias municipais, estaduais e outros municípios do entorno do Moreno.

A análise também mostra que os gestores e proprietários pretendem trazer investidores, criar cooperativas e associações de produtores, fazer algumas adaptações nas propriedades, criar novas trilhas, infra-estrutura, melhoria dos acessos, criação de equipamentos tudo isso com o fim de ampliar a capacidade de atendimento ao visitante. Desse modo, deve-se ressaltar os nítidos sinais de que desejam transformar Moreno e que o Agroecoturismo pode ser um dos vetores para viabilizá-lo. Em torno desse assunto é que foram tecidas as considerações/recomendações a seguir apresentadas, de acordo com as dimensões do estudo.

## **6.1 Dimensão políticas públicas e desenvolvimento sustentável**

Para analisar os antecedentes e a situação atual das políticas públicas, de desenvolvimento sustentável e Agroecoturismo em Moreno, tomou-se como ponto de partida a “policy analysis” de Frey (1997), estabelecendo-se sua relação com os conceitos de “polity”, “politics” e “policy”. Para o autor, o conceito de “polity” refere-se à busca do entendimento do papel das instituições envolvidas, o sistema político/administrativo; já a dimensão “politics” visa analisar o desenvolvimento de um programa, a forma de elaborar os objetivos, assim como os conteúdos e decisões políticas. Por fim, a dimensão “policy”



busca analisar a estrutura dos programas, conteúdos, conceitos e aspectos técnicos da política, fazendo uma relação com os resultados obtidos. Essas características, que mantêm uma inter-relação entre si, serão os fios condutores da análise a seguir.

Na dimensão “polity”, verifica-se que há uma concordância entre os *stakeholders* entrevistados de que as instituições tanto no âmbito estadual como no municipal, até o momento, nada definiram quanto à política de Agroecoturismo no sentido de fomentar esta atividade no interior pernambucano e, em especial no município do Moreno. Entretanto, observa-se pelos *stakeholders* que entre os gestores existe vontade de formular uma política viável para a implantação do Agroecoturismo.

Para melhor entender o contexto pesquisado, vale mencionar que há quatro anos não existia praticamente nada formulado sobre o Agroecoturismo no município do Moreno. Numa iniciativa da gestão municipal, as participações da Apeco e do GT então constituído, surgiram os primeiros movimentos referentes às atividades turísticas, começando com o estudo do inventário e a elaboração do diagnóstico turístico. O diagnóstico do Moreno, relevando suas potencialidades e sugerindo o segmento do Agroecoturismo como um dos pontos de partida para o desenvolvimento local, conforme visto neste trabalho, foi apresentado no Viver Hotel Fazenda para todas as instituições envolvidas com o turismo e a comunidade local. A partir desse momento, a proposta tomou outra dimensão com o envolvimento de nove instituições, tanto no âmbito federal e estadual como no municipal. Sob a liderança da Secretaria de Desenvolvimento Econômica e Turismo do município, o Grupo de Trabalho por elas formado após longo estudo (dez meses) apresentou o Plano de Implantação do Agroecoturismo em Moreno (proposição de ações estratégicas), em dezembro de 2000.

Durante a elaboração do plano mencionado acima, houve uma aproximação e um bom relacionamento entre as instituições envolvidas, notando-se o desejo de fazer algo acontecer, como se observa nos relatos das entrevistas já apresentadas. Destaca-se o envolvimento dos proprietários escolhidos para participar do plano piloto tanto por meio de

oficinas como comparecendo a reuniões, fóruns e seminários. Nessa primeira fase, observa-se que existiu o envolvimento tanto das instituições como dos proprietários, embora a comunidade não tenha exercido muita influência na elaboração do plano. É importante observar que na fase inicial a participação dos principais atores políticos é fundamental, pois dessa maneira os desdobramentos da política geram dinamismo, podendo ser analisadas sob os aspectos do jogo do poder, da trama das redes e da prática administrativa nelas adotadas.

Na visão dos proprietários, existe uma vontade de investir nos empreendimentos de turismo. Apontam, entretanto, o desafio principal da infra-estrutura da cidade e a necessidade de algumas adaptações no que tange às reformas de engenhos e/ou lugares de atrativos para visitas, que sirvam de estímulo ao turista que chega à cidade. Assinalam também a falta de linhas de financiamento mais bem ajustadas à realidade do empresário, responsáveis pela demora na viabilidade dos equipamentos turísticos.

Na dimensão “politics” (desenvolvimento do programa), é bom salientar que as coisas são feitas por etapas, não significando que elas sejam estanques, e sim que seguem uma dinâmica própria, entrelaçadas entre si, de caráter interdisciplinar, permitindo uma visão holística e sistêmica. Cada etapa está necessariamente contida na outra.

No caso em estudo, de acordo com as entrevistas dadas pelos *stakeholders*, criaram-se expectativas ainda não realizadas nos proprietários, em alguns moradores e líderes da comunidade, que estão no aguardo de providências e ações efetivas voltadas para viabilizar as inovações programadas para o campo turístico.

Segundo Frey (1997), ao se analisar uma política pública é importante considerar como limitadores, na definição dos seus programas, o jogo de interesses de quem demanda a política, a influência das forças políticas interagindo nas redes sociais, bem como a exigüidade dos recursos disponíveis tanto financeiros e humanos quanto de tempo. Com base nessa compreensão, detectou-se por meio das entrevistas que, embora exista vontade

política e definição de ações prioritárias, o limite de recursos e a forma de conduzir a gestão são considerados impeditivos para a concretização das ações contidas no plano de trabalho.

Assim, no entendimento de alguns entrevistados, o Agroecoturismo é algo novo tido por todos como uma excelente alternativa de desenvolvimento econômico, porém, para transformar as potencialidades e chegar realmente a um produto turístico acabado e vendável, muitas etapas precisam ser vencidas. Para isso, é necessário o envolvimento conjunto da comunidade, iniciativa privada e poder público. Por ser uma atividade complexa, o Agroecoturismo, requer competência profissional, responsabilidade e conhecimentos sobre questões relacionadas a sua implantação e desenvolvimento.

De acordo com Frey (1997), há que se considerar as inter-relações entre as dimensões das variáveis “politics” – processo políticos e “policy”, conteúdos da política que tendem a “deixar suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implantados” (Frey, 1997, p. 219), dependendo do tipo de política adotada e do ambiente onde vai se desenvolver essa política, além do envolvimento das redes sociais que se estabelece desde o início da sua formulação e durante todo o processo. Essas inter-relações constituem uma força determinante nos resultados e na revisão dos conteúdos e ações.

A análise realizada sobre os resultados das entrevistas, bem como os estudos efetuados, possibilitou a sistematização da dimensão “policy”. Permitiu, ainda, vislumbrar na prática como está se processando a implantação do Agroecoturismo no município.

Observa-se que continuam existindo ações/providências sobre a atividade turística, entretanto elas parecem estar sendo empreendidas de forma desarticulada e descontínua. A aparente desarticulação entre as esferas do poder público municipal, estadual e federal e entre estas, a iniciativa privada e a comunidade recai na falta de uma política estratégica para o desenvolvimento do turismo na cidade.

Na gestão municipal é que reside o problema, em virtude da substituição de pessoas-chaves para o Agroecoturismo. Mudaram o secretário e a diretora da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do município do Moreno, responsáveis pela execução do Plano de Trabalho, fato ocorrido no início de 2002. Houve descontinuidade no processo e na sistemática de trabalho. Os novos ocupantes desses cargos precisaram de tempo e de novo estudo para prosseguir com a tarefa, retardando a implantação do Plano de Trabalho. Assim, percebe-se que durante todo esse processo a gestão municipal conviveu com as contradições da mudança. Por conseguinte, os desencontros acarretam entraves e conflitos muito mais do estilo de gestão do que da própria exigência e natureza do Plano, cuja operacionalidade é de natureza complexa, pois requer experiência na área, muita habilidade, profissionalismo, isto sem abordar o aspecto financeiro.

Pelas entrevistas com os *stakeholders*, percebe-se o desejo de que o município cresça e surja algo que lhe dê impulso, melhorando a qualidade de vida dos morenenses. Esse sentimento ficou patente, evidenciando-se como uma marca muito forte dos depoimentos. Entretanto, é interessante observar que talvez eles sejam influenciados por um contexto histórico-cultural paternalista. Quando indagados sobre “o que você está fazendo para viabilizar essa atividade turística?” a maioria dos *stakeholders* respondeu que não estava fazendo nada, mas pretendia em algum momento fazer algo em prol do município.

Aliado a esse aspecto, detecta-se também a necessidade de uma maior divulgação dos trabalhos que vêm sendo realizados sobre a proposta do referido Plano e sua especificidade, tanto para a comunidade como para as lideranças locais e de áreas circunvizinhas, a fim de dar um cunho mais participativo à gestão municipal.

No que se refere à sustentabilidade, sugere-se rever as bases sobre as quais se assentam os modelos desenvolvimentistas até então adotados, inclusive aqueles relacionados ao turismo. O turismo de massa é um modelo que traz uma série de problemas de ordem ambiental, o aumento das desigualdades sociais ou ainda a depredação do

patrimônio cultural/histórico das localidades turísticas.

No entanto, não é desse turismo o foco do que se está falando, visto ter-se revelado ambientalmente insustentável, socialmente desigual e culturalmente predatório. Como alternativa, existem vários modelos de turismo sustentável, de vez que a sustentabilidade do desenvolvimento local tem como garantia precípua a legitimidade de participação da comunidade nas decisões políticas e a valorização das especificidades locais. A partir daí, infere-se que não há um conceito ou um modelo único de turismo sustentável. A esse respeito, Hunter (1997, p. 851) comenta que “turismo sustentável não pode ser olhado como um modelo rígido, mas sim como um paradigma adaptável que legitima uma variedade de abordagens de acordo com as circunstâncias específicas”.

A promoção do desenvolvimento sustentável pressupõe a continuidade e permanência da qualidade de vida e das oportunidades da sociedade ao longo do tempo. Nesse sentido, Buarque (1995) enfatiza a elevação da qualidade de vida, a conservação ambiental e a equidade social como fatores principais para o desenvolvimento sustentável, visto a curto, médio e longo prazo sem, contudo, deixar de referir-se à eficiência econômica e ao crescimento econômico como pré-requisitos fundamentais para a equidade e a qualidade de vida.

Em função dessas discussões ora empreendidas, nas quais se reconhece o paradigma do desenvolvimento sustentável como referência e a atividade turística como baseada no consumo do patrimônio natural e cultural das comunidades receptoras, verifica-se que o turismo exige uma atenção especial por parte dos responsáveis pelo seu desenvolvimento em termos sustentáveis.

Sob esse ângulo, o Agroecoturismo é uma atividade que pode gerar economia para a localidade e favorecer a conservação do patrimônio histórico/cultural. Por isso, enquadra-se perfeitamente nos princípios do desenvolvimento sustentável. No entanto, para que o Plano

de Ação de Agroecoturismo do Município do Moreno possa alcançar seu grande objetivo de longo prazo, que é proporcionar aos morenenses uma melhor qualidade de vida, alguns ajustes e mudança se fazem necessários, como apontam os *stakeholders* da pesquisa.

Para eles, o que vem dificultando a implementação do Agroecoturismo vai além do aspecto organizacional, carecendo mais de um norteador de ações de caráter gerencial. Nesse particular, vale ressaltar que o setor público “exerce um papel central no planejamento do desenvolvimento sustentável (planejamento governamental), por deter os principais instrumentos da ação coletiva e de indução e promoção das transformações na realidade” (Buarque, 1999, p. 72).

Assim, tomando por base os objetivos da gestão do Agroecoturismo e reconhecendo a necessidade de uma mudança no modelo de desenvolvimento local em favor da garantia da sua sustentabilidade, cabe aqui fazer uma breve reflexão sobre o caminho que apontará a adequação do Agroecoturismo ao modelo de desenvolvimento local sustentável. Na perspectiva dos *stakeholders*, em suas falas transparecem as seguintes recomendações para o caso do Agroecoturismo em Moreno:

- a) Criar uma legislação para preservar os bens naturais que existem e ordenar a ocupação ribeirinha;
- b) Envolver todas as frentes produtivas do município, com apoio à área de criadores granjeiros, pecuaristas e agricultores para melhor comercializar os animais, adquirir matéria-prima adequada à manutenção dos animais, bem como matéria-prima para adubar os cafezais e atender à agricultura, a fim de oferecer alternativas para a área econômica local;
- c) Incentivar o cultivo agrícola com postura orgânica ecologicamente correta, sem agrotóxicos nas vegetações, nas criações e na reprodução de animais sem hormônios;
- d) Preparar/capacitar os agricultores interessados na atividade turística,

principalmente os assentados;

- e) Conscientizar as comunidades da zona rural e urbana para que valorizem o Plano de Implementação do Agroecoturismo
- f) Promover a adesão à Agenda 21 como plano de desenvolvimento, enfatizando a comunidade e os interesses locais;
- g) Enfatizar/informar (incluir no plano de marketing) que o município é protegido pela lei do manancial;
- h) Investir em infra-estrutura, melhorando o acesso às propriedades, a oferta de água tratada e energia, além de serviços de comunicação, coleta de lixo, saneamento e sinalização turística;
- i) Informar a população sobre a preservação do meio ambiente e que a arquitetura deve ser ecologicamente correta;
- j) Promover a Educação Ambiental e a educação formal, visando a mudanças de hábitos;
- k) Envolver os artesãos com uma atitude governamental mais efetiva e seqüência nas ações em tempo certo, objetivando uma visão holística de futuro e mais ordenação no gerenciamento;
- l) Sensibilizar empresários e resgatar o seu entusiasmo em torno dessa causa;
- m) Promover maior articulação e facilitar aos empresários o acesso aos recursos financeiros;
- n) Reverter o quadro da cidade-dormitório atribuído ao Município do Moreno, para que se torne uma cidade aberta ao Agroecoturismo;
- o) Agir com perseverança, crença e determinação.

Além dos aspectos considerados, chama-se a atenção para evitar-se a desarticulação das atividades e a falta de consistência nas ações, que acabam se tornando um trabalho de curto prazo de caráter um pouco mais imediatista. Pode-se, por exemplo, mencionar a perda de motivação e comprometimento dos proprietários na participação do Plano Piloto, que gerou e provocou uma expectativa grande nos *stakeholders* envolvidos no processo, acarretando em alguns o sentimento da descrença de que os prazos serão cumpridos. Essa

constatação ratifica o conceito de desenvolvimento sustentável no qual todos devem trabalhar em harmonia, uma vez que o “principal do processo” de desenvolvimento local, conforme Franco (2000), é a dinâmica cooperativa e a competição. A dinâmica cooperativa forma a comunidade, e a dinâmica competitiva insere a localidade em um processo de desenvolvimento de mercado. As cooperações devem ser exercitadas em redes com aqueles que se encontram mais fragilizados.

Um outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao fato de a iniciativa do projeto agroecoturístico ter surgido da gestão municipal e sofrido descontinuidade. Alguns proprietários até agora (janeiro, 2003) esperam a implementação das ações por parte da Prefeitura para deslanchar essa atividade. Outros, por sua própria motivação foram adiante, como é o exemplo dado pelo proprietário da Reserva Ecológica Carnijó, que conseguiu para ele o título de Reserva Particular Patrimônio Natural (RPPN), concedido pelo Ibama, o que lhe permitiu transformá-la em produto turístico e prepará-la para visitação pública.

Assim, devido a estágios diferentes de motivação e desencontros, as várias fases vivenciadas provocam o desestímulo dos *stakeholders* no trabalhar seus empreendimentos e torná-los produtos turísticos, retardando mais ainda o crescimento da proposta agroecoturística.

Vale lembrar que a dinâmica do programa requer que os *stakeholders* tanto da gestão municipal como os demais tomem a responsabilidade das atribuições que lhes competem sem delegar toda a iniciativa à gestão municipal. Como visto no trabalho, o município carece de pessoal técnico especializado para tratar das dificuldades advindas do setor turístico e dos demais setores de apoio, cuja complexidade e interdependência carecem de uma postura sistêmica, de vez que o sucesso do destino turístico exige capacidade de planejamento dos gestores locais e alto grau de articulação dos atores envolvidos com a atividade. Como bem acentua Kotler (1998), o caminho para o desenvolvimento local depende da importância da inter-relação entre o setor público e privado e o trabalho de equipe entre os departamentos dos estabelecimentos governamentais, associações, ONGs,



grupos de interesses e cidadãos. Nessa ótica, foi elogiável a tentativa de trabalho interinstitucional na elaboração do Plano de Implementação do Agroecoturismo em Moreno, que contou com as nove instituições mencionadas anteriormente. Entretanto, essas ações desarticularam-se ao longo do tempo.

Além dessas questões, não deve ser esquecido um outro aspecto importante para o Agroecoturismo como atividade modelo de desenvolvimento sustentável, em especial no que se refere às dimensões econômicas, ambiental e social. Conforme os postulados conceituais utilizados no trabalho, as evidências levantadas até o momento apontam que ainda não existe rentabilidade econômico/financeira advinda da atividade agroecoturística em Moreno, pois falta desencadear o modelo desenvolvimentista que todos preconizam.

Na promoção do desenvolvimento sustentável, a efetiva melhoria da qualidade de vida e a redução do impacto ambiental são condições fundamentais à promoção desse tipo específico de desenvolvimento. Assim, verifica-se pelas entrevistas que a efetivação desse processo se justifica como benefício para os morenenses continuarem usufruindo ainda por longo tempo de seus mananciais e reservas ecológicas, características de grande relevância que oferecem ao município o diferencial entre os demais existentes na Região Metropolitana do Recife.

Nesse sentido, o desafio a ser enfrentado por aqueles que lutam por uma forma de desenvolvimento sustentável consiste em promover o engajamento das secretarias municipais e governamentais, bem como obter o envolvimento das organizações não-governamentais, conjuntamente com a comunidade, para, em longo prazo, viabilizar as grandes transformações desejadas para o nível local, tanto no sistema educacional e social como no econômico. Quanto ao nível educacional, já se observa iniciativa por parte da gestão municipal e de alguns proprietários para oferecer cursos de capacitação não só para os artesãos como para outros grupos da sociedade. Por exemplo, o Grupo de Ação e Defesa do Meio Ambiente (Gradema) já preparou alguns jovens capacitados para guiar os turistas nas trilhas e falar sobre os atrativos ecológicos, históricos e culturais do município. Eles

também receberam noções sobre educação ambiental.

Isso é confirmado pela preocupação do secretário de Educação do município com a adesão das escolas municipais, no sentido de incluírem nos currículos do 1º grau temas referentes à preservação ambiental e noções sobre a história e a cultura do município, garantindo assim a maximização do turismo sobre a comunidade local e a sua sustentabilidade. Segundo Kotler (1998), é preciso haver mudança interna de valores e conhecimento para alguém poder realmente se envolver, engajar-se em conservação. Por isso, a educação ambiental é imprescindível para qualquer área que lide com a natureza. Deve-se ter em mente que todos podem lucrar com o turismo equilibrado, a natureza e os seres humanos. A área de educação (o sistema educacional do município) deve estar bem atenta para a implementação de programas de Educação Ambiental. É uma questão de opção, responsabilidade e ética.

Quanto ao papel dos *stakeholders* como agentes da dinâmica sustentável, o trabalho sugere que seu modo de atuar decorre da visão de mundo que apreenderam durante a vida. Nota-se o posicionamento de alguns em prol da participação, de contribuir para a construção do desenvolvimento municipal/local numa visão de sustentabilidade. Trabalham de uma forma articulada, procurando parcerias, mesmo sem existir uma legislação ou uma política que norteie as ações e que desperte a consciência para a necessidade de organização dos empreendimentos, da infra-estrutura, do ordenamento da cidade, saneamento, bem como que os padrões de consumo estejam de acordo com a capacidade de suporte ambiental do município. A impressão que se desenha-lhes é favorável.

Não obstante esse esforço, compete a todos os *stakeholders*, em particular a gestão municipal, estruturar e fortalecer os interessados no programa do Agroecoturismo para inseri-los no mercado, funcionando como um elo de ligação entre eles e os diversos segmentos da sociedade organizada, a fim de transformar o perfil social e econômico local. Ademais, Marques e Bissoli (2001) advertem que é da competência do município, isto é, quando ele assume a atividade turística no contexto das atividades econômico-sociais, cabe-

Ihe estabelecer a política de promoção turística em nível municipal, de forma objetiva, com atuação própria e integrada nas diretrizes federais e estaduais; elaborar planificação global, integrada com os demais setores da administração do município; exercer vigilância, fiscalização e controle dos planejamentos e projetos urbanísticos e turísticos; assim como relacionar, determinar e executar todas aquelas medidas que se destinam a fomentar e desenvolver a atividade turística municipal em sintonia com as hierarquias superiores.

A motivação básica encontrada na maioria dos *stakeholders* reflete o desejo e a necessidade de mudança e a vontade de contribuir para a implantação de algo novo, como desafio profissional e/ou promoção da produtividade do município. Por exemplo, pode-se citar como resultado a abertura de novos empregos, ampliando os ganhos sociais para a comunidade. Essa motivação pode ser vista tanto nos nativos que desempenham seus serviços no município como naqueles que residem fora, mas trabalham em Moreno. O mesmo ocorre com os que trabalham em órgãos de apoio ao município, ainda que não sendo nativos.

Além disso, existem também os descrentes que foram perdendo a motivação ao longo do tempo, entretanto ficando no aguardo de novos posicionamentos e do fazer/acontecer oriundos do modelo de desenvolvimento turístico em processo de legitimação pela comunidade local à medida que possibilite a extensão dos benefícios da atividade turística, a ampliação da visão dos empreendedores, o fortalecimento da cultura e das manifestações da identidade local.

## **6.2 Identificação e análise dos stakeholders**

Essa dimensão visa identificar os atributos dos *stakeholders*, em termos de quem são, quais os seus objetivos, como atuam, quais os seus interesses e preocupações e quais as estratégias utilizadas em suas ações para viabilizar a implantação do Agroecoturismo em Moreno.

Da análise realizada, percebe-se que o principal atributo dos *stakeholders* é ser proprietário ou empresário ligado às atividades rurais e agrícolas do Moreno. Outra característica é ser representante e/ou responsável por instituições, órgãos públicos e organizações não-governamentais e comunitárias. Nesse conjunto de *stakeholders*, papel preponderante é dado à comunidade, pois, como é sabido, sem ela nenhum projeto será realizado a contento.

No trabalho, evidencia-se que os principais interesses e preocupações dos *stakeholders* resumem-se em torno da necessidade de maior interação entre eles, visando à circulação de informações relevantes; de luta pela implantação de infra-estrutura compatível com as necessidades do município; de obter apoio das instituições e da comunidade; de promover ações governamentais; de mudança de atitude do governo frente à temática. Esperam eles ver traçada uma política de desenvolvimento sustentável e, finalmente, a criação de uma legislação de proteção e utilização do meio ambiente dentro da questão do Agroecoturismo. Desejam integração e ações mais eficazes entre as secretarias de governo e definição de uma política para o Agroecoturismo.

Pela análise feita, os *stakeholders* mostram que não estão formando grupos de coalizão para conseguir adesão em formular uma política para a implantação do Agroecoturismo. Alguns preferem manter as regras das instituições sem enfrentar os desafios necessários para o desempenho das articulações, importante instrumento para o alinhamento entre eles e requisito preponderante para a implantação de qualquer atividade, sobretudo no caso do Agroecoturismo.

Em contrapartida, pode-se observar que o processo participativo é considerado para os *stakeholders* bastante importante, embora ainda dependente de fortalecimento entre eles e a comunidade para ensejar estratégias de mudanças e inovações. Como se pode verificar nas falas dos proprietários, parte interessada e talvez mais beneficiada no negócio, as relações entre eles carecem de cooperação e de forças que desencandeiem “táticas” para transformar seus desejos em realidade.

No alcance de seus objetivos, percebe-se que alguns *stakeholders* entrevistados

alegam utilizar modelos de implantação de Agroecoturismo já existentes na região e outros fora dela conforme relatam em suas experiências. A estratégia mais utilizada é a de vincular o Agroecoturismo ao processo agrícola. Conquanto todos se mostrem disponíveis para contribuir para o avanço do Agroecoturismo em Moreno, deixam subentendida a falta de empenho por parte de alguns dos responsáveis pelo seu processo de implantação, notando-se visível insatisfação e mal estar entre eles.

Como demonstrado por Souza (1984), é nos contextos e arenas de luta que se exerce influência no processo político, cujos avanços, no caso do agroecoturismo em Moreno, denotam muito ainda a ser feito. As relações de força podem sofrer mudanças, dado que as ações são dinâmicas. Elas podem estar abertas à descoberta de várias possibilidades e alternativas a serem desenvolvidas.

### **6.3 Dimensão Agroecoturismo na gestão municipal**

A partir do delineamento do perfil dos articuladores estratégicos e das lideranças dos *stakeholders*, pelo qual se delimitou o que eles querem e como pretendem viabilizar o Agroecoturismo em Moreno, viu-se que os encaminhamentos da análise se orientam principalmente para o papel da gestão municipal, a quem cabe abordar algumas considerações acerca do Agroecoturismo no município.

Vale lembrar que, no Brasil, o “agroturismo” é uma atividade em ascensão, consistindo num fenômeno de grande popularidade, tanto na mídia televisiva como na imprensa. Revistas, jornais, *folders*, documentários e outros meios de divulgação enfatizando a natureza e viagens ao campo demonstram interesse crescente nas questões relacionadas ao meio ambiente, sua conservação e preservação.

È importante frisar que o “agroturismo” implica a realização de visitas a estabelecimentos rurais para desfrutar de atividades agropecuárias. O interesse principal do

visitante resulta da motivação pelas atividades próprias do estabelecimento rural, sem excluir o desenvolvimento de outras atividades complementares. Em Moreno, os técnicos denominaram essa atividade de “agroecoturismo”, por agregar atividades agrícolas aos bens naturais. Ou seja, houve a junção de agro-turismo com eco-turismo.

A análise do Agroecoturismo do Moreno reflete o que foi observado durante as visitas realizadas tanto nas localidades onde foram feitas entrevistas como nas instituições, secretarias, departamentos, escolas, propriedades, centro histórico do município, bem como desde o seu acesso pela BR-232. Pelos dados colhidos, o Agroecoturismo revela-se como uma atividade que pode ser considerada estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do Moreno, capaz de refletir novos benefícios, gerar receita e novos postos de trabalho, conseqüentemente melhorando a qualidade de vida da população. Contudo, muitas atividades devem ser criadas e ampliadas para que se suceda o tão esperado crescimento sustentável.

Dessa forma, com este trabalho espera-se ter contribuído para compreender uma realidade: traçar planos de desenvolvimento envolve considerar as diferenças existentes entre pessoas e grupos sociais, por sinal bastante acentuadas em Moreno, bem como identificar percepções e necessidades, construir propósitos e parcerias, levando em conta tais diferenças. A gestão municipal, principal interessada e envolvida nesse negócio, deve adotar como marco referencial das suas ações e programações turísticas o conceito de sustentabilidade em toda sua amplitude: ambiental, social e política.

Nessa perspectiva, é condição fundamental ter conhecimento detalhado da dinâmica do mercado turístico e suas interfaces, a fim de saber como se processa a demanda e oferta turística, quem é consumidor do turismo na área rural e qual o público-alvo que se pretende atingir. Os estabelecimentos que consolidam sua posição proveniente das atividades turísticas procuram respeitar e manter a produção agrícola. Os que fracassam devem ser analisados minuciosamente, destacando-se os fatores de êxito, assim como as restrições que existem nas atividades empreendidas.

O desafio para o setor do turismo rural é saber/entender que ele é uma modalidade especializada dentro do turismo e pode ser considerada como uma estratégia de diversificação dos agentes econômicos. Requer uma adequada formação de quem participa do agronegócio, incluindo técnicas de planejamento, organização de empresas, plano mercadológico, gestão para a competitividade, capacitação de recursos humanos, assim como uma adequada administração e ampla informação sobre o setor. Além disso, essa modalidade turística deve contemplar experiências e oferta de serviços de qualidade ao visitante, estendidos à melhoria da qualidade de vida da população local e ao meio ambiente onde está sendo desenvolvida.

Portanto, a prática do Agroecoturismo ganha com a observação sobre a teoria e prática exercida pelos *stakeholders* no sentido de se verificar a sua sustentabilidade como atividade econômica. A respeito dessa temática, cabe mencionar alguns requisitos necessários e indispensáveis na realização dessa atividade conforme, mencionado por Silvio Barros, diretor da World Travel e Tourism Council, ao participar da 1ª Jornada de Turismo no Espaço Rural e Natural<sup>16</sup>, na qual levantou os pontos básicos do turismo como atividade econômica, por meio de uma equação abaixo apresentada:

VP = vontade política municipal, estadual e federal

EP = equipe profissional

PC = participação da comunidade

AT = atrativo turístico

Ifb. = infra-estrutura básica

Eq. = equipamentos turísticos

Turismo como atividade econômica pode ser descrito como:

$$TE = \frac{VP^3 + EP + PC}{AT + Ifb. + Eq.}$$

---

<sup>16</sup> Projeto “Europa das Tradições”, uma visão transatlântica –Brasil/Portugal, em 1 de julho de 2002, em Fortaleza

Junto com a valia econômica, por ser o Agroecoturismo uma atividade eminentemente da zona rural, torna-se indispensável incluir na sua prática a sustentabilidade ambiental que envolve: preservação da mata, aumento da fauna e cuidados com os rios e as águas.

Para tanto, a reconhecida carência de estudos que possam oferecer razoáveis respostas a essas questões dificulta mais ainda a execução de projetos bem sucedidos no turismo da natureza, não obstante existir grandes defensores, estudiosos e empresários voltados para a conquista de espaços para que essa atividade se solidifique no território brasileiro, a exemplo do que ocorre nos Estados do sul do país, Europa e América Latina.

No caso do Moreno, seus stakeholders mostram-se favoráveis à prática do Agroecoturismo, para isso aproveitando a vocação do município, protegido pela lei dos mananciais, em função da qual está impedindo de explorar atividades industriais em seu território. Para esse ponto, deve atentar a gestão municipal, considerada a mola propulsora necessária para desencadear e possibilitar o desenvolvimento do Moreno, tanto na área urbana como na rural, bem como expandir essa atividade nas áreas circunvizinhas, para assim fortalecer ainda mais a demanda turística.

Como já foi mencionado, muito há a ser feito, inclusive com a criação da legislação específica e de mentalidades que valorizem a cultura e história dos morenenses, acrescida de uma política de gestão capaz de elaborar projetos e obter financiamentos objetivando propiciar a recuperação/revitalização dos engenhos, bem como a capacitação dos agricultores, sobretudo os que vivem do sustento oriundo da atividade informal. Muitos deles se encontram perdidos sem saber lidar com a terra ou tirar proveito de suas potencialidades. Seria interessante a exploração da reserva legal das matas com apicultura, flores, madeiras para fabricação de móveis, implantação de pontos de venda de produtos dos assentados, conforme aponta o Plano de Implementação do Agroecoturismo, elaborado em 2000.



Por outro lado, cabe fazer referência aos assentamentos como um dos grandes problemas sociais, caso não sejam trabalhados a contento. A gestão é bastante complexa porque uma parte fica sob o encargo da Prefeitura, e a outra, do Incra, a exemplo do que ocorre no Engenho Pinto, com suas 148 famílias, abrangendo um total de quase mil pessoas distribuídas por 1.240 hectares de terra, sendo 420 hectares de mata atlântica. A dinâmica desenvolvimentista desses assentados recomenda incluí-los em um programa turístico, de modo a evitar o abandono do meio rural e deterioração (como já está acontecendo) do meio ambiente. Observou-se a falta de conservação da casa grande, da antiga senzala dos escravos domésticos (localizada perto da cozinha) e as ruínas da antiga moita; falta a melhoria do acesso e agenciamento do entorno.

Como uma motivação adicional e na busca de soluções para a fixação dos assentados/agricultores, subsídios poderiam ser criados objetivando auxiliar na mudança do cultivo tradicional para o orgânico, incentivar a comunidade ao consumo de alimentos saudáveis e ar puro, sabendo-se que essa prática aumenta a probabilidade de as pessoas atingirem maior longevidade e saúde, com isso atingindo um objetivo chave para o desenvolvimento sustentável, funcionando como diferencial para atrair turistas.

Frisa-se que, com a prática do Agroecoturismo, um dos benefícios mais importantes para o povo morenenses e conseqüentemente para os pernambucanos será salvaguardar o patrimônio natural das edificações e propiciar a conservação das reservas ecológicas e do meio ambiente, como também tutelar a tradição do mundo agrícola, sem falar nos ganhos sociais, ou seja, integrar o conhecimento entre a cidade e o campo, de modo que o estilo de vida dos camponeses seja propagado no meio urbano.

Mediante o panorama exposto e tomando como referencial a equação apresentada por Barros (2002) a respeito do turismo como atividade econômica, verifica-se que o grande desafio consiste em desenvolver as relações de parceria entre o poder público municipal, estadual, federal, empresários, associações, entre outros, para que haja a formação de uma política integrada. Ademais, ainda deve o setor privado tomar iniciativas, romper a dependência do poder público e desenvolver uma metodologia que agilize as

atividades turísticas.

O processo de conscientização sobre o Agroecoturismo e a percepção de que eles constituem um grande potencial capaz de transformar a cidade do Moreno em um grande celeiro turístico ainda não foram incorporados pela maioria dos *stakeholders* entrevistados. Observou-se que cada proprietário adota o que lhe seja mais conveniente, restringindo-se somente às atividades dos seus empreendimentos. Falta-lhes visão de conjunto, visão sistêmica.

Oportunidades estão surgindo de acordo com as informações levantadas de que, com a duplicação da BR-232, vários empresários/incorporadores pernambucanos percebem Moreno como um local estratégico para a exploração de loteamentos em áreas onde possam construir grandes condomínios. Porém está em jogo, sobretudo, a preservação ambiental com a possível ampliação dos valores imobiliários. Preocupa a questão da sustentabilidade social/ambiental do município e as implicações ecológicas, de vez que se percebe que a visão empresarial nem sempre leva em conta o bem-estar individual, o respeito pela natureza, invadindo inescrupulosamente áreas com atividades que danificam as matas, aceleram a degradação ribeirinha, aumentam o consumo energético e a produção de lixo, como pontos da especulação imobiliária e vários outros prejuízos.

Esses dados alertam para a necessidade de alterar o processo de reestruturação interna da cidade, por conseguinte exigindo da gestão municipal a elaboração e implantação de um Plano de Desenvolvimento Local que reforce cada vez mais os laços de cooperação, solidariedade e cidadania da comunidade. Uma vez que o sentimento do amor pela terra pode ser mais evidenciado pelos nativos, é preciso reforçar a identidade do local e a auto-estima dos morenenses. Sabe-se que Moreno, por ser um município da Região Metropolitana do Recife, paga o preço de ser próximo da capital, sendo utilizado como cidade dormitório para a maioria da população. Muitos podem estar interessados em explorar o que o município tem para oferecer e não em beneficiá-lo em termos ecológicos e econômicos. Segundo Kotler (1998, p. 151): "A imagem de um local é determinante básico da forma como os cidadãos e os negócios reagem a um lugar. Conseqüentemente, um local tem de tentar administrar sua imagem". Esses requisitos são fatores *sine-qua-non* para

serem ajustados ao modelo de desenvolvimento sustentável para a perenidade do Moreno.

De acordo com os estudos e observações aqui realizados, o Agroecoturismo no município do Moreno não apresenta em curto prazo expectativas de condições satisfatórias para se sustentar, caso continuem as práticas hoje vigentes, cabendo aliar a boa vontade dos *stakeholders* às ações que possam proporcionar condições favoráveis para solucionar os problemas existentes e eliminar os pontos de estrangulamentos. Pretende-se que surjam programas de trabalho voltados para a preservação do meio ambiente havendo respeito e cuidado com a fauna e a flora e também, que haja estímulo à cultura e história local com a valorização dos artesãos e a participação da comunidade. É importante que essa atividade turística possa se transformar em uma grande alternativa econômica viável não só para Moreno, mas também para Pernambuco.

Ao finalizar este trabalho, acreditamos ter respondido à pergunta de pesquisa e atendido aos objetivos propostos. Os *stakeholders* escolhidos foram grandes facilitadores para a compreensão deste estudo, pois seus posicionamentos contiveram o forte componente da transparência e sinceridade. O aprendizado adquirido, apesar de todas as dificuldades e desafios vivenciados em sua realização, foi significativo. Esperamos contribuir, de alguma forma, para que os *stakeholders* estudados atuem com maior consistência na implementação do Agroecoturismo em Moreno.

## Referências Bibliográficas

---

ALCÂNTARA, Lúcio. **Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Caderno de Debates: Coleção Idéias, 2000.

**AGROTURISMO**: disponível em: [www.iac.br/cea/at/agrotur](http://www.iac.br/cea/at/agrotur). Acesso em outubro de 2002.

\_\_\_\_\_ disponível em: [www.terracapixaba.com.br](http://www.terracapixaba.com.br). Acesso em outubro de 2002.

AMARAL, Jair Filho. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional**. Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia ANPEC, 1999.

ASSIS, José C. **Brasil 21: Uma nova ética para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: CREA, 5 ed. 1999.

ASSOCIAÇÃO PERNAMBUCANA DE ECOTURISMO./ PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO. **Diagnóstico de potencialidades agroecoturísticas do município do Moreno**. Moreno 2000.

\_\_\_\_\_ **Implantação do agroecoturismo no município do Moreno: plano de ação**. Moreno, 2000.

ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE HABITAÇÃO. **Solares de Portugal**. Portugal: Turihab, 1999.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, fev. 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, Ltda., 1977.

BECKER, Bertha K & MIRANDA Mariana (Org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2 ed. São Paulo: SENAC, 1997.

\_\_\_\_\_ **Sistema de turismo, sst. estudo do turismo face à moderna teoria de sistemas**. Turismo em análise. São Paulo, 1990

BEZERRA, M<sup>a</sup> do Carmo Lima. **Agenda 21 perguntas e respostas**. Brasília: MMA/Banco do Nordeste, 2000.

BOISIER, Sérgio. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional**: entre a caixa preta e o projeto político. ILPES, In: Planejamento e políticas públicas. Nº 13 IPEA, Brasília, julho de 1996.

BONALD, Olimpio Neto. **Planejamento e organização do turismo**. 3ª ed. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches FASA, 1995.

BOULLÓN, Roberto C. **Los municipios turísticos**. México: Trilhas, 1999.

BRASIL, MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO/EMBRATUR. **Manual operacional do turismo rural**. Brasília, junho 1994.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. **Agenda 21 Brasileira Encontro Regional do Nordeste**. Fortaleza, junho, 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO, DO TURISMO/ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL – MICT/MMA – EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Grupo de Trabalho Interministerial. Brasília, 1994.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. 2 ed. Brasília: IICA, 1999.

\_\_\_\_\_. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável**. Recife: IICA 1995.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. BINSWANGER, Hans Christoph. IN: **Fazendo a sustentabilidade funcionar**. São Paulo: Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CAMAROTE, Ilka e SPINK Peter (Org.) **Estratégias locais para redução da pobreza: construindo a cidadania**. MENDES Armando. IN: **Pobreza e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 2000.

CARDOSO, F. Henrique & JANNER Octávio. **Homem e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

\_\_\_\_\_. Conferência no Colégio do México. **O impacto da globalização nos países em desenvolvimento**: riscos e oportunidades, México, fevereiro 1996.

CASTELLS, Manuel e BORJA Jordi. **As cidades como atores políticos**. Tradução Omar Ribeiro Thomaz, Novos Estudos, Nº45, julho, 1996.

CERVO, Amado Luiz e BERVIAN Pedro Alcino. **Metodologia científica, para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, 1983.

CORIOLOANO, Luzia Neide M T. **Turismo e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: USP, 1994.

\_\_\_\_\_ **Do local ao global**. Campinas. São Paulo: Papirus, 1998.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA CONTAG. **Programa de formação de lideranças e técnicos em desenvolvimento sustentável**. módulo II, Brasília: Ministério do trabalho/Sefor/codefat, setembro de 1998.

DAFT, RICHARD. **Administração**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1999.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. São Paulo: Autores Associados, 1990.

\_\_\_\_\_ **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1994.

DIAS, Cecília de Melo e RODRIGUES Rezilda. **Avaliação de impacto nas organizações do terceiro setor: uma abordagem baseada na teoria dos stakeholders**. In: encontro de Estudos Organizacionais, 2, 2002, Recife, Anais, Recife Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002. 1 CD .

DOWBOR, Ladislau. **Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços**. São Paulo: Home 1996.

\_\_\_\_\_ **O que é poder local?** São Paulo: Coleção primeiros passos, Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_ **Governabilidade e descentralização**. São Paulo: PUC, 1993.

EMPRESA PERNAMBUCANA DE TURISMO. **Inventário do potencial território de Pernambuco**: Moreno. Olinda, 1998.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Governo local, políticas públicas e novas formas gestão pública no Brasil**. Organização a Sociedade, 2000.

FARAH, Marta Ferreira Santos e BARBOSA Hélio Batista. **Novas experiências de gestão pública e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, Leila Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.

FISCHER, Rosa M<sup>a</sup>. et al. **Processo e relações de trabalho no local**. São Paulo: Atlas, 1988.

FRANCO, Augusto. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado sustentável**. Brasília: Instituto de Política, Millenium, 2000.

FREEMAN, R E **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman Publishing, 1985.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Paraná: Revista Planejamento e Políticas Públicas nº 21, junho, 1997.

FROOMAN, Jeff. **Stakeholders influence strategier**. Academy of management Review, v. 24, nº 2, 1999.

FROMM, Erich. **Do ter ao ser**. São Paulo: Manole Ltda., 1992.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Histórias de um Brasil que funciona: governos locais ajudando a construir um país mais justo**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2000.

GALBRAITH, Jonh Kenneth. **A sociedade justa: uma perspectiva humana**, tradução de Iwo Koytowski. Rio de Janeiro: Campinas, 1996.

GARDNER, Gary. “**O desafio de Joanesburgo; criar um mundo mais seguro**”. In: FLAVIN, Christopher, Estado do Mundo 2002: Relatório do WW1 – Worldwatch Institute sobre o avanço em direção a uma sociedade sustentável. Brasil: Universidade Livre da Mata Atlântica, 2002.

GERTH, Hans Heinrich, MILLS, Charles Wright. (Org.) **Ensaio de sociologia: Max Weber**. Tradução Waltensir Dutra, revisão Fernando Henrique Cardoso, Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

GIDDENS, Antony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas S. A. 1996.

GOMES, Geraldo. **Engenhos e arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freire, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Anais do 1º Seminário em Ecoturismo do distrito federal, do entorno e de Goiás**. Brasília: SEBRAE/Secretaria de Turismo do DF, 1996.

GUERREIRO, Ramos Alberto. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

HUNTER, Colin. Sustainable tourism as an adaptive paradigm. **Annals of Tourism Research**. Kidlington: Elsevier Science, v 24, n 4, 1997.

**IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DO NEGÓCIO TURÍSTICO NA PROPRIEDADE RURAL** – Manual do Instrutor, módulo I, II, III e IV. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/Sta. Catarina. (Programa SEBRAE de Turismo) 2000.

KOTLER, Philip. **Marketing público para municípios, cidades, estados e países**. Makron Books, 1998.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE Paulo César. **Economia e turismo**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAMOUNIER, Bolívar. **Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão**. IPEA, Estudos de Política Agrícola, nº 9, jan. 1994.

LAVILLE, Christian e DIONNE Jean. **A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Adaptação Laura Mara Simos, Porto Alegre: UFMG, 1999.

LOBATO, Oduval Neto. **Ecoturismo: o exemplo do amazonas**. Pará: Estudos do Numa 10, Universidade Federal do Pará, 1998.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

MARQUES, Maria Ângela e BESSOLI Ambrizi. **Planejamento turístico municipal com suportes em sistemas de informação**. 2ª ed. São Paulo: Futura, 2001.

MAZON, Patrícia; MACHADO Lúcio et al. **Implantação e gestão do negócio turístico na propriedade rural** – Manual do Instrutor, módulo I, II, III e IV. SEBRAE/Santa Catarina (Programa SEBRAE de Turismo), 2000.

MELO, Kátya Valéria Araújo; OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. **Os stakeholders e a formação da identidade organizacional**. Publicado em Anais da XXXVIII Assembléia do Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração (CLADEAA), Porto Alegre, 2002.

MIRANDA, Carlos, GUIMARÃES, Leonardo Neto, BUARQUE Sérgio C. **Planejando o desenvolvimento sustentável: a experiência recente do Nordeste do Brasil**. IICA, 1997.



MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD D. J. **Toward e Theory of stakeholders identification and salience: defining the principle of who and whart really counts.** Academy of Management Review, out 1997.

MONTEIRO, V. **Fundamentos da política pública.** Rio de Janeiro: IPEA, 1982.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TCC, monografia, dissertação e teses.** 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

OLIVEIRA, Rezilda R. **CHESF: Gênese e trajetória de uma empresa estatal no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1998.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos.** Tradução Fábio Fernandez, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

OXINALDE, Miguel Del Reguero. **Ecoturismo, nuevas formas de turismo en el espacio rural.** Barcelona: Bosch casa Editoria, 1994.

PHILLIPPI, Arlindo; MAGLI, Ivan Carlos; et al. **Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil.** São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 1999.

PINTO, Murilo Sergio L. **A reestruturação e privatização do setor elétrico Brasileiro e os impactos sobre a transmissão de energia da Chesf na visão de seus stakeholders.** Trabalho de Conclusão de Mestrado. Curso de Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

**PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO AGROECOTURISMO EM MORENO:** Proposição de Ações Estratégicas. Prefeitura Municipal do Moreno/ Grupo de trabalho. Moreno, 2000.

**PLANO DIRETOR DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE-Território de Oportunidades na Região Metropolitana do Recife.** FIDEM, Recife, 1998.

**PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO.** Disponível. [http// www. pnmt. Embratur. gov. br.](http://www.pnmt.Embratur.gov.br) Acesso em: 20 de set. 2002.

**PROGRAMA REGIONAL DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL- PROJETO PNUD -** Agenda de desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil do século XXI. Brasília: Instituto de Política, 2000.

PROJETO PNUD/SUDENE/Consórcio ABC/PROGRAMA. **Comunidade solidária de desenvolvimento local sustentável estratégia do país para o desenvolvimento local.** Recife, 1998.

REBOUÇAS, Guilherme Maia. **Uma investigação empírica acerca dos condicionantes da intenção do turista de voltar ao Recife: uma ferramenta para a gestão.** TCM do curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste. Universidade Federal de Pernambuco, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Recife, 2001.

RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (org.). **Gestão social: uma questão em debate.** Nogueira Marco Aurélio. IN: Um estado para a sociedade civil. São Paulo: EDUC; IEC. 1999.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impactos dos trabalhos de ongs:** aprendendo a valorizar as mudanças. São Paulo: Cortez: ABONG; Oxfam, 2000.

RODRIGUES, Selma. **Análise interorganizacional na implementação de políticas públicas para o setor rural.** Recife: Cadernos Omega, UFRPE v. 2, 1988.

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** São Paulo: Hucetec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Boletim paulista de geografia.** N° 67. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec, 1997.

ROISCH, Sílvia M<sup>a</sup> Azevedo. **Projetos de estágios do curso de administração, guia para pesquisa, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso.** São Paulo: Atlas S/A, 1996.

RUA, Maria das Graças. **Princípios de administração gerencial para o setor público.** ENAP-SEMTEC Administração Gerencial para um Novo Estado, Curso ENAP, Brasília, 1997.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia. Elementos de metodologia de trabalho científico.** Belo Horizonte: Interlinos, 1977.

SAMPAIO, Iony; SAMPAIO, Leonardo; MARANHÃO Sílvia. **Desenvolvimento rural no nordeste experiência do polonordeste.** 2 ed. Recife: PIMES, série estudos 8, 1987.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SEN, Amartya. **Estados, reformas e desenvolvimento**. Lua Nova. Revista de Cultura e Política nº28/29, 1993.

SOUZA, Herbeth. **Análise da conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1984.

STONER, James A.F e FREEMAN, R. Edward. 3 ed Rio de Janeiro: Prentice-hall do Brasil, 1985.

TEIXEIRA, Elder Lins. **Gestão da qualidade em destinos turísticos**. Rio de Janeiro: Qualitimark, 1999.

TIJIBOY, Juan Antonio. **Educação, ecologia e desenvolvimento municipal**. Porto Alegre: Suliani, 2000.

TRIVIÑOS, Augustos N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais, a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas S. A.,1990.

URRY, John, **O olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporânea**. São Paulo: SESC, 1990.

VACCA, Gusepse. **Pensar o mundo novo, rumo à democracia do século**. São Paulo: Ática, 1996.

VALENÇA, e Associados. **Praia de Pipa: A próxima vítima?** Recife: Bagaço, 1996.

VERGARA, Sílvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WORLDDECOTUR 97. **Congresso e Exposição Mundial do Ecoturismo**. Rio de Janeiro: Biosfera, 1997.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo rural: um modelo Brasileiro**. Florianópolis: Ed. do autor, 1996.

## **Apêndices e Anexos**

---

## Apêndice 1: Roteiro das entrevistas

---

IDENTIFICAÇÃO:

NOME

INSTITUIÇÃO OU EMPREENDIMENTO

FINALIDADE

ENDEREÇO

FONE

BAIRRO/DISTRITO

CEP

### QUESTIONÁRIO:

1. Para você, quem são os atores principais relacionados com a viabilização do Agroecoturismo em Moreno ?
2. Quais são seus objetivos com a viabilidade do Agroecoturismo ?
3. O que você está fazendo para viabilizar essa atividade turística ?
4. Quais as estratégias fundamentais para a implantação do Agroecoturismo em Moreno?
5. As políticas traçadas para o Agroecoturismo, ou o que vem sendo feito, são suficientes para viabilizar a implantação do Agroecoturismo ?
6. O que precisa ser feito para implantação do Agroecoturismo ?
7. Nos últimos quatro anos, como você avalia o desenvolvimento do turismo em Moreno?
8. Qual a política de Desenvolvimento Sustentável do município ?
9. A realidade do Agroecoturismo se enquadra no conceito de Desenvolvimento Sustentável ?
10. O Agroecoturismo, de fato, é um bom negócio ?
11. As ações governamentais existem e são proativas ? Da união do estado e do município?
12. Você sabe quem é o turista que procura o município do Moreno?
13. Você conhece outras experiências de Agroecoturismo?
14. Quais os benefícios que o Agroecoturismo pode trazer para a cidade e os investidores?
15. Você conhece as fontes de recursos para o turismo e a sua distribuição em âmbito federal, estadual e municipal?
16. Que sugestões você daria para viabilizar a implantação do Agroecoturismo em Moreno?

## Anexo 1: Carta ao Prefeito

---

Recife, 18 de Junho de 2002

Prezado Sr. Edvaldo Rufino  
Prefeito do Município do Moreno

Estou elaborando um trabalho de conclusão de Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, promovido pela Universidade Federal de Pernambuco, em convênio com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), hoje Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), cujo tema aborda Políticas Públicas, Agroecoturismo e Desenvolvimento Sustentável no município do Moreno: uma visão dos seus *Stakeholders* (atores relevantes).

Para a realização do trabalho, espero contar com o apoio dessa Prefeitura para fins de consulta a documentos, entrevistas e aplicação de questionários, bem como participar de eventos locais, tais como encontros, debates e outras formas de observação necessárias a minha pesquisa de campo.

Agradecendo antecipadamente a sua atenção, fico ao seu inteiro dispor para os esclarecimentos que julgar necessário. Desde já, comprometo-me a encaminhar cópia final do referido estudo como minha contribuição ao desenvolvimento do município do Moreno.

Cordialmente,

Lisbina Silva Saldanha.

## **Anexo 2: Lista dos entrevistados**

---

Admilson Hora, secretário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo em Moreno – PE. Em 27/09/2002.

Alberes Felix, presidente da Câmara Municipal do Moreno – PE. Em 22/08/2002.

Anastácia Brandão, diretora do Meio Ambiente da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Moreno – PE. Em 12/09/2002.

Davi Ferraz, assessor da Superintendência/assegurador ambiental, Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (Incra). Recife – PE. Em 23/07/2002.

Dijalma Milano, proprietário do Viver Hotel Fazenda. Moreno – PE. Em 30/07/2002.

Edvaldo Rufino, prefeito do município do Moreno – PE. Em 06/12/2002.

Joelmir Antão Santos, presidente do Grupo de Ação e Defesa do Meio Ambiente (Gradema). Moreno-PE. Em 30/07/2002.

José Honório Silva, agente de Desenvolvimento do Banco do Nordeste, Recife –PE. Em 08/08/2002.

José Rosendo Alves Costa, presidente da Associação Projeto Herbert de Souza, Assentamento do Engenho Pinto, Moreno – PE. Em 27/08/2002

Jofrem Tenório Sobrinho, proprietário da Fazenda Nossa Senhora de Lourdes, Moreno –PE. Em 10/09/2002.

Luís Antônio de Souza Leão Dourado Filho, proprietário do Engenho Sapucaia e da Dourado Empreendimentos. Moreno-PE. Em 28/08/2002.

Luís Severino Gonzaga, diretor da Diretoria de Promoção ao Trabalhador e Desenvolvimento Social da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Moreno – PE. Em 15/09/2009.

Márcia Borborema, diretora executiva da Associação das Secretarias de Turismo de Pernambuco e coordenadora do Planejamento Nacional de Municipal de Turismo (PNMT), divisão da Interiorização de Turismo (Empetur). Em 26/08/2002.

Maria Nazaré Oliveira Reis, gerente do Departamento de Identidade Cultural da Fundação do Desenvolvimento Municipal de Pernambuco (Fidem), Recife-PE. Em 11/07/2002.

Marta Souza Leão, proprietária da Reserva Ecológica Carnijó. Moreno-PE. Em 29/07/2002

Neuma Lúcia Camerino Pimentel, consultora do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresa de Pernambuco (Sebrae) Recife – PE. 24/07/2002.

Paulo Klinger, proprietário do Engenho Santa Cecília, Pocinho, Moreno - PE. Em 10/08/2002.

Paulo Mauricio Silva, secretário de Educação do Município do Moreno – PE. Em 15/09/2002.

Ricardo Uchoa Cavalcante, presidente da Associação Pernambucana de Turismo Rural Ecológico (Apetur), PE. Em 06/08/2002.

Robson Mota, diretor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Moreno-PE. Em 08/07/2002.

Sandra Pagano, gerente de Projetos Especiais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes do Estado de PE. Em 19/09/2002.

Severino Ribeiro, presidente da Associação Comercial Industrial e Agropastoril do Moreno – PE. Em 22/08/2002.

Sílvia Campos, secretária da Gerência de Desenvolvimento Florestal da Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH). Recife – PE. Em 11/09/2002.

Suely Ribeiro, diretora da Diretoria de Atenção à Saúde, da Secretaria de Saúde do Moreno – PE. Em 19/09/2002.

Ubirajara Paz, consultor do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Tecnológico e Científico (Ipade). Recife –PE Em 25/07/2002.

Virginia Marques, do Departamento de Ecoturismo – Empresa Pernambucana de Turismo (Empetur). Recife - PE Em 01/08/2002.